



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PEDRO BARRETO PEREIRA

Segurança para quem?
O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia
Pacificadora

Rio de Janeiro
2012

Pedro Barreto Pereira

Segurança para quem?
O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora

Dissertação de Mestrado para o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Paulo Roberto Gibaldi Vaz, D.Sc.

Rio de Janeiro
2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Pereira, Pedro Barreto

Segurança para quem? O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora / Pedro Barreto Pereira. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2012.

150 f.

Orientador: Paulo Roberto Gibaldi Vaz, D. Sc.

Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

1. Segurança 2. Crime 3. Favela 4. Mídia 5. Neoliberalismo

I. Vaz, Paulo. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. III Segurança para quem? O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora.

SEGURANÇA PARA QUEM?
O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora

Pedro Barreto Pereira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Aprovada pela banca em 19 de março de 2012:

Paulo Roberto Gibaldi Vaz
Universidade Federal do Rio de Janeiro – Orientador

Eduardo Granja Coutinho
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Michel Misse
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dedicatória

Ao meu avô Luiz e à minha irmã Paula, ideais de genialidade, ternura e alegria de viver.

Agradecimentos

Aos ancestrs Barreto e Pereira, pela dor e a delícia de ser o que é.

À minha mãe, exemplo de senso de justiça e retidão de caráter.

A meu pai, personificação de força e perseverança.

À minha avó Neuza, pelo amor incondicional.

Ao *vêio* Maia, pelo sangue de quem enverga, mas não quebra.

À minha esposa, pelo companheirismo, cumplicidade e lealdade acima de tudo.

Aos meus tios e primos, pelo afeto e amizade.

Ao meu orientador Paulo Vaz, que acreditou desde o início na conclusão deste trabalho, mesmo quando as ideias ainda pareciam por demais embrionárias.

Aos professores Michel Misse e Joana Vargas, por ampliarem os horizontes da Sociologia a um jovem jornalista.

Ao professor Eduardo Granja Coutinho, por acreditar que as ideias não morrem jamais.

Aos professores Ana Paula Goulart, Márcio Tavares D'Amaral, Maurício Lissovsky e aos demais docentes da Escola de Comunicação da UFRJ.

À Marlene Cardoso Bonfim, Jorgina Costa, Thiago Couto pela solicitude e presteza habituais.

Aos colegas da Escola de Comunicação da UFRJ.

À Fernanda Estevam pela peculiar simpatia e disponibilidade.

À Sônia, pelo fundamental amparo psicológico.

Aos amigos Mônica de Assis, Leonardo Lima, Márcio Castilho, Rodrigo Ricardo, Antônio Carlos Moreira, Ian Rangel, Vanessa Rocha e Zilda Martins, pela incomensurável contribuição durante toda esta jornada.

“O riso libera o aldeão do medo do diabo, porque na festa dos tolos também o diabo aparece pobre e tolo, portanto, controlável. Mas este livro poderia ensinar que libertar-se do medo do diabo é sabedoria. [...] E o que seria de nós, criaturas pecadoras, sem o medo, talvez o mais benéfico e afetuoso dos dons divinos?”

Umberto Eco, O nome da Rosa

Resumo

PEREIRA, Pedro Barreto. *Segurança para quem? O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora*. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Este trabalho analisa o discurso do jornal **O Globo** sobre a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) na cidade do Rio de Janeiro, a partir de novembro de 2008. A pesquisa tem por objetivo compreender o processo de seleção de eventos e produção de notícias sobre o crime no Rio de Janeiro e a maneira como elas contribuem para a formulação e consolidação de iniciativas na área de Segurança Pública e como o leitor é levado a interpretá-las. Através do método da análise do discurso, o trabalho investiga as relações recíprocas entre mídia e definidores primários neste processo. O recorte teórico considera o contexto contemporâneo de fins do século XX e início do século XXI, de forma a compreender de que maneira o modo de produção capitalista e a política econômica neoliberal influenciam os comportamentos individuais e coletivos, assim como a formulação de medidas na área de Segurança Pública e, conseqüentemente, sua representação na mídia.

Palavras chave: segurança, crime, favela, mídia, neoliberalismo

Abstract

PEREIRA, Pedro Barreto. *Segurança para quem? O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora*. Rio de Janeiro, 2011. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

This paper analyzes the discourse of **O Globo** newspaper on the Pacification Police Units (UPPs) implantation in the city of Rio de Janeiro, since November 2008. The work aims to understand the process of selecting events and producing news on crime in Rio de Janeiro and how they contribute to formulation and consolidation of initiatives in the area of Public Safety policy and how the reader is led to construe them. Through the method of discourse analysis, the research analyzes the relationship between media and primary definers in this process. The theoretical framework considers the contemporary context of the late twentieth century and the beginning of the twenty-first century in order to understand how the capitalist mode of production and neoliberal economic policies have influence individual and collective behavior, as well as the formulation of measures in the area of Public Safety and, therefore, their representation in the media.

Keywords: security, crime, slums, media, neoliberalism

Lista de ilustrações

Imagem 1: A cara da Morte _____	16
Imagem 2: Estado paga até 100 mil por imóvel em favela do Rio _____	27
Imagem 3: O valor das casas _____	28
Imagem 4: Policiamento em favelas: história de fracasso _____	52
Imagem 5: O Mapa da Pacificação _____	55
Imagem 6: Unidade da PM em prédio de creche gera protestos no Morro Dona Marta _____	64
Imagem 7: Uma favela sem tráfico, até quando? _____	65
Imagem 8: Dona Marta livre dos bandidos _____	66
Imagem 9: Guerra e paz na zona sul _____	67
Imagem 10: Polícia mata megatraficante _____	84
Imagem 11: Beltrame admite <i>cinturão de segurança</i> _____	99
Imagem 12: A força de paz na Cidade de Deus _____	106
Imagem 13: Cariocas assistem à fuga pela televisão _____	118
Imagem 14: Cartilha popular do Santa Marta _____	126
Imagem 15: Portal Viva Favela _____	129
Imagem 16: Jornal <i>A Notícia por quem vive</i> , da Cidade de Deus _____	136

Lista de tabelas

Tabela 1: Análise Matérias UPP Santa Marta _____	77
Tabela 2: Análise Matérias UPP São Carlos _____	92
Tabela 3: Análise Matérias UPP Borel _____	100
Tabela 4: Análise Matérias UPP Cidade de Deus _____	111

SUMÁRIO

Introdução	1
1. O crime no mundo neoliberal	7
1.1 <i>Do welfare state ao neoliberalismo</i>	8
1.2 <i>O controle do crime no mundo neoliberal</i>	11
1.3 <i>A cultura da vítima</i>	13
1.4 <i>O medo do crime</i>	14
2. A cara do crime	17
2.1 <i>Anomia: por que cometemos crimes?</i>	18
2.2 <i>Sujeição criminal</i>	21
2.2.1 <i>O processo civilizador</i>	22
2.2.2 <i>Quem é o inimigo?</i>	24
2.2.3 <i>Alguns casos</i>	26
2.3 <i>Dados da violência no Rio de Janeiro</i>	29
3. Favelas	32
3.1 <i>Um histórico do “sobressalto das famílias” cariocas</i>	33
3.2 <i>O mito da marginalidade</i>	36
4. Produção de notícias	38
4.1 <i>A seleção</i>	39
4.2 <i>A interpretação dos eventos</i>	40
4.3 <i>Definidores primários e mídia</i>	41
4.4 <i>Notícias de crime</i>	42
4.5 <i>Pânico moral e monstros populares</i>	44
4.6 <i>Pacotes interpretativos</i>	46
5. Unidades de Polícia Pacificadora	49
5.1 <i>Antecedentes</i>	50
5.1.1 <i>Grupos de Policiamento em Áreas Especiais (GPAEs)</i>	51

5.1.2 Megaeventos esportivos internacionais	53
5.1.3 Milícias	55
5.2 Metodologia de pesquisa	58
5.3 Estudos de casos	61
5.3.1 Morro Santa Marta	61
5.3.2 Morro do São Carlos	82
5.3.3 Morro do Borel	94
5.3.4 Cidade de Deus	102
5.4 A ocupação do Morro do Alemão	115
6. Vozes do morro	120
6.1 Mc Fiell e a cartilha do Morro Santa Marta	125
6.2 Portal Viva Favela	127
6.3 Portal Comunitário da Cidade de Deus / Jornal A notícia por quem vive	134
6.4 Análise	138
Considerações finais	141
Referências	146
Filmes	149
Fontes de Pesquisa	149

Introdução

Em novembro de 2008, o governo do Estado do Rio de Janeiro implantou a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na capital fluminense. Trata-se da ocupação permanente, por parte de agentes da Polícia Militar (PM) do Estado, em determinadas favelas do Rio. A primeira comunidade escolhida foi o Morro Santa Marta, em Botafogo, bairro de classe média da capital fluminense. O objetivo era reduzir os índices de violência apontados nas estatísticas da própria Secretaria de Segurança Pública (SSP), que têm como causa presumida o poder bélico adquirido pelos comerciantes varejistas de entorpecentes, predominantemente, a venda de maconha e cocaína, tanto para usuários do *morro* como do *asfalto*. Além disso, segundo declaração do próprio secretário de Segurança Pública do Estado, José Mariano Beltrame, a intenção era que a primeira UPP da cidade servisse de exemplo para outras ocupações semelhantes àquela.

Através de análise do jornal **O Globo**, no período, foi possível perceber como os dois últimos meses de 2008, quando as ocupações tiveram início, a *agenda* do jornal pautou-se pelo tema *ordem urbana*, através de editoriais, cartas de leitores e matérias na editoria **Rio**. O tema seria seguido pelo prefeito recém-eleito Eduardo Paes em suas primeiras ações à frente da Administração Municipal. As cartas selecionadas pelo periódico davam conta de que a cidade estava “infestada de moradores de rua”. Roubos, assaltos a mão armada e tiroteios eram frequentes. Muitas dessas missivas fazem menção aos “altos impostos” pagos pelos contribuintes que, por tanto, não se sentiam merecedores de tal ônus, em detrimento da população moradora de favelas que “não pagam impostos”, “recebem benefícios sociais do Estado” e ainda “causam transtornos” aos moradores do *asfalto*. As UPPs, portanto, fazem parte desta *pauta*, elaborada em conjunto entre poder público e os diversos atores sociais, entre eles, a mídia. De acordo com Stuart Hall (1981), além de selecionar os fatos que serão noticiados, a imprensa tem também o papel de interpretá-los para o público leitor.

Não é possível desconsiderar o contexto em que se deu a análise desta pesquisa: o período em que a cidade do Rio de Janeiro foi eleita, pelos respectivos organismos esportivos internacionais, para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 e jogos da Copa do Mundo de 2014. Nas próprias reportagens, é recorrente a utilização da expressão “cinturão de segurança” no entorno do Centro e das zonas norte e sul da cidade, que tendem a garantir uma maior *sensação de segurança* aos dirigentes, delegações desportivas e turistas que visitarem o Rio de Janeiro, quando da realização dos referidos eventos. A conhecida *Cidade Maravilhosa* é a

segunda principal entrada de turistas estrangeiros no país, embora seja o principal destino da maior parte deles, de acordo com dados da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). A geografia da cidade, cartão postal em todo o mundo, a hospitalidade de seus habitantes e as festas populares, como o carnaval e o *Réveillon*, atraem visitantes de diversos países. No entanto, as notícias de violência nas favelas, acabam por representar negativamente a cidade, acarretando prejuízos econômicos para o setor turístico. Na tentativa de reverter esta imagem, as atuais gestões do governo do Estado e da Prefeitura estão implementando uma série de medidas que visam a dar uma *sensação de segurança* aos turistas e àqueles que habitam as áreas, ditas, nobres da cidade, como zona sul e parte das zonas norte e oeste. Prova disso é que todas as 17 UPPs, até hoje instaladas pelo governo estadual, funcionam na capital. As ocupações acontecem nas zonas sul (Santa Marta, em Botafogo; Babilônia e Chapéu Mangueira, no Leme; Cantagalo, Pavão e Pavãozinho, em Ipanema; Ladeira Tabajaras e Morro dos Cabritos, em Copacabana; Morro dos Prazeres e Escondidinho, em Santa Tereza); oeste (Cidade de Deus, em Jacarepaguá; e Batam, em Realengo), onde serão criadas instalações esportivas para os eventos dos próximos anos e por onde deverão trafegar as delegações de atletas estrangeiros na cidade; norte e centro da cidade (morros do Andaraí; Borel; Salgueiro; Formiga; e Turano, na Tijuca; Macacos, em Vila Isabel; São João, Matriz e Quietinho, no Engenho Novo; Complexo do São Carlos, no Catumbi; Providência, no Santo Cristo; e Coroa, Fallet e Fogueteiro, no Catumbi), localidades próximas aos pontos turísticos Sambódromo e Maracanã. É notável ainda que nenhuma UPP, parte da política de Segurança Pública do governo do Estado do Rio de Janeiro, tenha até agora sido instalada nos bairros mais populosos do município, tais com Campo Grande, Bangu e Santa Cruz, que contabilizam entre 300 mil e 500 mil habitantes, de acordo com dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹, em qualquer município da Baixada Fluminense, tampouco em Niterói, São Gonçalo ou outra cidade do Estado.

Além de buscar *limpar* parte da cidade dos traficantes, assaltantes e demais bandidos que ameaçam a segurança dos moradores “que pagam impostos” e dos turistas que visitam a cidade, as ocupações policiais permanentes nas favelas da cidade inevitavelmente consolidam a associação entre crime e pobreza, ratificando o combate ao comércio varejista de drogas ilícitas como prioridade número um da política de Segurança Pública do governo do Estado, com apoio das demais esferas governamentais, bem como por parte da imprensa e demais atores da sociedade civil. Esta perspectiva, além de sugerir que os agentes armados do Estado

¹ Dados disponíveis no sítio do Instituto Pereira Passos: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>.

trarão, isoladamente, desenvolvimento social àquelas comunidades, também supõe que a violência está indelevelmente associada a este tipo de comércio e desconsideram outras formas de crime, que podem, tanto ou mais, agravar as estatísticas de violência urbana e os índices de desigualdade social, como o tráfico internacional de armamentos, a corrupção ativa, o desvio de recursos públicos, o financiamento do tráfico de drogas, entre outros. Ademais, a interlocução com os moradores das comunidades é precária, sendo a escolha das futuras unidades, os procedimentos de ocupação e da conduta policial nas favelas, de única e exclusiva alçada da Secretaria de Segurança do governo do Estado.

A representação da criminalidade no Rio de Janeiro tem gênero, idade, endereço, cor e classe social. Michel Misse (2008) denomina *sujeição criminal*, o processo pelo qual “são selecionados preventivamente os supostos sujeitos que irão compor um tipo social cujo caráter é socialmente considerado propenso a cometer um crime”. É possível perceber através das sentenças judiciais, das ações policiais e das páginas dos jornais que os presos e condenados pelos crimes são, sobremaneira, o homem, jovem, negro, pobre e morador de favelas e periferias. É este sujeito que deve ser punido e isolado do convívio social e contra quem as *vítimas virtuais* (VAZ, 2006) do crime devem buscar retribuição. Apesar de serem facilmente identificáveis nas ruas, esquinas ou páginas de jornais, *eles*, os infratores da lei não têm rosto, história ou passado. Não sabemos o que os levou a cometer determinado delito, apenas que devem pagar por ele. As vítimas, ao contrário, somos todos *nós*, cidadãos de classe média, contribuintes do Estado, trabalhadores, potencialmente capazes de sofrer violência por parte *deles*, os criminosos sem rosto.

De acordo com a cartilha penal retributiva, a punição a *eles* deve ser a retribuição do sofrimento causado. A cada notícia de crime cometido contra as *vítimas inocentes*, o clamor por maior repressão, controle e punição são maiores. Se os criminosos são menores de idade, então deve-se reduzir a maioridade penal e condenar os jovens de 16, 14, 12 anos de idade à prisão, onde serão isolados do convívio social e dificilmente terão condições de recuperação. Não importa se já não podemos confiar no poder de regeneração das unidades prisionais do Estado. O importante é evitar que estes indivíduos venham a cometer novamente crimes. E ainda, que esta punição sirva de exemplo para futuros potenciais criminosos.

“É preciso condenar mais e compreender menos”, pregou o ex-primeiro-ministro britânico John Major, nos idos dos anos 1990, dando o tom da política penal do modelo neoliberal. Se no pós-guerra, Estados Unidos e Grã-Bretanha alavancaram suas economias a partir de políticas econômicas de modelo keynesiano (o *welfare state* britânico e o *new deal* estadunidense), a partir de fins dos anos 1970, os próprios ganhos econômicos de grande parte

da população acabaram por minar este modelo. O sentimento era de que era possível ganhar mais. Com a implementação do modelo neoliberal, em que “a mão invisível do Mercado” (SMITH, 2007) regularia a Economia no mundo, uma pequena parcela, sim, obteve enormes ganhos, mas a esmagadora maioria acumulou perdas, inclusive os benefícios sociais básicos adquiridos durante as políticas keynesianas, como saúde, educação, moradia, transporte etc.

A globalização, a partir dos anos 1980, ajudou a disseminar os ideais neoliberais por todo o mundo, através do espetáculo (DEBORD, 2000) promovido por imagens e mensagens enviadas pelos aparatos tecnológicos de informação. Países periféricos, como o Brasil, cuja população sequer usufruiu dos benefícios do *estado de bem-estar social*, passaram a seguir a cartilha neoliberal. Era preciso, então, “cuidar primeiro de si e depois de seu vizinho”, como apregoava a ex-primeira-ministra britânica Margareth Thatcher. O “individualismo egoísta” superou o “individualismo recíproco” (REINER, 2007). Este pensamento predominante permeou as relações sociais e trouxe consequências para as políticas penais. Em lugar da “política penal-previdenciária” - que pregava a reeducação e recuperação do infrator, em voga no *welfare state* britânico - ganhou corpo a “política retributiva” (GARLAND, 2008) neoliberal. Era preciso condenar mais e compreender menos.

De acordo com o conceito de *anomia*, criado por Durkheim e desenvolvido por Merton (1970), o comportamento *inovador* é aquele que busca vias alternativas às *normas institucionais* para alcançar as mesmas *metas sociais*. Desta forma, no modo de produção capitalista, em sua fase neoliberal, as *aspirações sociais* são, sobremaneira, o *sucesso monetário*. “Todos querem ficar 25% mais ricos” (MERTON, op.cit.). Assim, não apenas os pobres, mas todos os indivíduos buscam as mesmas metas. No entanto, o *estigma* (GOFFMAN, 1980), que recai sobre as camadas menos favorecidas da população, identifica os *outsiders* (BECKER, 2008), ou indivíduos desviantes, como aqueles mais propensos a cometerem crimes.

No contexto carioca, cidade em que a geografia singularmente aproxima ricos e pobres, o contraste entre *nós* e *eles* é exemplar para a análise. Desde fins do século XIX, quando do surgimento da primeira favela na cidade, o Morro da Providência, situada na zona portuária da cidade, seus moradores são percebidos pelo poder público e representados na imprensa como uma chaga, um mal a ser extirpado. Expressões como *valhacouto de desordeiros*, *vagabundos*, *turba enfurecida*, *cúmplices da criminalidade* são utilizadas desde o aparecimento das primeiras favelas, nos idos de 1900, até os dias atuais, e podem ser encontradas nos jornais do início do século ou nas seções de leitores do jornal **O Globo**, entre novembro de 2008 e abril de 2009, quando da implantação das primeiras UPPs.

As obras de urbanização do Centro do Rio, no início do século XX, visaram a transformar a cidade em uma capital nos moldes europeus, tal como a Paris da *Belle Époque*. Era então necessário remover os cortiços e sua população dali. No entanto, a carência de serviços de transporte fez com que os trabalhadores dos novos empreendimentos se alojassem nos morros próximos das grandes construções e ali constituíssem moradia. Nas décadas posteriores, a cidade se expandiu para a zona sul e assim também o fez a população moradora de favelas. Nas décadas de 1940, 50 e 60, foi travada uma verdadeira *batalha do Rio* nos jornais, por intermédio de Carlos Lacerda, que, quando governador da Guanabara (1961-1965), empreendeu uma vigorosa política de remoções com a criação de parques proletários nas zonas mais afastadas da cidade. As remoções arrefeceram nos anos seguintes, mas não o estigma contra os moradores das favelas. Nos jornais, mesmo em 2010, é possível encontrar reportagens denunciando o crescimento das favelas nas grandes metrópoles do país, frequentemente associando este crescimento ao consequente aumento da criminalidade.

Buscando compreender como se dá o processo de produção de sentido da representação do crime na imprensa carioca, este trabalho analisa as relações entre as notícias selecionadas pelo principal jornal diário carioca, suas causas e efeitos nas políticas públicas de Segurança e no público leitor de tais periódicos. A hipótese baseia-se nos conceitos de “anomia” (MERTON, 1970), “vítima virtual” (VAZ, 2006) e “sujeição criminal” (MISSE, 2008). De acordo com as relações entre mídia e “definidores primários” (HALL, 1981), o trabalho procura analisar como a Polícia e o sistema de Justiça Penal influenciam a seleção de fatos e produção de notícias e vice-versa. Assim, busca-se compreender para quem são formuladas as políticas de Segurança Pública e contra quem elas se dirigem, com respaldo da *opinião pública* impressa no principal jornal diário do estado e o terceiro maior do país. A metodologia utilizada é a análise do discurso, a partir do modelo dos pacotes interpretativos e da classificação das fontes em estatais ou não-estatais, desenvolvido por Beckett (1997); bem como da categorização dos textos jornalísticos através de clivagens ideológicas, de forma a compreender de que maneira a representação das *UPPs* na mídia é levada até o público leitor.

Em suma, este trabalho não tem a pretensão de analisar a eficácia de uma iniciativa de Segurança Pública em pleno desenvolvimento e ainda em formação, dentro da realidade contemporânea da cidade, estado e país, com suas nuances decorrentes das interações com diversos, múltiplos e complexos atores sociais envolvidos nesta questão. O *lugar de fala* do autor deste trabalho é o de um jornalista e pesquisador morador do *asfalto* - que, ainda por isso, não se considera em posição ilegítima de análise por acreditar que sua realidade também é modificada pelos acontecimentos relatados - interessado em compreender de que maneira o

principal veículo de comunicação do estado e um dos maiores do país interage com o poder público e demais atores sociais, contribuindo para a produção de sentido, legitimação e consolidação de políticas penais e iniciativas na área da Segurança Pública.

1. O crime no mundo neoliberal

“Ver-sofrer faz bem, fazer sofrer mais bem ainda – eis uma frase dura, mas um velho e sólido axioma, humano, demasiado humano, que talvez até os símios subscrevessem: conta-se que na invenção de crueldades bizarras eles já anunciam e como que ‘preludiam’ o homem. Sem crueldade não há festa: é o que ensina a mais antiga e mais longa história do homem – e no castigo também há algo de festivo!”

Friedrich Nietzsche, Genealogia da moral: uma polêmica

O primeiro capítulo deste trabalho apresenta os antecedentes sócio-econômicos do que se desdobra hoje, predominantemente, nas políticas públicas em todo o mundo, em específico, na área da Segurança Pública. Para tanto, este trabalho retorna à segunda metade do século XX para contextualizar de que forma as mudanças ocorridas no modo de produção capitalista repercutiram nas políticas penais e forjou o senso comum acerca da imagem do criminoso e da vítima e, conseqüentemente, o que atualmente considera-se aceitável e adequado entre as medidas de prevenção e retribuição ao crime.

1.1 Do *welfare state* ao neoliberalismo

No contexto do pós-II Guerra Mundial, os Estados Unidos experimentaram um incremento de seu poder de consumo. A pujança econômica norte-americana, resultado da política econômica secular, tradicionalmente baseada nos ganhos econômicos em períodos de guerra, alavancou o país ao posto de uma das potências hegemônicas mundiais. Os Estados Unidos passaram a exportar não apenas recursos e bens de consumo, como também, e fundamentalmente, um modelo de desenvolvimento, um estilo de vida: o *american way of life*. Com um mercado interno ávido, não tardou a emergência de uma classe média vorazmente consumidora.

Até meados da década de 1970, vigoravam, nos Estados Unidos e Reino Unido, uma política econômica de modelo keynesiano, baseada na provisão, por parte do Estado, de bens e serviços básicos para a classe trabalhadora, o chamado *welfare state* e seu equivalente norte-americano, o *new deal*. Ambos os modelos tinham como objetivo declarado promover um *Estado de Bem Estar Social* a toda população do país. Segundo o filósofo italiano Antônio Negri, “o *new deal*, no fim das contas, foi um contrato constitucional entre o Estado e o capital privado, de um lado, e os sindicatos e trabalhadores, de outro”². Já para o sociólogo norte-americano David Garland, as políticas de modelo keynesiano

[...] proporcionaram o ambiente institucional básico no qual o capitalismo do pós-guerra floresceu e a social democracia se estabeleceu. Foi o Estado keynesiano que regulou a vida econômica, assegurou os níveis de vida da classe trabalhadora, ajustou o suprimento da moeda, construiu estradas, promoveu investimentos e gerenciou globalmente a prosperidade. Foi este mesmo Estado que custeou a educação, a saúde e a habitação, bem como aprovou leis instituindo o divórcio e conferiu benefícios aos indivíduos que não tinham emprego ou família para ampará-los. O Estado de bem-estar foi, assim, um dos motores que ajudaram a moldar a pós-modernidade, deixando para trás as inseguranças dos anos de

2 NEGRI, A. *Vivemos uma crise de representação. Filósofo italiano analisa causas de protestos populares nos EUA, na Europa e no mundo árabe*. 12 de novembro de 2011. Rio de Janeiro: caderno Prosa e Verso, jornal O Globo. Entrevista concedida a Guilherme Freitas.

depressão do entre-guerras e inaugurando a nova cultura do individualismo e da social-democracia. (GARLAND, 2008: 206)

No entanto, de acordo com Garland, os próprios benefícios proporcionados pelo estado de bem-estar social terminaram, ironicamente, por miná-lo. Três elementos contribuíram decisivamente para este *processo de auto-negação*. O primeiro foi que “as instituições idealizadas para suprir as necessidades da população [...] tenderam a descobrir mais e mais necessidades insatisfeitas. Então, conquanto seu orçamento fosse regularmente incrementado, tais instituições continuavam a parecer insuficientes”. Em segundo lugar, o autor aponta uma “tendência de alta de expectativas” (ibid.), como já esboçado anteriormente. A elevação do padrão de consumo fez com que o senso comum disseminado questionasse os ganhos promovidos pelo Estado em comparação ao que a nova classe média estava passando a adquirir. “Este processo levou amplos setores da classe média e de trabalhadores qualificados a se referirem aos gastos públicos como inaceitavelmente deficientes, se comparados com a habitação, educação, assistência médica e pensões privadas” (ibid.). Finalmente, o terceiro elemento de auto-negação foi a percepção de que a máquina pública estava se tornando inexoravelmente burocrática e inerte.

Quanto mais o Estado fazia, mais parecia se tornar pesado, tanto em relação ao cliente individual quanto no cenário geral da economia. O novo capitalismo de consumo ocasionou a revolução de gostos individualizados e uma cultura de serviços comerciais, que, contrastados com as agências previdenciárias, faziam estas parecerem rigidamente burocráticas e surdas às necessidades e preferências dos seus clientes. (ibid.)

Já na abordagem de David Harvey (2010), a transformação do capitalismo no último quarto do século XX não passou de uma adaptação deste modo de produção em busca de sua própria sobrevivência. Harvey descreve a passagem do *fordismo* – modelo então imperante nos países capitalistas, baseado em relações estritas entre empregador e empregado, reguladas pelo Estado num contexto essencialmente industrial, visando à produção de bens de consumo - à *acumulação flexível*. Para o autor, o modelo fordista estava saturado, justamente pela rigidez de três atores fundamentais no processo de produção: o mercado, o Estado e a classe trabalhadora.

[...] o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. [...] Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam o crescimento estável em

mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no setor ‘monopolista’). E toda a tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora [...] A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando à medida em que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão etc.) aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos. (HARVEY, 2010: 135).

A acumulação flexível surge então como saída para a manutenção da ordem capitalista, através da “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (ibid.). São criados novos setores de produção, novas formas de financiamento financeiro, novos mercados e, sobretudo “taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (ibid.). A indústria perde força em detrimento do setor de serviços, onde os vínculos trabalhistas são mais frágeis, a carga horária é indeterminada, os sindicatos se enfraquecem substancialmente, numa espécie de *freio de arrumação* da engrenagem capitalista. Harvey chama de “compressão espaço-tempo” o processo através do qual “os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda de custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo” (ibid.).

De uma forma ou de outra, o fato é que o pensamento keynesiano deu vez a um modelo econômico regulado primordialmente pela “mão invisível do Mercado”, nas palavras de Adam Smith (2007), com regras mais flexíveis na relação entre os agentes sociais envolvidos. Os precursores do neoliberalismo foram os governos de Ronald Reagan e Margareth Thatcher, respectivamente nos Estados Unidos e Reino Unido, a partir de fins da década de 1970. Baseado no livre fluxo de mercadorias em escala mundial, este modelo econômico depende da lógica produção-consumo, inicialmente industrial, que se estendeu às atividades de comércio e serviços.

Neste contexto, os meios de comunicação de massa exercem papel crucial. Através da rápida e eficiente disseminação de informações em escala global – que deu origem ao termo *globalização* – os valores neoliberais consolidaram-se nos países capitalistas, alcançaram aqueles *em desenvolvimento* e mesmo os antigos socialistas, isolando as economias de Estado e provocando a queda deste modelo em grande parte do mundo. O *american way of life*, inatingível para a esmagadora maioria da população mundial - cujos ganhos mínimos do Estado de Bem Estar Social sequer chegou a usufruir – disseminou-se e consolidou-se através da publicidade, propaganda, cinema, imprensa e demais meios de comunicação.

Entre os fatores constitutivos da globalização, em seu caráter perverso atual, encontram-se a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social. São duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismo – isto é, dos globalitarismos – a que estamos assistindo. (SANTOS, M. 2009:38)

Para além das consequências econômicas, o neoliberalismo trouxe também efeitos de ordem social e cultural. “Aspirações e concepções de uma boa vida se tornaram completamente permeadas por valores materialistas e aquisitivos” e, ainda, “o dinheiro se tornou a medida de homens e mulheres, com a ‘lista dos ricos’ e suas muitas variações destituíram todas as demais classificações.” (REINER, 2007: 2-3). Uma cultura do “individualismo egoísta” (ibid.) se instaurou, trazendo a reboque suas consequências. Em primeiro lugar, o cuidado consigo, para, em seguida, o olhar ao próximo, como ensinou a ex-primeira-ministra britânica Margareth Thatcher: “Não há sociedade. Há homens e mulheres, e há famílias... e pessoas devem olhar para elas primeiro. É nosso dever cuidar de nós mesmos e depois, cuidar de nossos vizinhos.”³

1.2 O controle do crime no mundo neoliberal

A morte do modelo keynesiano trouxe também consequências para as políticas penais. No mesmo período da ascensão do pensamento neoliberal, ocorreu o declínio do “previdenciário penal”, no qual “a reabilitação [...] era o princípio hegemônico, o substrato intelectual e o valor sistêmico que unia toda a estrutura e que fazia sentido para todo o sistema” (GARLAND, 2008: p. 104). Com a emergência do pensamento neoliberal, não se concebia recuperar os criminosos à custa do Estado para que, um dia, quiçá, regressassem ao convívio social. A lógica que apóia este pensamento é simples: “por que nós, *cidadãos de bem*, contribuintes de tributos ao Estado, devemos sustentar os pobres e os criminosos, aqueles que nos causam sofrimento e não pagam impostos?”

Garland enfatiza a transição de um sistema atento à recuperação do sujeito criminoso para um modelo preocupado com a vítima. Nesses termos, o indivíduo que cometeu um ato considerado criminoso uma vez, passa a ser considerado um potencial perigo à sociedade. Ainda na visão neoliberal, as prisões são incapazes de recuperar o infrator. Tampouco devem pretender fazê-lo. Seu papel passa a ser o de confiná-lo, alijá-lo do convívio social.

³ Declaração de Margareth Thatcher, em 31 de outubro de 1987, em entrevista à *Woman's Own* in RAINER, 2007: 16

[...] a reação contra o previdenciário penal assumiu uma forma ‘reacionária’, totalizante, porque, subjacente ao debate sobre o crime e a pena, houve uma mutação fundamental nos interesses e sensibilidades. Esta mutação histórica, que tinha dimensão política e cultural propiciou o surgimento de novas relações entre grupos e atitudes sociais [...]. Estas novas relações entre grupos – frequentemente manifestadas através de demonstrações altamente emotivas de medo, indignação e hostilidade – formaram o terreno social sobre o qual se assentaram as políticas de controle do crime nos anos 1980 e 1990. [...] Neste novo contexto político, as políticas previdenciárias destinadas aos pobres foram sendo paulatinamente consideradas luxos onerosos, que os contribuintes trabalhadores não podiam mais sustentar. O corolário disto foi que as medidas penais-previdenciárias para os criminosos foram tachadas de absurdamente indulgentes e inócuas. (GARLAND, 2008: 182)

Pressões por medidas mais severas de punição e controle social são exercidas pelos agentes do Estado e demais atores sociais, entre eles, a mídia. Novas leis punitivas passam a refletir esses anseios, bem como medidas de repressão e retaliação a grupos identificados como *sujeitos criminosos*, quais sejam, jovens, negros, pobres e moradores de favelas e periferias. A retribuição ao sofrimento da vítima passa a ser o castigo de seu algoz; a redenção reside no sofrimento alheio. “Ver-sofrer faz bem”, assim falava Nietzsche (2009: 51), demasiadamente humano.

Tais medidas atendem, sobremaneira, à lógica “de mitigar a revolta popular, reconfortar o público e restaurar a ‘credibilidade’ do sistema, ou seja, preocupações de natureza política e não penalógica” (ibid.: 373-374), o que o autor denomina de “corrente populista”. Em lugar do “nada funciona”, lema predominante nos últimos anos do *welfare state* nos Estados Unidos e Inglaterra, os anos 1990 consagraram o “o que funciona”, com medidas de mais policiamento, mais punição, liberdade vigiada e prevenção ao crime. Políticas como o *Tolerância Zero* caíram no gosto popular. No entanto, se tais medidas mostraram-se eficazes em um primeiro momento, quando aplicadas, punindo o sujeito criminoso, não são capazes de explicar as causas que levam ao crime.

[...] A crença popular de que (nas palavras de Michael Howards) ‘prisão funciona’ baseia-se principalmente no senso comum de que enquanto encarcerada, a pessoa não pode vitimar ninguém (fora da prisão). Mas a incapacidade apenas irá baixar as taxas de crimes se a população se mantiver crescendo (caso contrário – na ausência de intervenções de reabilitação bem-sucedidas – ex-presidiários cometerão crimes para substituir aqueles não cometidos pelos recém-encarcerados). (REINER, 2007: 10)

No Brasil, é frequente o pedido por maior punição quando da ocorrência de um crime que envolve vítimas representadas como *inocentes* e criminosos *frios*. O clamor por medidas como o aumento da pena, maior rigor nas penitenciárias do Estado e a redução da maioria penal são corriqueiros. No caso do menino João Hélio, morto em 2007, por criminosos

menores de idade que roubavam o carro dos pais da vítima, uma onda de pedidos de redução da maioridade penal tomou os jornais do país e chegou ao Congresso Nacional. Um dos defensores da medida, coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro, em artigo publicado no sítio **Globo Online**, criticou a “frouxidão das leis”, que impedem que menores de 18 anos sejam processados criminalmente:

Um dos assassinos do menor João Hélio, menor de idade quando do cometimento do bárbaro crime, na Zona Norte do Rio, no ano de 2007, acaba de ser beneficiado pela benevolência da lei brasileira com a concessão do regime de semi-liberdade, após mais de dois anos de cumprimento de medida sócio-educativa prevista no anacrônico Estatuto da Criança e do Adolescente. João Hélio foi morto de forma cruel, tendo permanecido preso ao cinto do carro de sua mãe, por ocasião de um assalto, sendo arrastado por longo percurso e teve o corpo todo mutilado e o rosto totalmente desfigurado.⁴

1.3 A cultura da vítima

Conforme abordado anteriormente, outra consequência das mudanças do sistema penal no neoliberalismo é a mudança do foco da atenção dada ao criminoso - a quem tentava-se reabilitar, no modelo penal-previdenciário - para o papel da vítima - a quem procura-se proteger e reparar o sofrimento, no modelo retributivo. Estabelece-se então a dicotomia vítima (indivíduos *bons, inocentes, contribuintes de impostos ao Estado* e passíveis de sofrimento) x criminoso (potenciais causadores de sofrimento a outrem). De acordo com Garland (2008), “elas (vítimas) são consultadas antes da prolação da sentença, o que faz com que participem do processo judicial desde o registro do crime até a condenação e mesmo depois desta etapa”. Em oposição, “o criminoso é representado de forma cada vez mais abstrata, mais estereotipada: cada vez mais uma imagem projetada em vez da pessoa real”. As palavras do ex-primeiro ministro britânico, John Major, mostram qual passou a ser a política de Estado no Reino Unido, no que se refere à Segurança Pública: “A sociedade precisa condenar um pouco mais e entender um pouco menos” (REINER, 2007: 19).

Na representação da mídia, a “cultura da vítima”, como denomina Vaz (2006), é aquela onde “os indivíduos estão novamente aprendendo a se conceber como inocentes e a afirmar que sofrem por culpa de imorais”. Percebidos como *vítimas virtuais* do risco que o crime ocorra e cause sofrimento a eles, os *cidadãos de bem* buscam reparação contra aqueles que os fazem sofrer.

⁴ COSTA, Milton Correa. Artigo publicado no sítio Globo Online, disponível em <http://oglobo.globo.com/opiniaio/mat/2010/02/19/liberdade-para-assassino-de-joao-helio-a-maioridade-penal-915893257.asp>.

[...] hoje, os sofrimentos que dependem da ação coletiva terão, sim, vínculos com a idealização da vida privada, segura e feliz. Crimes, atentados terroristas, acidentes, catástrofes e epidemias, isto é, tudo aquilo que interrompe trágica e subitamente a rotina prazerosa dos indivíduos comuns será considerado sofrimento contingente, com sua existência atribuída a falhas do Estado. [...] Se sofrem quando são moderados e compassivos, isso se deveria aos imorais, isto é, aos monstros sem compaixão nem moderação e aos agentes do Estado corruptos e incompetentes. (VAZ, 2010: 161-163)

Todo o discurso construído atua no sentido de identificar a vítima com o público leitor, fornecendo detalhes de suas vidas particulares, como a fonoaudióloga Márcia Lira, estuprada e assassinada em sua casa em Santa Teresa, enquanto seu marido e filho assistiam ao crime. Ficamos sabendo que

‘a vítima gostava de ajudar pessoas carentes’ e ‘era vista pelos colegas como uma mulher bonita e alegre, que participava empolgada das manifestações [...] em defesa do meio ambiente e das minorias [...] Márcia era uma pessoa tão boa que chegava a ser inocente’. Sobre os criminosos, sabemos apenas seus nomes, seu lugar de origem – Vila Kennedy e Morro da Providência – e que um deles tinha sido empregado como pedreiro na casa da vítima. A única explicação para o crime é exatamente a ausência de explicação: um box colocava dois ‘especialistas’, uma professora universitária e um psiquiatra, ambos reconhecendo ‘sinais de psicopatia’ com provável agravante do uso de cocaína. (Vaz et al, 2006, 78)

1.4 O medo do crime

Como analisaremos no capítulo 3, desde o final do século XIX, quando surgiram as primeiras favelas da cidade a que se tem registro, os veículos da imprensa carioca passaram a retratar o cotidiano dessas comunidades como locais onde abundam a pobreza, a doença, a ilegalidade e o crime, fatores que representam o *risco* para os moradores das classes média e alta da cidade. Em consequência, os moradores dos chamados *aglomerados subnormais* são constantemente retratados como potencialmente perigosos, justamente por sua condição de alteridade em relação ao morador do *asfalto*, este sim, cidadão com plenos direitos garantidos pelas instituições de Estado.

Vaz et al (2005) evidencia que, embora o Rio de Janeiro não seja a única cidade do mundo a sofrer do “medo do crime”, a cidade apresenta-se em situação relevante pela sua “geografia social historicamente marcada pela proximidade espacial entre ricos e pobres” (ibid.: 97). Ou seja, o medo do outro, que representa a possibilidade de que o crime ocorra aos cidadãos de classe média, potencializa-se pela curta distância entre as habitações do *morro* e do *asfalto*. O senso comum dissemina-se através das imagens midiáticas, falas de governantes, conversas de mesas de bar e até mesmo nas sentenças judiciais.

No Rio de Janeiro, as idéias preconcebidas a respeito das favelas e o estigma de que nelas estariam instalados os pontos de venda de drogas ilegais na cidade tornam a defesa de réus flagrados com drogas ilegais, mesmo que em ínfimas quantidades, e processados no artigo 12, bem mais árdua [...]. Nas palavras de um magistrado do Rio de Janeiro: 'primeiro procuro saber onde mora o acusado e o que ele faz.' (ZALUAR, 1998: 314-315).

O medo do suposto criminoso oriundo da favela está tão consolidado, que nem mesmo as estatísticas que comprovam o maior número de óbitos entre os moradores dessas comunidades, em relação aos do *asfalto* são capazes de desmentir as imagens espetaculares (DEBORD, 2000). As notícias veiculadas pela imprensa de conflitos armados entre policiais e comerciantes varejistas de drogas sustentam no cidadão carioca o medo do crime. A imprensa reforça a representação da classe média como vítima virtual do crime e, para Zaluar, os moradores das favelas como representação do risco do crime.

Nos anos 90, a generalização de imagens da cidade como um ambiente violento e os sentimentos de medo e insegurança dela decorrentes passaram a fazer parte do cotidiano de seus moradores, mas atingiram particularmente os que vivem nas favelas e bairros pobres (ZALUAR, op.cit.:252).

Na edição do jornal **O Globo** do dia 1º de dezembro de 2008, após cinco dias sem registro de homicídios na série **A cara da morte**, a seção de página inteira dentro da editoria Rio, com o título: **Vítimas inocentes no meio do fogo cruzado**⁵ (Imagem 1). O texto conta a vida e a história de pessoas mortas devido à violência urbana na cidade. A palavra *inocentes*, em destaque no título da reportagem, evidencia que aquelas pessoas atingidas pela violência, segundo a interpretação do jornal, não merecem o sofrimento a que lhes é imposto. A fotografia principal que ilustra a matéria mostra a mãe segurando a fotografia do filho assassinado: um homem de 31 anos, sorriso largo, bochechas rechonchudas, camisa pólo, mãos entrecruzadas sobre o abdome proeminente. Ao longo do texto, a palavra *vítima* aparece por seis vezes; enquanto *inocente* aparece três; e *indefesa*, uma.

5 MENDES, Tais. A cara da morte: Vítimas inocentes no meio do fogo cruzado. O Globo. Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 2008. Editoria Rio, p. 14.

Imagem 1: A Cara da Morte⁶

O discurso é construído de forma a evidenciar a 'bondade' das vítimas. Antônio Rivelino Paiva Mesquita, o personagem retratado na fotografia descrita acima, por pouco não foi enterrado como indigente, pois sua cidade, Santa Quitéria, no Ceará, não consta nos registros do Instituto Médico Legal (IML). "Como se já bastasse a dor da perda"⁷, lamenta Ivete Paiva Mesquita, mãe de Antônio. "Ele ligou dizendo que faria só mais uma viagem e voltaria para casa. Quinze minutos depois, ligaram contando que ele tinha sido baleado"⁸, lembra Ivete. Já Creuza Alves de Souza, de 72 anos, "seguia uma rotina e se preparava para ir à missa na manhã do dia 15 deste mês quando foi atingida por uma bala de fuzil na cabeça, no Morro dos Macacos em Vila Isabel"⁹. Por fim, Roberta Helena dos Santos Silva, de 20 anos, estava grávida de três meses quando foi atingida na cabeça quando foi atingida na cabeça, em Campo Grande, de 21 de novembro de 2008. "Grávida do primeiro filho, Roberta se preparava para o chá de bebê pouco antes de ser baleada. Ao sair de casa para comprar o que faltava para a festa, ficou no meio do tiroteio entre traficantes rivais [...]"¹⁰.

6 Idem

7 Idem.

8 Idem.

9 Idem.

10 Idem.

2. A cara do crime

“Não te aceito, não te perdôo, quero-te como és, e, se possível, ainda pior do que és agora, Porquê, Porque este Bem que eu sou não existiria sem esse Mal que tu és, um Bem que tivesse de existir sem ti seria inconcebível, a um tal ponto que nem eu posso imaginá-lo, enfim, se tu acabas, eu acabo, para que eu seja o Bem, é necessário que tu continues a ser o Mal, se o Diabo não vive como Diabo, Deus não vive como Deus, a morte de um seria a morte do outro.”

José Saramago, O evangelho segundo Jesus Cristo.

No capítulo anterior, vimos que o *cidadão de bem, trabalhador, contribuinte* não se julga merecedor do sofrimento que eventualmente venha a ser acometido. A representação da vítima na imprensa usualmente busca identificá-la com o leitor, dando-lhe nome, sobrenome, rosto, passado, vida. Aquele que imputa sofrimento a *nós*, potenciais vítimas, deve ser punido, de acordo com os preceitos das políticas penais retributivas.

No entanto, castigar a quem? Se a vítima que sofre não tem culpa pelo seu próprio sofrimento, quem são, afinal, esses *amoraís*? Quem são esses contra quem o rigor punitivo do Estado, legitimado pelo discurso midiático se voltam? Quem é a alteridade das *vítimas virtuais*, esses indivíduos sem rosto, sem história e sem passado que cometem crimes, irrompem a normalidade, a linearidade e a previsibilidade do cotidiano, provocando medo e sofrimento às pessoas *boas*?

No contexto contemporâneo do Rio de Janeiro, é justamente nas favelas e periferias onde parte dos moradores se enquadra dentro das características da “sujeição criminal, através da qual são selecionados preventivamente os supostos sujeitos que irão compor um tipo ideal cujo caráter é socialmente ‘propenso a cometer um crime’” (MISSE, 2008:14), quais sejam, o homem jovem, pobre e negro.

2.1 Anomia: por que cometemos crimes?

O leitor pode estar respondendo: “eu não cometo crimes.” No entanto, todos nós estamos sujeitos a cometê-los. Como cantava Bezerra da Silva, “se gritar pega ladrão / não fica um, meu irmão”¹¹, nem mesmo aquele que está entoando a canção. O conceito de *anomia* (ausência de norma) é desenvolvido por Robert Merton (1970), seguindo o caminho traçado por Durkheim, numa tentativa de explicar as causas sociais que levam ao crime. De acordo com Reiner, o exemplo que melhor define a ideia é o aforismo do sábio Mishnaic Bem Zoma, de 1800 anos atrás, segundo o qual, rico “é aquele que se regozija na sua porção” (REINER, 2007: 13).

Para definir o conceito, Merton tece breve explicação acerca das *metas sociais*, ou seja, as aspirações buscadas pelos indivíduos em uma sociedade, “coisas que valem o esforço”, ou os “desígnios da vida em grupo”; e as “normas institucionais”, que são as vias, através das quais, os indivíduos procuram alcançar tais metas. Merton define cinco modos de adaptação entre as metas e as normas: **Conformidade**, aceitação das metas culturais e

¹¹ ARI do Cavaco, BEBETO di São João. Reunião de bacana.

aceitação dos meios institucionalizados; **Inovação**: aceitação das metas culturais e rejeição dos meios institucionalizados; **Ritualismo**: rejeição das metas culturais e aceitação dos meios institucionalizados; **Retraimento**: rejeição das metas culturais e rejeição dos meios institucionalizados; e **Rebelião**: rejeição dos valores predominantes e sua substituição por novos valores. A este trabalho interessa analisar o comportamento inovador, de onde particularmente se poderá entender o conceito de anomia.

Na competição de atletismo, quando o alvo da vitória é despojado de suas roupagens institucionais e o sucesso torna-se subentendido em ‘ganhar a partida’ em vez de ‘ganhar segundo as regras do jogo’, estabelece-se implicitamente um prêmio ao uso de meios ilegítimos, porém tecnicamente eficientes. (MERTON, 1970: 208)

No modo de produção capitalista, o dinheiro passa a ser a finalidade, a *meta social* a ser alcançada pelos indivíduos. O modelo neoliberal associado à globalização, que encurtou as distâncias através da disseminação rápida, quase instantânea, das informações, através dos aparatos tecnológicos de comunicação, aprofundou e difundiu os preceitos capitalistas, que passaram a nortear a vida social. A ideia de oportunidades iguais para atingir as metas sociais acaba por conduzir à frustração quando observa-se que os caminhos que levam às “referências aspiracionais” (ibid.) não são exatamente iguais para todos. A pressão pela obtenção dos objetivos sociais, partilhados por muitos, mas obtidos por poucos, conduz à frustração e, conseqüentemente, ao comportamento que Merton denomina *inovador* ou *desviado*, ou seja, à quebra das normas institucionais para a conquista das metas.

Afirma-se que as metas transcendem as linhas de classe, não sendo limitadas por elas, mas a organização social de hoje é tal que existem diferenças de classe na acessibilidade a essas metas. Neste contexto, uma virtude cardeal norte-americana, a ‘ambição’, estimula um vício cardeal também norte-americano, o ‘comportamento desviado’. (ibid.: 220)

Ao contrário do que supunham os seguidores do pensamento lombrosiano, não há diferenciação biológica entre o indivíduo desviado e os demais. Mas sim, circunstâncias em que cada um de nós está sujeito a romper com a normalidade socialmente definida. De acordo com Merton, “o comportamento ilegal, longe de ser uma manifestação anormal, do ponto de vista social e psicológico, é na verdade um fenômeno muito comum.” (ibid.: 217). Becker (2008) denomina *outsiders* os indivíduos flagrados em comportamentos desviantes, atos definidos pelo conjunto das relações sociais como impróprios, inadequados, condenáveis, ou coisa que o valha.

[...] o desvio não é uma qualidade simples, presente em alguns tipos de comportamento e ausente em outros. É antes o produto de um processo que envolve reações de outras pessoas ao comportamento. O mesmo comportamento pode ser uma infração de regras num momento e não em outro; pode ser uma infração quando cometido por uma pessoa, mas não quando cometido por outra; algumas regras são infringidas com impunidade, outras não. Em suma, se um dado ato é desviante ou não, depende em parte da natureza do ato (isto é, se ele viola ou não alguma regra) e em parte do que outras pessoas fazem acerca dele. (BECKER, 2008: 26)

Não há, portanto, um padrão de *normalidade*. Todos nós estamos, sob algum aspecto, fora do molde de um determinado grupo, em algum lugar ou em algum momento. Até uma pessoa branca, loura, magra e de olhos azuis pode ser alvo de olhares de estranheza ao vestir seus óculos para corrigir uma miopia em um grupo de pessoas sem problemas de visão. Criam-se, assim, estigmas em que qualquer pessoa pode ser enquadrada se observada sob um determinado ponto de vista minimamente diferente daquele adotado pelo seu próprio grupo social. Para Erving Goffman, o estigma é construído nas relações, a partir da construção do *normal*. Desta forma, estigmatiza-se o *outro* para construir e afirmar a própria identidade.

Num sentido importante há só um tipo de homem que não tem nada do que se envergonhar: um homem jovem, casado, pai de família, branco, urbano, do Norte, heterossexual, protestante, de educação universitária, bem empregado, de bom aspecto, bom peso, boa altura e com um sucesso recente nos esportes. (GOFFMAN, 1980: p. 109)

A categorização de *tipos* está presente também no pensamento de Ian Hacking (1986). O autor alerta para os discursos que *inventam* pessoas. “Categorias de pessoas passam a existir na mesma hora em que tipos de pessoas passam a existir de modo a se encaixarem nessas categorias [...]” Hacking remete à *criação* da categoria homossexual, no século XIX. Não que antes dessa época não houvesse registro de relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo, mas apenas nesse século este *tipo* foi identificado e definido como tal. Embora faça a distinção entre *realistas*, aqueles que acreditam que as categorias estão no mundo e o homem as reconhece e as classifica; e *nominalistas*, aqueles que creem que as categorias são criadas e fixadas através do homem, Hacking concorda com o pensamento foucaultiano, segundo o qual

podemos estar observando uma linguagem médico-forense-política-particular de controle individual e social. Da mesma forma, a franca proliferação de rótulos que começou no século dezenove pode ter engendrado muitos mais tipos de pessoas do que o mundo jamais conhecera antes. (HACKING, 1986: 120)

Um caso que ilustra como um ato pode ser considerado criminoso por um grupo social, e não por outros, aconteceu em setembro de 2009, em uma praia de Fortaleza, Ceará.

Na ocasião, um turista italiano foi preso acusado de pedofilia. De acordo com os acusadores, turistas brasileiros que estavam no local, o homem beijava a boca de sua filha de oito anos.

O pai, um italiano casado com uma brasileira, de 40 anos, argumentou que deu apenas uma 'bicoca' na menina e fez carinhos como qualquer pai enquanto brincava com ela na piscina de uma barraca. Os turistas acionaram a polícia e disseram que ele teria praticado atos libidinosos. Em depoimento, a mulher do italiano disse que a criança é filha do casal e que tudo não passava de um carinho, comum entre pai e filha na Itália. Mesmo assim, o homem foi preso em flagrante no 2º Distrito Policial, na Aldeota. [...] Os turistas são brasileiros e, segundo o jornal Diário do Nordeste, disseram que os beijos e as carícias foram feitas de 'forma indecente'.¹²

Desta forma, parece-nos temerário afirmar que determinada classe social está mais propensa a cometer crimes do que outras. Seguindo o pensamento dos autores supracitados, soa mais razoável crer que determinados tipos de crimes – considerados *sérios* pelo senso comum – são socialmente identificados com as camadas populares, enquanto outros, associados às elites – como a corrupção ativa, enriquecimento ilícito, desvio de recursos públicos – ganham menos importância do poder público, destaque na mídia e interesse público. Isto acontece justamente pelo fato de estes últimos não atingirem *diretamente* o indivíduo, mas sim, a sociedade – este ente que “não existe”, de acordo com os preceitos neoliberais de Mrs. Thatcher. “Em cada nível de renda”, observou Merton, “os norte-americanos querem sempre uns 25% a mais.” (MERTON, 1970: 209).

2.2 Sujeição criminal

No contexto da criminalidade no mundo contemporâneo, “as nuances apontam principalmente para um sujeito, fazendo dele e de sua subjetividade o ponto de ancoragem da acusação” (MISSE, 2008: 15). Ou seja, quando o foco da acusação recai sobre a transgressão em si e não sobre o sujeito, “a separação entre a lei, os códigos éticos ou jurídicos, e a ‘interioridade’ do ator, é maior e mais nuançada, e menor a separação entre o fato e a lei, fazendo com que as sanções sobre o indivíduo independam da sua subjetividade, de suas razões ou motivos”. No entanto:

Quando essa separação se extingue, quando transgressão e transgressor se tornam uma coisa só, e a separação entre o fato e a lei torna-se maior, o que passa a ocorrer na modernidade, busca-se através da razão instrumental identificar no transgressor motivos e explicações que o levaram à transgressão. As nuances de culpabilidade, curiosamente se invertem. (ibid.)

¹² *Italiano beija filha de 8 anos em praia de Fortaleza e é preso em flagrante*. O Globo Online, 3 de setembro de 2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/cidades/mat/2009/09/03/italiano-beija-filha-de-8-anos-em-praia-de-fortaleza-e-preso-em-flagrante-767449060.asp>.

Desta forma, o sujeito será “perseguido racionalmente pela acusação, e não apenas sua transgressão”. Buscar-se-á explicações pelo seu “baixo controle, sua subjetividade ‘anormal’ (desnormalizada) e, no limite, de seu ‘não-assujeitamento’, de sua individualização excessiva”. É o que Misse denomina *sujeição criminal*, processo pelo qual “são selecionados preventivamente os supostos sujeitos que irão compor um tipo social cujo caráter é socialmente considerado ‘propenso a cometer um crime’”. Nos termos de Foucault (2009), ocorre a “passagem da lei à norma”.

Quando é a lei que impera sobre a norma, não se pune o sujeito, mas nele, a sua transgressão; quando, ao contrário, é a norma que dita (e reforma) a lei, é o sujeito da transgressão quem está em questão. A acusação especializa-se em refinar a associação do sujeito à transgressão, reificando seu caráter ou sua personalidade como homogeneamente transgressor ou não-transgressor. Desaparecem as nuances clássicas e o mundo é dividido em ‘bons’ e ‘maus’ caracteres. (MISSE, 2008: 16)

Misse diferencia os conceitos de *acusação social*, ou *normalização do individualismo*, que permitiu no ocidente “o desenvolvimento da auto-regulação das pulsões e interesses pelos próprios indivíduos”, e a *incriminação*, um dos operadores analíticos que contribui para a construção social do crime, em que o autor do ato criminoso é responsabilizado por este “em virtude de testemunhos ou evidências intersubjetivamente partilhadas” (ibid.: 14).

A *distância social* é, de acordo com o autor, “o principal operador da passagem da mera acusação social à incriminação, e da recriminação de um curso da ação para a sua criminalização-incriminação” (ibid.: 22). Se numa discussão entre dois familiares ou entre dois vizinhos, a solução pode ser negociada e terminar em um aperto de mão, a mesma situação pode redundar em processo judicial, prisão ou demais sanções retributivas se situada em outro contexto, como uma briga de trânsito, por exemplo.

2.2.1 O processo civilizador

Norbert Elias (1993) explica como o estado absolutista podou as pulsões individuais dos guerreiros medievais para transformá-los em cortesãos *civilizados*, controlados socialmente. As pulsões provocavam uma ruptura inesperada na rotina, que ameaçava o poder absoluto do rei. Para que a ordem social fosse mantida, era preciso centralizar o uso da força nas mãos do Estado. Este processo se deu através do estabelecimento de *teias* institucionais que impunham o autocontrole aos indivíduos, sob pena de sanções àqueles que as desrespeitassem. Títulos de nobreza foram concedidos e os guerreiros passaram a integrar a

corte garantindo, ao mesmo tempo, que estes deixassem de se rebelar contra o poder estabelecido e que controlassem os indivíduos que viessem a transgredir as normas e a fazer uso privado da força. Desta maneira, o Estado absolutista passou a deter o monopólio da violência, que impedia, ou, ao menos, limitava a quebra constante da rotina através de acontecimentos bruscos e inesperados.

Na esfera anterior, na qual a violência era um fato inescapável e de ocorrência diária, e as cadeias de dependência do indivíduo tinham pequena extensão [...], a intensa e constante moderação das pulsões e afetos não era necessária, possível nem útil. A vida dos próprios guerreiros, mas também de outros que viviam em uma sociedade que possuía uma classe superior guerreira, era contínua e diretamente ameaçada por atos de violência física. (ELIAS, 1993: 199)

A vergonha e a repugnância foram outros mecanismos utilizados no processo civilizador. Inculcar no indivíduo a culpa pelo baixo auto-controle de suas pulsões – de origem tanto sexual como de violência ou de qualquer outra natureza – provoca um sentimento de rejeição e o medo da degradação social (no caso do atual sistema penal, privar o indivíduo do convívio com seus pares seria a punição mais severa a que se poderia submeter outrem). De acordo com Elias, “o sentimento de vergonha é uma exaltação específica, uma espécie de ansiedade que automaticamente se reproduz na pessoa em certas ocasiões, por força do hábito.” (ibid.: 242). De acordo com este autor, a vergonha tem origem no medo da inferioridade em relação ao outro, a partir de um ato condenável, decorrente de um castigo físico – inicialmente, ocorrido na infância, frente aos pais ou aos mestres – ou, na fase adulta, resultado

do fato de que as pessoas cuja superioridade se teme estão de acordo com o próprio superego da pessoa, com a agência de autolimitação implantada no indivíduo por outros de quem ele foi dependente, que exerciam poder e possuíam superioridade sobre ele. (ibid.)

Segundo Elias, o temor da rejeição de pessoas que se preza gera um conflito interno no indivíduo, que leva a um sentimento de inferioridade. “Teme perder o amor e o respeito dos demais a quem atribui ou atribuiu valor. A atitude dessas pessoas precipitou nele uma atitude dentro de si que ele automaticamente adota em relação a si mesmo.” (ibid.). Para o autor, no entanto, não é possível afirmar onde termina o que denomina de “medo de potências externas” e onde têm início as “ansiedades externas automatizadas”. “O que acontece no processo civilizador não é o desaparecimento de um e o aparecimento de outro. O que muda é

simplesmente a proporção entre os medos de origem externa e os que são gerados dentro da pessoa, e a estrutura que os articula.” (ELIAS, 1993: 248).

Com o fim do Estado Absolutista e a queda de algumas barreiras sociais impostas pela corte, aumentaram as *cadeias de dependência* entre as pessoas e, conseqüentemente, o seu autocontrole. Mais próximos e dependentes socialmente uns dos outros, os seres humanos “passaram a se observar mais, as sensibilidades e as proibições tornaram-se mais diferenciadas e, igualmente, tornaram-se mais sutis e diversificadas as razões para a vergonha e o embaraço provocadas pela conduta de outras pessoas.” (ibid.: 246). Assim, o medo em relação ao outro deu lugar ao embaraço, segundo Elias “o desagrado ou a ansiedade que surgem quando outra pessoa ameaça ignorar, ou ignora, proibições da sociedade representadas pelo próprio superego da pessoa” (ibid.: 245). Ou seja, em vez de temer a violência física, que poderia vir do próximo, teme-se o embaraço, a quebra de regras sociais tácitas que pode levar à degradação social.

2.2.2 Quem é o inimigo?

Desta forma, a civilidade burguesa e a normalização do individualismo foram constituídas a partir da “regulação da distância social entre os indivíduos e classes, impedindo-a que diminuísse muito [...] ou aumentasse demais”. No contexto contemporâneo, “a distância social mínima, a identificação excessiva com o outro, tensiona o autocontrole das paixões e a distância social máxima, a indiferença excessiva pelo outro, mobiliza a desnormalização pelo interesse egoísta” (MISSE, 2008: 22-23). No entanto, quando a distância social é desregulada, as “práticas criminais recorrentes constituirão, por sua vez, o principal núcleo da mobilização para a incriminação dos indivíduos acusados e para a constituição da sujeição criminal na modernidade” (ibid.: 23). Quando o alvo da transgressão “desliza para a subjetividade do transgressor e para sua individualidade, reificando-se socialmente como caráter ou enquadrando-o num tipo social negativo, constitui-se o que propomos chamar de sujeição criminal” (ibid.)

No contexto do crime no Rio de Janeiro, em que “a polícia atua como um elo intermediário entre o sistema judicial elitista e hierarquizado e o sistema político (legal) igualitário” (KANT DE LIMA, 1994: 7), segue-se o pressuposto da criminologia positivista, segundo a qual, “o crime está, por assim dizer, no próprio evento e que a transgressão é um atributo do indivíduo transgressor”. No entanto, de acordo com Misse, o crime não está no evento, “mas na relação social que o interpreta”. Portanto, “ao desviar a atenção do curso de

ação socialmente criminalizado para o transgressor, retendo neste o núcleo de análise, a criminologia reproduz o próprio processo social da *sujeição criminal*” (MISSE, 2008: 22).

A ideia de sujeição criminal contribui para a compreensão sobre por que a associação favela-tráfico-crime é imediata no discurso do Estado e legitimada pela mídia carioca. O senso comum aceita de forma natural a explicação, segundo a qual, a figura do traficante morador das favelas passa a ser percebida como *a face do crime* no Rio de Janeiro. Em sua análise de notícias publicadas nos jornais cariocas, Vaz constatou que, em 2001, 40% das matérias de crime citam a palavra *tráfico*, enquanto que, em 1983, o termo aparece em apenas 15% das vezes (VAZ, 2006: 79). Desta forma, a atividade, que representa o comércio de produtos ilegais, está vinculada a toda sorte de delitos, desde o comércio ilegal de *dvds* até o homicídio, passando pelo furto, roubo, sequestro e estupro. De alguma forma, o noticiário busca explicar o sofrimento causado à vítima pelo uso ou comércio de drogas, como no caso dos assassinos da fonoaudióloga Márcia, em que o acusado é supostamente levado a cometer o delito por ser usuário de cocaína, ou em recente reportagem sobre a queda do número de veículos roubados após a invasão policial do Complexo do Alemão, na zona norte do Rio.

O impacto na segurança pública produzido pela ocupação dos dois maiores *bunkers* do tráfico no Rio - o complexo do Alemão e a Vila Cruzeiro - foi tão grande que, em apenas uma semana, os índices de roubos de veículos caíram 63% em todo o estado. [...] Para o titular da Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis (DRFA), delegado Márcio Mendonça, a ocupação dos dois principais pólos receptores de carros roubados do estado vai provocar queda também de outros índices de crimes: ‘O roubo de veículo é também um crime-meio. Os criminosos usam o produto do roubo não apenas para revenda: os veículos são utilizados para outros crimes, como homicídios, roubos de carga e tráfico de drogas [...], explicou o delegado’¹³.

No entanto, se as vítimas têm suas vidas retratadas nas páginas dos jornais, o mesmo não acontece com os traficantes. Como vimos, quanto maior a distância social, maior a probabilidade da ocorrência do processo de sujeição criminal. Em outras palavras, é mais simples acusar alguém que não conhecemos do que aquele de que se sabe nome, endereço, identidade. No caso do assassinato da fonoaudióloga Márcia, como ressalta Vaz, temos conhecimento que a vítima era casada, tinha um filho, era bonita, alegre e “tão boa que chegava a ser inocente”. Sobre os criminosos, sabe-se apenas que eram supostos usuários de cocaína, moravam em favelas da cidade – características que se encaixam perfeitamente no perfil de sujeição criminal - e que trabalhavam como pedreiros.

13 BOTTARI, Elenice. *Após ocupação no Complexo do Alemão, número de roubos de carros no estado tem queda de 63% em uma semana*. O Globo Online, 3 de dezembro de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2010/12/03/apos-ocupacao-no-complexo-do-alemao-numero-de-roubos-de-carros-no-estado-tem-queda-de-63-em-uma-semana-923175374.asp>

Outra reportagem analisada, do jornal **O Globo** de 29 de novembro de 2008, na página 17 da editoria **Rio**, relata operações da PM que deixaram seis mortos em diversas favelas da cidade¹⁴. O texto apresenta as vítimas como supostos *traficantes*, mas não cita seus nomes ou histórias de vida. Na página seguinte, a seção **A cara da morte**, publicada diariamente com o nome das vítimas de crimes afirma que “nenhum homicídio chegou ao conhecimento da redação do jornal”.

2.2.3 Alguns casos

Em análise realizada no jornal **O Globo**, no dia 30 de novembro de 2008, matéria que ocupa toda a página 4 da editoria **País** narra a rotina de professores de escolas públicas do Rio e de Maceió: **Violência aterroriza professores e impõe rotina de medo nas escolas**¹⁵. É notável como os estudantes da rede pública são retratados, generalizadamente, como bandidos, traficantes, ladrões, baderneiros e integrantes de gangues de delinquentes juvenis. “Uma arma - esta foi a imagem escolhida por um aluno da 1ª série do ensino fundamental de um Ciep do Complexo da Maré, zona norte do Rio, num exercício rotineiro de artes este ano” é uma das frases que inicia a reportagem publicada na editoria País. “Falar sobre o assunto significa risco de morte para o professor” conclui o parágrafo de abertura. O texto continua relatando que um aluno de 13 anos foi detido “com uma pistola calibre 8mm”, e descreve a aflição de uma professora ao flagrar um aluno que portava uma arma na “pochete”: “dizia que quem mexesse com ele ia parar na vala”, relata a docente. No *box* “Gangues dominam o colégio”, uma foto mostra cadeiras reviradas dentro de salas de aula como fruto da ação dos alunos.

No mesmo dia, na seção **Carta dos leitores**, há o relato de que “os moradores das praias do Rio”, reduto de turistas estrangeiros, da juventude e da população de classe média e alta da zona sul do Rio, está aumentando, “apropriando-se das areias da praia, que é um dos maiores cartões postais do Rio”. A leitora Ludmila de Carvalho Magalhães conclui a missiva com a pergunta: “Gostaria de saber quais são os planos do prefeito eleito Eduardo Paes para solucionar este problema. Será que ele tem um plano?”¹⁶. A política do *Choque de ordem*, um dos primeiros atos de Paes após assumir a Administração Municipal, foi a resposta ao clamor dos jornais.

14 COSTA, Ana Cláudia. *Operações em favelas terminam com seis mortos*. Jornal O Globo, Editoria Rio, página 17, 29 de novembro de 2008.

15 MENEZES, Maiá. e RIOS, Odilon. *Violência aterroriza professores e impõe rotina de medo nas escolas*. O Globo, Editoria País. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2008, p.4.

16 CARVALHO, Ludmila de Carvalho. *População de praia*. O Globo, seção Carta dos leitores. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2008, p. 6.

Já no dia 1º de dezembro, matéria de capa relata que **Estado paga até R\$ 100 mil por imóvel em favelas do Rio**¹⁷, devido a desapropriações para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (Imagem 2). O tom de denúncia é visível:



Imagem 2: Estado paga até 100 mil por imóvel em favela do Rio¹⁸

No dia seguinte, prontamente, a matéria dá origem a tópico na seção **Carta dos Leitores**, ilustrada por uma charge que retrata um morador da favela vestido com um robe e fumando um charuto, tal qual a caricatura de um milionário (Imagem 3).

¹⁷ Estado paga até 100 mil por imóvel em favela do Rio. O Globo. Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 2008.

¹⁸ Idem



Imagem 3: O valor das casas¹⁹

Indignadas, as mensagens apresentam relatos de leitores que, “ao contrário da população geologicamente verticalizada”, pagam “luz (inclusive pelos ‘gatos’ dessas comunidades), além de água e muitos outros impostos”²⁰. Outro cogita, ironicamente, mudar-se para uma favela, onde, talvez, consiga R\$ 100 mil com a venda do barraco, “com a vantagem de lá não ter nenhuma despesa”²¹. Finalmente, mais um leitor se mostra indignado pelo fato de os moradores das favelas residirem:

em algo que não é deles, compram de alguém que se diz dono, ocupam ilegalmente, possuem escrituras de mentirinha e, como recompensa por todos os abusos feitos – e, para o estado, conseguir algo que é seu de fato – ganharão indenizações mirabolantes e abusivas. O estado é conivente, é impotente com as farras das construções clandestinas e desastroso ao gastar dinheiro do contribuinte.²²

¹⁹ FLAUZINO, André. *O Valor das casas*. O Globo, seção Carta dos leitores. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 2008, p. 6.

²⁰ Idem

²¹ ALMEIDA, Sebastião. *O Valor das casas*. O Globo, seção Carta dos leitores. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 2008, p. 6.

²² ALMEIDA, Teresa Abreu. *O Valor das casas*. O Globo, seção Carta dos leitores. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 2008, p. 6.

2.3 Dados da violência no Rio de Janeiro

No contexto da violência das grandes cidades brasileiras, “os cidadãos das classes média e alta viram vantagens na coletivização de um problema no qual as soluções individuais mostraram-se ineficientes” (REIS, 2000: 488-489). O que falta, segundo as elites, seria uma vontade por parte da classe política, a qual não caberia a toda sociedade, ricos e pobres. Para Reis, as elites “não se veem como parte do todo, uma coletividade, nem tampouco percebem o Estado como parte da sociedade. Quando o responsabilizam pela persistência da pobreza, elas se eximem da responsabilidade coletiva” (ibid.: 495-496).

O Estado, por sua vez, encontra respaldo de parte deste público e da mídia que o representa para atuar de maneira violenta contra as camadas mais pobres da população. A partir da década de 1980, quando a venda de drogas atinge os consumidores de maior poder aquisitivo da zona sul da cidade, intensifica-se a repressão ao comércio varejista de drogas, como política prioritária de Segurança Pública das três instâncias de poder no Brasil. Desta forma, recrudescer a força empregada pelo Estado contra a população moradora das favelas e periferias, da mesma forma que as relações entre acusados e acusadores negociadas à margem da lei, as *mercadorias políticas*, que possibilitarão uma negociação clandestina “entre acusados e agentes da lei, particularmente com os agentes encarregados imediatos da acusação, a polícia” (MISSE, 2008: 18). No entanto, se a Polícia reprime o comércio varejista, o mesmo esforço não é empregado na repressão aos grandes comerciantes de drogas. Segundo relatório de 1997, da *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC), “os personagens dessas redes que mais lucram, afora os produtores da cocaína refinada na Colômbia, são os grandes intermediários, especialmente os traficantes do atacado e os lavadores de dinheiro” (ZALUAR, 1998: 259-260). Tampouco se prioriza o combate aos negociantes internacionais de armas, que são, efetivamente, as causadoras dos súbitos e violentos óbitos que aterrorizam a população das grandes cidades brasileiras.

Apesar de as classes média e alta se sentirem como principais vítimas do crime, a maior porcentagem de pessoas assassinadas são justamente aqueles enquadrados no perfil da *sujeição criminal*, através de confrontos armados entre grupos de traficantes, mas, principalmente, pelos chamados *autos de resistência*, eufemismo utilizado para justificar as mortes em confronto com a polícia. Segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro, somente no ano de 2007 (primeiro ano da gestão de Sérgio Cabral Filho à frente do governo do Estado), os óbitos classificados como autos de resistência, chegaram a

1.330 no Rio de Janeiro²³. No mesmo período em São Paulo - cidade com cerca de quatro milhões de habitantes a mais que o Rio - 401 mortes foram enquadradas na mesma categoria. Em relatório preliminar, divulgado em junho de 2008, Phillip Alston, relator da Organização das Nações Unidas (ONU) para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais, criticou o modelo de Segurança Pública adotado pelas autoridades estaduais fluminenses e citou a operação policial realizada no Complexo do Alemão, em junho de 2007, que resultou em 19 mortes, pela Polícia Militar, considerada “um modelo para ações futuras”. Alston assinalou que “os chefes do tráfico não foram presos, a apreensão de armas e drogas foi ínfima, nenhum policial foi assassinado e poucos foram feridos, o que não sustenta a justificativa de que a polícia teria encontrado ‘resistência’ por parte dos suspeitos e, por isso, 19 pessoas foram assassinadas”. De acordo com o relator, as mortes por *autos de resistência* no Rio, que representam 18% dos homicídios registrados na cidade, em 2007, são, de fato, “execuções extrajudiciais”, comprovadas pelas autópsias a que Alston teve acesso²⁴.

No ano seguinte, o quadro apresentado não foi muito diferente. De acordo com o relatório **Força Letal: Violência e Segurança Pública no Rio de Janeiro e em São Paulo**, elaborado pela organização internacional **Human Rights Watch**, a Polícia do Rio de Janeiro é uma das que mais matam em todo o mundo²⁵. O estudo analisa o número de mortes ocorridas em confrontos com a Polícia nas duas maiores cidades brasileiras, em comparação com os Estados Unidos e África do Sul. Grande parte dos cerca de 11 mil óbitos classificados como *autos de resistência*, no Rio e em São Paulo, desde 2003, são suspeitos de terem sido, na verdade, execuções extrajudiciais.

Segundo a pesquisa, somente em 2008, os policiais cariocas cometeram 1.137 homicídios, enquanto que a paulista, 397. Enquanto isso, a Polícia dos Estados Unidos foi responsável por 371 óbitos em todo o país naquele ano. Ainda de acordo com o documento, a Polícia do Rio prendeu 23 pessoas para cada *auto de resistência*, enquanto que os policiais paulistas executaram 348 prisões para cada morte. Já a Polícia norte-americana, representada nos cinemas como implacável e sanguinária, cometeu um homicídio em cada 37 mil prisões.

23 Dados divulgados no estudo Perdas e Danos – A política do confronto e a política de segurança pública no estado do Rio de Janeiro, do Centro de Estudo de Segurança Pública e Cidadania (Cesec), da Universidade Cândido Mendes, disponíveis em http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/midia/Debate_Extra29_07_08.ppt

24 Website Justiça Global Brasil. Disponível em <http://global.org.br/programas/politica-de-seguranca-publica-no-rio-de-janeiro-e-exterminio-reforca-relatorio-da-onu/>

25 25 ONG diz que polícias do Rio e de SP matam mais do que toda polícia dos EUA. Em 2008, foram 1.137, no RJ; 397, em SP; e 371, no território americano.

Human Rights diz que polícia fluminense é das que mais matam no mundo. Website G1. Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 2009, às 14h36, atualizado às 19h58. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1407543-5606,00->

ONG+DIZ+QUE+POLICIAS+DO+RIO+E+DE+SP+MATAM+MAIS+DO+QUE+TODA+POLICIA+DOS+EUA.html

Os analistas do estudo da *Human Rights Watch* consideraram também as mortes atribuídas a policiais fora de serviço, agentes da lei que integram milícias no Rio e grupos de extermínio em São Paulo. Uma das críticas apontadas no relatório é que os homicídios raramente são julgados pela Justiça, mas sim, pela própria Polícia. “[...] a polícia investigar a própria polícia é um conflito de interesse, o que é uma receita para continuação desse abuso. Seria necessária uma investigação isenta do Ministério Público, que tem o dever de exercer o controle externo policial”, afirma o pesquisador Fernando Delgado, um dos responsáveis pelo documento. O estudo recomenda ainda algumas ações às autoridades brasileiras. Entre elas, a criação de unidades especializadas para investigar os autos de resistência e garantir que os policiais responsáveis por execuções extrajudiciais sejam levados à Justiça; a notificação imediata dos casos de autos de resistência; e sugere ainda um protocolo de ações para evitar que as mortes em confronto sejam acobertadas.

Questionado sobre os resultados do relatório, o secretário José Mariano Beltrame preferiu destacar o trabalho desenvolvido pelas *UPPs* em 17 comunidades da capital fluminense²⁶. Beltrame citou a Cidade de Deus, como caso onde houve redução de homicídios. “Conseguimos baixar os números de auto de resistência de 20 para dois”, apontou o secretário. Já para Sérgio Cabral Filho, o documento “é uma tentativa de escandalizar”. O governador afirmou que, “quando a polícia está numa operação não é recebida a flores” e procurou enaltecer o trabalho desenvolvido nas *UPPs*. “Lamento que não tenham registrado nele as características específicas do Rio e o que está acontecendo de bom, como outras entidades internacionais e a imprensa já reconhecem” (ibid.), defendeu-se.

²⁶ Cabral diz que relatório sobre polícia é ‘tentativa de escandalizar’. ‘Quando a polícia está numa operação não é recebida a flores’, disse.

Documento aponta polícia do Rio como uma das que mais mata no mundo. Website G1. Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 2009, às 16h21, atualizado às 18h03. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1409250-5606,00-CABRAL+DIZ+QUE+RELATORIO+SOBRE+POLICIA+E+TENTATIVA+DE+ESCANALIZAR.html>

3. Favelas

“o sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”
Euclides da Cunha, Os sertões

Como pudemos analisar até aqui, a prioridade das políticas de Segurança Pública no Rio de Janeiro está, sobremaneira, concentrada no combate e repressão ao comércio varejista de drogas. Reprimir e punir a última ponta deste grande e lucrativo negócio de proporções globais - encarcerando cada vez um maior número de indivíduos considerados *desviados* - parece ser, do ponto de vista das três esferas governamentais no Brasil, a solução para o problema da violência urbana no país. O sujeito criminoso, aquele que está potencialmente mais propenso a cometer o crime, é justamente o homem jovem, negro, pobre e morador de favelas e periferias. Este senso comum é disseminado pelos meios de comunicação e legítima práticas repressivas e violentas por parte do Estado.

3.1 Um histórico do “sobressalto das famílias” cariocas

No Rio de Janeiro, por volta de fins do século XIX, com o crescimento urbano da então capital da recém-inaugurada República, as autoridades então estabelecidas pretendiam dar à cidade um ar de *Belle Époque*, nos moldes parisienses. No mesmo local onde começavam a surgir as *modern girls*, de João do Rio²⁷, não poderiam coabitar “o sobressalto das famílias”, “desordeiros”, “vagabundos” e “criminosos” que, não raro, eram notícia nos periódicos da época. É o que comprova a carta de 4 de novembro de 1900, em que o delegado da 10ª circunscrição clama ao chefe de polícia, Dr. Enéas Galvão, que retire à força a população que recém habitara uma localidade no Centro do Rio.

Obedecendo ao pedido de informações que V. Excia., em ofício sob nº 7.071, ontem me dirigiu relativamente a um local que o Jornal do Brasil diz estar o morro da Providência infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias no local designado, é ali impossível ser feito o policiamento porquanto nesse local, foco de desertores, ladrões e praças do Exército, não há ruas, os casebres são construídos de madeira e cobertos de zinco, e não existe em todo o morro um só bico de gás, de modo que, para a completa extinção dos malfeitores apontados se torna necessário um grande cerco, que para produzir resultado, precisa pelo menos de um auxílio de 80 praças completamente armados. (ZALUAR e ALVITO, 2003: 8)

Grandes intervenções urbanas estavam sendo realizadas na região central da cidade, comandadas pelo então prefeito Barata Ribeiro. Em 1893, o túnel que passaria por debaixo do Morro do Livramento seria construído para que pudessem passar os *bonds* elétricos ingleses, que ligariam a zona portuária à zona sul. Muitas famílias perderiam suas casas, como aquelas

27 BARRETO, P. *Modern girls*. In Santos, J.F. *As cem melhores crônicas brasileiras*. Ed. Objetiva: Rio de Janeiro, 2007.

que habitavam o cortiço *Cabeça de Porco*, próximo àquela região. De acordo com **O Jornal do Brasil** e **O País**, cerca de 2 mil pessoas foram despejadas de suas moradias²⁸.

Obviamente, tais reformas urbanísticas requereriam altos investimentos. Os empreiteiros Carlos Sampaio e Vieira Souto (que, não por acaso, deu nome a uma das avenidas de maior valor especulativo da cidade), assistiram pessoalmente à demolição. Os proprietários da **Empresa Brasil Melhoramentos** eram beneficiários de um contrato assinado, dois anos antes, junto ao Conselho de Intendência Municipal (análogo à atual Câmara de Vereadores) para “prolongar a Rua Cajueiros, a Rua Dr. João Ricardo e ainda abrir um túnel no Morro do Livramento. É desnecessário dizer que a realização da obra dependia da destruição completa do Cabeça de Porco” (CHALHOUB, 1996: 54-55). A imprensa já conferia seu aval a tais iniciativas. Muitas vezes, com senso de humor duvidoso.

Nos dias que se seguiram, o prefeito da Capital Federal foi calorosamente aclamado pela imprensa – ao varrer do mapa aquela sujeira, ele havia prestado à cidade ‘serviços inolvidáveis’. [...] Na *Revista Illustrada*, o evento foi saudado com um humor asqueroso: o leitor foi servido de um prato com uma enorme cabeça de porco, de olhos entreabertos e fisionomia lacrimante, e sobre a qual se achava uma barata devidamente cascuda e repugnante. (ibid.: 17-18).

Os moradores desalojados foram abrigar-se no morro mais próximo, onde já havia alguns casebres, segundo relatos da época, cujos lotes pertenciam a uma das proprietárias da extinta estalagem. Em 1897, foi justamente ali onde foram se instalar os soldados egressos da campanha de Canudos, que, mais tarde batizariam a localidade como Morro da Favela, devido à semelhança geográfica com a área onde haviam combatido anos antes, no sertão baiano. Hoje, a favela é conhecida como Morro da Providência.

Barata Ribeiro, mandou facultar à gente pobre que habitava aquele recinto a retirada das madeiras que podiam ser aproveitadas em outras construções. [...] Nem bem se anunciava o fim da era dos cortiços, e a cidade do Rio já entrava no século das favelas. (ibid.)

As intervenções urbanas prosseguiram nas décadas seguintes e a necessidade de mão-de-obra para a construção civil atraiu migrantes que, devido ao exíguo soldo mensal e à precariedade da malha viária, foram residir próximo às construções. Assim, as favelas cariocas foram crescendo ao longo das primeiras décadas do século XX. Nos anos 1940, no entanto, por meio de artigos assinados pelo então jornalista udenista Carlos Lacerda e publicados nos periódicos cariocas da época, a *Batalha das Favelas*. Nas missivas, as favelas

28 Os jornais da época divergem do número exato de habitantes do cortiço Cabeça de Porco. Segundo a Gazeta de Notícias, o total de moradores era perto de 400. De acordo com o Jornal do Brasil e O País, cerca de 2 mil, in Chalhoub, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte Corte Imperial* / Sidney Chalhoub – São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 15.

eram descritas como “núcleo de desagregação social”²⁹ e local onde “malandros levantam barracos da noite para o dia, prejudicando a vida dos trabalhadores”³⁰.

O mesmo Lacerda, quando governador do Estado da Guanabara, deu início à política de remoções que perdurou durante as duas gestões seguintes e transferiu um contingente estimado de 100 mil pessoas para localidades longínquas do centro da cidade, como Vila Kennedy, Vila Aliança, Vila Esperança e Cidade de Deus, áreas de notável desproporção entre seus nomes eufemísticos e reais condições de moradia oferecidas pelo poder público. A falta de itens básicos como água, luz, saneamento e serviços de transporte fez com que muitos moradores optassem pelo regresso às favelas. À época, o líder católico Gustavo Corção era um dos defensores das remoções, alegando o risco de desabamento a que os moradores estavam submetidos. Em artigo publicado no jornal **Diário de Notícias**, em janeiro de 1966, Corção deixava transparecer a ideia das elites e do poder vigente sobre os favelados.

A notícia mais alvissareira da semana foi a iniciativa tomada pelos moradores das vilas Kennedy, Aliança e Esperança [...]. Consiste na iniciativa de um movimento junto a favelados do Pavão, Pavãozinho e Rocinha para convencê-los de que é muito melhor morar em casas bem feitas, embora em locais um pouco mais distantes. Essa iniciativa tem uma significação que transcende o episódio da calamidade da semana, porque justamente o que a dita calamidade veio revelar foi a pobreza cultural, a falta de civilização, o pouco gosto da gente favelada por uma situação que estará nas mãos deles melhorar³¹.

Moradores das favelas localizadas em bairros considerados *nobres* da cidade foram os mais atingidos com as remoções. Foram extintas as favelas do Largo da Memória, Catacumba, Piraquê, Praia do Pinto, entre outras. Nesta última, em episódio dramático, cerca de 40 mil pessoas perderam suas casas em um incêndio, até hoje não esclarecido. Conta-se que, dias antes, a então deputada Sandra Cavalcanti foi, pessoalmente, à favela tentar, sem êxito, convencer os moradores a deixar suas casas³². Hoje, no lugar da extinta comunidade, foram erguidos edifícios de apartamentos onde cada unidade dificilmente é vendida por valor inferior a um milhão de reais. O entorno da Lagoa é atualmente um dos lugares da cidade de mais alto valor comercial. Valorização esta, louvada pelos periódicos.

29 Jornal Vanguarda, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1947.

30 Idem.

31 Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1966.

32 Website Favela tem memória. Disponível em

<http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?text=praia+do+pinto&search%5Fby%5Fheadline=false&search%5Ftext%5Foptions=all&infoi d=84&search%5Fby%5Fauthorname=all&search%5Fby%5Ffield=tax&query=simple&search%5Fby%5Fpriority=all&search%5Fby%5Fsection=all&from%5Finfo%5Findex=6&sid=4&search%5Fby%5Fkeywords=any&search%5Fby%5Fstate=all>

Remoções salvaram a paisagem da Lagoa

No lugar de encostas reflorestadas e da paisagem que hoje é um dos cartões postais do Rio, o entorno da Lagoa poderia estar tomado por um mar de barracos. Projeções indicam que, se não tivessem sido removidas, as favelas da Praia do Pinto, Catacumba, Vila Hípica e Ilha das Dragas teriam nada menos do que 96.904 moradores. Mas se o ritmo de crescimento seguisse o da Rocinha, as comunidades abrigariam hoje 172.619 pessoas. [...] O arquiteto e historiador Nireu Cavalcanti explica que as favelas no entorno da Lagoa surgiram em uma época em que a região não despertava tanto interesse da construção civil e da classe média quanto Copacabana e Leblon³³.

3.2 O mito da marginalidade

Desde o seu surgimento até os dias atuais, a associação da favela à criminalidade é frequente nas páginas da imprensa. Janice Perlman (1977) aborda o estereótipo associado aos moradores das favelas do Rio de Janeiro. A autora define o senso comum associado a este conceito, segundo o qual, “um marginal, ou um elemento marginal significa um vagabundo indolente e perigoso, em geral ligado ao submundo do crime, da violência, das drogas e da prostituição” (ibid.: 236). De acordo com Perlman, na América Latina, as conotações pejorativas dos pobres afirmam-se na ideia da cidade como “fortaleza de cultura elevada, cidadela das elites, com uma grande homogeneidade de classes” (ibid.: 124).

A autora analisa diversos aspectos que nos levam a caracterizar as condições do *marginal* aos quais são atribuídos a alteridade do cidadão morador da *urbe*, este sim, legítimo detentor de direitos. Entre eles estão a localização na favela e suas características físico-urbanísticas, tais como construções de baixo padrão, alta densidade, falta de serviços municipais, ausência de condições higiênicas, colocação periférica em relação à área urbana e ocupação ilegal de terra; situação inferior na escala econômico-ocupacional, associando os favelados a desempregados, subempregados ou àqueles que participam precariamente do mercado de trabalho; migrantes ou recém-chegados ou membros de diferentes subculturas; minorias raciais e étnicas e transviados (ibid.: 123).

Segundo Perlman, as escolas de pensamento que levam ao conceito da marginalidade tiveram início “com uma conclusão predeterminada, usando a pesquisa empírica apenas para apoiar uma posição ideológica específica” (ibid.: 130). Na prática, o senso comum estabelece que

33 COSTA, J.; MAGALHÃES, L.E.; SCHMIDT, S. *Remoções salvaram a paisagem da Lagoa*. O Globo, Rio de Janeiro, 12 de abril de 2009.

os atributos dos marginais são diametralmente opostos aos da classe média urbana moderna, quando, de fato, existe pouca evidência empírica de que todos os membros da classe média urbana moderna possuam tais atributos, ou de que outros grupos não o tenham (ibid.).

4. Produção de notícias

“Assim que fossem reunidas e classificadas todas as correções consideradas necessárias a um dado número do Times, aquela edição era reimpressa, destruído o número original, e o exemplar correto colocado no arquivo em seu lugar. Esse processo de alteração contínua aplicava-se não apenas a jornais, como também a livros, publicações periódicas, panfletos, cartazes, folhetos, filmes, bandas de som, caricaturas, fotografias – a toda espécie de literatura ou documentação que pudesse ter o menor significado político ou ideológico. Dia a dia e quase minuto a minuto o passado era atualizado.”

George Orwell, 1984.

Na análise de Hall et al., notícia “é o produto final de um complexo processo que começa com uma combinação e seleção sistemática de eventos e tópicos de acordo com um conjunto socialmente construído de categorias” (HALL et al, 1981: 335). A seleção de eventos-notícia é realizada a partir de um processo que elege fatos que fogem à *normalidade*, que “quebram as expectativas da vida diária” (ibid.). Ou, de acordo com Paul Rock, “notícias consistem de evento incomum ocorrendo dentro da rubrica das caracterizações ‘usuais’ dos jornalistas.” (in COHEN e YOUNG, 1981: 24) Determinados eventos, entre uma infinidade de outros que ocorrem cotidianamente e não merecem a atenção dos veículos midiáticos, possuem *valores-notícia*, ou seja, características que os alçam à condição de notícia.

4.1 Seleção

A seleção de fatos que se tornarão notícias é realizada através de *gatekeepers*, quais sejam, editores, repórteres e proprietários de veículos de comunicação. “Apesar de não estarem escritos formalmente em nenhum lugar, os valores-notícia parecem ser amplamente compartilhados entre os diferentes tipos de mídia” (HALL et al, op.cit., 336). Ou, de acordo com Cohen e Young, “o critério para selecionar ‘pepitas de notícias’ das impurezas do cotidiano é o interesse público” (COHEN e YOUNG, op.cit.: 17). No entanto, “para dar ao público o que ele quer, é preciso saber o que agrada ao público. Este sentimento é uma capacidade que os jornalistas constroem ao longo da carreira” (ibid.).

Cohen e Young separam entre *modelo de mercado*, segundo o qual “o jornalista seleciona aqueles eventos que estão no interesse público e então, objetivamente, retratam o evento no formato e gênero da mídia em questão”; e o modelo *manipulativo*, aquele em que “os jornalistas são vistos como mercenários que selecionam as notícias de acordo com os critérios que atendem aos interesses de quem paga e nada mais importa” (ibid.). Desta forma, a definição de notícia, em Cohen e Young, é, no *modelo de mercado*, aquilo que revela; e, no *modelo manipulativo*, aquilo que esconde. Mais próximo do *modelo manipulativo*, Robert Cirino nota que “o jornalista não apenas faz uma ‘inspirada suposição’ sobre o potencial interesse de um item”, como também que “poderosos interesses comerciais e políticos direcionam sua atenção a questões particulares, enquanto enfraquecem outras” (ibid.).

Próximo da definição de Hall, Cohen e Young (ibid.) citam Leslie Wilkins, para quem, “o critério de seleção é a raridade de um evento, mas esta raridade é uma função da informação acerca das ações que a audiência tem da experiência direta sobre uma classe

particular de eventos, os eventos raros” (COHEN e YOUNG, 1981: 18). Wilkins nota ainda que “a informação retransmitida pelos meios de comunicação de massa é unidirecional, comparada ao conhecimento multidirecional derivado da experiência direta” (ibid.). Assim,

o estereótipo dos desviantes disseminado pela mídia é o caminho para simplificar a realidade. Isto é, nem uma distorção calculada do mundo real, nem uma reflexão acurada de eventos reais, mas, em vez disso, uma tradução da realidade dentro dos estereótipos. (Ibid.)

Cohen e Young apresentam ainda mais um fator de noticiabilidade para que um fato se transforme em notícia: a periodicidade. “A inserção de um determinado tipo de notícia nos jornais vai depender da escassez relativa que ela acontece” (Ibid.: 21). Outros fatores também devem ser considerados, como *consonância*, ou seja, “um item será mais prontamente assimilado se ele está de acordo com o estado mental do jornalista”. Para Bob Roshier, os quatro fatores que contribuem para que um evento se torne notícia são: gravidade, circunstâncias irônicas e raras, eventos dramáticos e o *alto status* de pessoas envolvidas. Hall apresenta características semelhantes dos eventos que julga facilmente capazes de se tornarem notícia nos jornais:

[...] eventos que ocorrem a pessoas de elite ou países de elite; eventos dramáticos; eventos que podem ser personificados como o ponto alto das características do humor, tristeza, sentimentalismo etc., eventos que têm consequências negativas e eventos que são parte de, ou podem ser feitos para parecer parte de um tema noticiável, são passíveis de serem boas histórias. (Hall et al, 1981: 336)

4.2 A interpretação dos eventos

No entanto, a mídia não exerce apenas o papel de selecionar os fatos e transformá-los em notícias. Ela atua também no sentido de interpretar os fatos para o público. Para isto, os veículos de comunicação o fazem a partir de um ponto de vista já preconcebido, através do que Hall denomina *mapas de sentido*: um conjunto de significados reconhecido como *a coisa certa* pela média da sociedade. Em outras palavras, a mídia não necessariamente constrói, mas exerce fundamental importância na tarefa de consolidar, reafirmar e perpetuar o *senso comum*, que é, para Gramsci:

a ‘filosofia dos não filósofos’, isto é, a concepção de mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio. O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o ‘folclore’ da filosofia, e, como folclore,

apresenta-se em inumeráveis formas; seu traço fundamental e mais característicos é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconseqüente, adequada à posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia. (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 2011: 148)

Cohen e Young chamam de *quadros de referência* este arcabouço sócio-cultural. Galtung e Hauge sugerem que “a configuração organizacional para coleta de notícias e o conjunto cultural pela visão de mundo dos jornalistas têm efeitos profundos na determinação da aceitação das informações recebidas”. Tal concepção tende a considerar que os jornalistas “estão criativamente selecionando e interpretando eventos para caber em seus preconcebidos modelos de universo social” (COHEN e YOUNG, 1981: 23).

As tão consagradas *objetividade* e *imparcialidade* jornalísticas servem, desta forma, para analisar os eventos “à luz do aceitável paradigma de ‘como as coisas acontecem’ e ‘o que o universo social parece ser’” (ibid.). Cohen e Young ponderam que “não há nada errado” com as preconcepções. “Entretanto, considerando que alguns paradigmas são sempre necessários, a questão de se o paradigma prevalente na mídia pode ser falso é o que ocorre apenas em raras ocasiões” (ibid.).

Se a *raridade* e a *escassez* estão entre os principais fatores de *noticiabilidade* de um evento, a fabricação de evento com tais características passa a ser processo comum aos profissionais de informação. A “manufatura de notícias”, nas palavras de Cohen e Young, tem como princípio prover o produto final das empresas jornalísticas e manter a rotina industrial deste mercado. É o que Gaye Tuchman denominou de “a rotinização do inesperado”. Ou seja, por mais paradoxal que possa parecer, “a mídia de massa deve rotineiramente processar informação – deve ser capaz de planejar antecipadamente, de modo a não ficar à mercê de acontecimentos inesperados” (ibid.).

4.3 Definidores primários e mídia

Se, para Galtung e Hauge, os jornalistas participam ativamente do processo de produção da notícia, Hall denomina de “relações recíprocas” aquelas entre a mídia, *definidores primários* e público. De acordo com o autor, os jornalistas buscam fontes *confiáveis* de notícia que forneçam o respaldo necessário de imparcialidade e objetividade àqueles *mapas de sentido* já estruturados e aceitos pelo público. Assim, “a mídia então tende, fiel e imparcialmente, a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder na ordem institucional da sociedade” (HALL et al, 1981: 341). O resultado é a transformação dessas fontes em

definidores primários. Nas palavras de Marx, “as ideias dominantes em qualquer época são as ideias da classe dominante” (op.cit.: 343).

O ponto importante sobre a relação estruturada entre a mídia e os definidores primários institucionais é que a mídia permite aos definidores estabelecer a definição inicial ou interpretação primeira do tópico em questão. Esta interpretação comanda o campo em todo o tratamento subsequente e estabelece os termos de referência nos quais toda a cobertura ou debate terá lugar. [...] Deste ponto de vista, no movimento de produção da notícia, a mídia fica em uma posição de estruturada subordinação aos definidores primários. (op.cit.: 342-343)

O tratamento dado à notícia pelos veículos midiáticos visa a transformar o tópico em questão em tema relevante para seu público. É o que Hall chama de “idioma público da mídia”. Desta forma, a reprodução dos temas propostos sob o *enquadramento* sugerido pelos definidores primários legitima as questões tidas como prementes. É a denominada *agenda setting*, ou seja, os tópicos repercutidos pela mídia tornam-se relevantes tanto para o público, como os agentes públicos formuladores e aplicadores de leis.

4.4 Notícias de crime

O crime é representado na mídia como frequentemente praticado por gangues organizadas, traficantes, psicopatas. Não raro, as notícias superestimam não apenas os tipos de crimes que ocorrem, como a sua frequência. Cohen e Young ressaltam a disparidade entre “a frequência relativa que o crime é noticiado na imprensa e as verdadeiras estatísticas” (COHEN e YOUNG, 1981: 21). Hall busca explicar essas distorções através da seleção das fontes utilizadas, quase sempre, policiais, juízes, vítimas ou definidores primários.

O que é mais impressionante sobre as notícias de crime é que elas muito raramente envolvem um relato em primeira mão do crime, improvável ‘olho-da-testemunha’ direto do *front* de guerra. Histórias de crime são quase completamente produzidas a partir de definições e perspectivas dos definidores primários institucionais. (op.cit.: 354)

Mark Fishman analisa a disparidade entre estatísticas de policiais e notícias de crime através do exame de “como e por que empresas jornalísticas constroem ondas de crimes” e “como isto se relaciona com o processo de coleta e interpretação de notícias.” (op.cit.: 26) Para o autor, ao “rotinizar o inesperado”, rejeita-se aqueles eventos que não se enquadram dentro dos critérios de noticiabilidade. “Assim, notícias são selecionadas de acordo com seus temas e moldadas a fim de se enquadrar nas respectivas categorias temáticas” (ibid.). Produz-se então, o que Fishman denomina “o típico evento atípico” (ibid.).

O autor procura analisar o processo de produção da notícia para explicar como são criadas as *ondas de crime* nos jornais, revistas e emissoras de TV. De acordo com Fishman, os jornalistas enquadram os acontecimentos criminosos em temas – crimes contra idosos, gangues de jovens, assaltos no metrô etc. – que logo serão transformados em *ondas de crimes* pelos veículos midiáticos e receberão atenção dos definidores primários, que, por sua vez, formularão políticas públicas de segurança para atenuá-las ou darão outras medidas. “Notícias exercem um papel crucial na formulação de questões e eventos públicos, e direcionam o seu curso subsequente.”³⁴

Assim como Hall, Fishman também reconhece a polícia como principal fonte das notícias de crime e credita a isso à preferência dos jornais aos *crimes de rua* aos *crimes de colarinho branco*. Ao mesmo tempo, reforçando a ideia de *relações recíprocas*, de Hall, o autor analisa que “os crimes selecionados são aqueles que a polícia acredita que são de interesse dos jornalistas e do público” (ibid.). Para Fishman, a confiança dos jornalistas nas fontes oficiais da lei – Polícia e Justiça -,

constitui outro componente da produção ideológica das notícias de crime. Jornalistas não saberão o que a Polícia não detecta rotineiramente ou não transmite a eles. O que jornalistas de fato sabem sobre o crime é formulado através das agências de aplicação da lei. (FISHMAN, 1978: 63)

Fishman também nota que os *crimes de rua* ganham mais atenção do que os *crimes do colarinho branco*. O autor credita este dado ao fato de a Polícia ser a fonte principal de notícias dos jornalistas na pesquisa realizada por ele em Nova Iorque, em 1976 e 1977. Fishman observa que as fontes “oferecem aquilo o que acreditam que os jornalistas se interessarão”, numa repetição contínua dos eventos e temas noticiados. Além deste fato, podemos adicionar ainda o pensamento, já dominante à época, de que os crimes contra o indivíduo são considerados *mais sérios* do que aqueles cometidos contra a sociedade, aquele ente “que não existe”, segundo o pensamento neoliberal.

As ‘ondas de crime’ levam a mídia a reproduzir uma imagem comum de que o ‘crime real’ é o crime de rua, o crime que ocorre entre estranhos, o crime que vitimiza os fracos e indefesos, o crime perpetrado pelos jovens viciados. Tais crimes de fato existem. Mas esta imagem torna-se a única realidade do crime que as pessoas irão encarar com seriedade por que ela é a única realidade impressa na mídia. E esta é a única realidade que os jornalistas estão aptos a reportar continuamente como tema do crime, e periodicamente, como ‘ondas de crime’ em grande escala. (op.cit.: 66)

³⁴ Fishman, M. Crime waves as ideology. Social Problems. Vol. 25, N° 5. June 1978, p.531-543, 1978. In POTTER, GARY W., KAPPELER, VICTOR E. Constructing Crime. Perspectives on Making News and Social Problems. Waveland Press Inc. United States, 1998.

Stuart Hall analisa o caso do *mugging*, assalto frequentemente seguido de violência, praticado por gangues de jovens percebidos como *arruaceiros*. Apesar de não haver uma tipificação bem definida, este ato criminalizável ganhou status de ocorrência comum nas estatísticas de criminalidade e nos jornais londrinos, entre os anos de 1972 e 1973. O autor utiliza o *mugging* para ilustrar, não o que pode ser percebido como uma *conspiração* entre empresas de comunicação e o poder público, mas sim, de que forma definidores primários e mídia atuam conjuntamente de forma a transformar um acontecimento em notícia e, daí para um tema de preocupação por parte do público, o que chama de “relações recíprocas”. O resultado é o que Hall define como “enquadramento ideológico” (HALL et al, 1981: 363). Como exemplo, cita o caso de um juiz que, baseado em notícias divulgadas na imprensa, condena um jovem a três jovens de prisão por *mugging*. No veredicto, o magistrado afirma que “todo mundo sabe que as agressões deste tipo estão crescendo e que o público deve ser protegido.” (op.cit: 364)

A articulação mútua dessas duas agências ‘relativamente independentes’ é tão sobredeterminada que não pode funcionar sem que se crie um ‘efetivo enquadramento ideológico e de controle sobre o tema’. Neste momento, a mídia, ainda que involuntariamente, através de suas próprias rotas autônomas, torna-se efetivamente um aparato do processo de controle – um ‘aparato ideológico do Estado’ (Althusser).” (ibid.).

4.5 Pânico moral e monstros populares

Traficantes, assaltantes, estupradores, *muggers*, entre outros, são comumente percebidos pela imprensa, definidores primários e público como *folk devils*, ou, de acordo com a livre tradução, *monstros populares*. De tempos em tempos, as páginas dos jornais elegem o seu vilão da vez. Se outrora tivemos os Nardoni, recentemente elegemos o *monstro de Realengo* ou mesmo os bueiros da *Light*. De acordo com Cohen, as sociedades estão sujeitas a períodos de *pânico moral* quando:

uma condição, episódio, pessoa ou grupo emerge e torna-se definido como uma ameaça aos valores e interesses da sociedade; sua natureza é apresentada a partir um estilo ou estereótipo pelos meios de comunicação; as barreiras morais são tripuladas por editores, bispos, políticos e outros pensadores ‘de direita’; especialistas socialmente confiáveis anunciam suas soluções e diagnósticos [...]. Algumas vezes, o pânico desaparece e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva; outras vezes, é mais sério e tem repercussões mais longas e podem produzir mudanças como em políticas legais e sociais ou mesmo no modo como a sociedade as concebe (COHEN *apud* CRITCHER, 2003: 9).

Seguindo a definição de Becker (2008), segundo a qual, o desvio não está em si mesmo, mas sim, no “processo que envolve reações de outras pessoas ao comportamento”, Cohen afirma que indivíduos desviantes são definidos “por aqueles que mobilizam sanções e rótulos. O processo de rotulação se torna o coração daquilo que é entendido como desviante” (ibid.) Neste contexto, mídia e definidores primários exercem papel importante na produção de pânico morais e monstros populares.

Mesmo se ela (a mídia) não está conscientemente engajada na cruzada ou na investigação, suas reportagens podem ser suficientes para gerar preocupação, ansiedade, indignação ou pânico. Quando tais sentimentos coincidem com a percepção de que valores particulares precisam ser protegidos, as pré-condições para a criação de novas regras ou definições de problemas estão presentes. (ibid.)

Cohen enumera três processos para a produção de “imagens distorcidas ou codificadas” de desvios ou desviantes:

Exagero e distorção da seriedade dos eventos. Os números envolvidos, a extensão de violência e dano à propriedade. A linguagem altamente emotiva é usada, histórias míticas perpetradas [...]; previsão de que tais eventos irão ocorrer; e simbolização através da linguagem: o mundo ‘*mod*’ (espécie de tribo urbana de jovens londrinos, com origem na década de 1950) torna-se representação de todo o estilo jovem e seu status desviante. (ibid.)

Desta forma, o pânico moral é gerado a partir dos tópicos centrais que merecem a preocupação dominante em uma determinada sociedade em dado momento; e os monstros populares são o *retrato estereotipado* do indivíduo desviante. Algumas das consequências são: eventos que outrora eram ignorados, agora passam a receber a atenção do público; novas medidas de controle são estabelecidas; surgem os “empresários morais” (na definição de Cohen, o equivalente a *definidores primários* para Hall), que estabelecem as normas do que é *certo* e *errado*: juízes, governantes, religiosos, jornalistas que, dedo em riste, norteiam, orientam, definem os padrões a serem seguidos e aqueles a serem condenados; e “petições políticas”, composto por “conselhos locais, ministério público e governo que aumentam os poderes da polícia e das cortes de Justiça” (ibid.).

4.6. Pacotes interpretativos

Katherine Beckett (1997) analisa o enquadramento ideológico do discurso midiático da imprensa norte-americana, nos eventos de crimes e drogas. A autora nota que o discurso sobre *lei e ordem* gera uma demanda por medidas mais duras de punição àqueles que infringem as leis institucionais estabelecidas

Raymond Michelowski resume este argumento: ‘este constante crescimento nas taxas de crimes... gera um crescente medo do crime, uma politização do problema do crime, e eventualmente uma mobilização política deste medo do crime transforma-se em demanda por mais e mais duras punições para aqueles que quebram as leis. Este, por sua vez, leva a um dramático crescimento em números absolutos de pessoas encarceradas.’ (op.cit.: 15)

Beckett identifica os diversos tipos do que William Gamson denomina *pacotes interpretativos* (livre tradução para *interpretative packages*), “que dão sentido às questões sociais, tais como o crime.”

No centro de cada “pacote” há um enquadramento central – uma ideia organizativa central que dá sentido a uma série de eventos ou fenômenos relacionados ao tema em questão. Os pacotes são também caracterizados por uma lista de “elementos assinados” que sugerem um enquadramento central e servem como “símbolos condensados” para o pacote inteiro. É importante notar que esses pacotes são descrições de “tipos puros”; eles não aparecem tipicamente nos produtos da mídia em sua inteireza, mas são enquadramentos conceituais para analisar o conteúdo muitas vezes mesclado e significado dos produtos da mídia. (op.cit.: 65-66)

A autora analisa o que descreve como “dispositivos retóricos evocativos” utilizados para dar um enquadramento ideológico às notícias. São destacados exemplos, frases feitas e caracterizações comuns desses dispositivos, no contexto norte-americano. Beckett divide ainda os *pacotes interpretativos* entre *estatais* (algo próximo dos *definidores primários* em Hall) e *não-estatais*, ou seja, os discursos mais utilizados pelas fontes da mídia, que podem ou não estar associadas ao Estado.

O primeiro pacote interpretativo das notícias sobre crime analisado por Beckett é *Respeito pela autoridade*. A questão central neste caso é a ideia de que os indivíduos não respondem pelo seu comportamento. O dispositivo retórico combate a ideia de se buscar causas para o crime, pois, desta forma, negligencia-se o objetivo principal que é o de conter os atos criminosos. A consequência é a leniência, a permissividade e a desobediência civil. A solução, segundo este enquadramento, “é fazer do respeito à lei e à ordem a prioridade” (idem). Beckett (1997) reconhece como frases feitas deste tipo de discurso retórico

mollycoddlers (“tratar com paternalismo ou excessiva proteção” em livre tradução), *permissividade*, *responsabilidade*, *parasitismo* e *lei e ordem*. A autora reconhece este pacote nas falas do candidato republicano Barry Goldwater, nas eleições norte-americanas de 1964.

Em seguida, Beckett identifica o discurso *Necessidade de equilíbrio*, como uma tendência um pouco mais branda em relação ao primeiro. Este pacote interpretativo reivindica um meio termo entre a necessidade de responder ao medo do crime, ao mesmo tempo em que se apontam suas causas. De acordo este dispositivo retórico, deve-se ter um foco a curto prazo, de modo a se empreenderem recursos para a aplicação da lei, sem, no entanto, deixar de buscar soluções a longo prazo para combater as causas mais profundas do crime. *Equilíbrio* é o termo mais utilizado como elemento de assinatura deste pacote, que foi a alternativa democrata ao *Respeito pela autoridade*, após 1965, nos Estados Unidos.

O terceiro modelo de discurso analisado é *Liberdades civis sob ataque*, pacote interpretativo utilizado por organizações de direitos civis como a American Civil Liberties Union (ACLU) e alguns congressistas tidos como progressistas. “A questão central deste pacote é a necessidade de desenvolver políticas de crime que sejam coerentes com os princípios de democracia e proteção das liberdades civis” (BECKETT, op. cit.: 67). Termos utilizados neste discurso incluem *processo justo*, *direitos civis*, e *direitos dos acusados*.

Beckett aponta *Pobreza causa crime* como o quarto pacote interpretativo, cuja questão central é apontar as causas estruturais do crime, tais como desemprego, ignorância, má higiene, má habitação, entre outras. *Causa raiz* é o elemento de assinatura apontado pela autora neste tipo de dispositivo retórico, apoiado por Lyndon Johnson, outros políticos democratas, em 1965, movimentos sociais, escritores e jornais tidos como progressistas, como *The Nation*.

Para analisar os diversos pacotes interpretativos descritos, Beckett sugere, em primeiro lugar, identificar os *elementos de assinatura*, considerando que cada notícia pode conter elementos de mais de um pacote. Em seguida, a autora divide tais amostras em *estatais* ou *apoiadas pelo Estado*, no caso da fonte citada na notícia ser claramente associada ao Estado, ou *não-estatal*, em caso contrário.

De acordo com a pesquisa da autora, na análise dos jornais impressos, mais da metade das amostras analisadas continham fontes ligados ao Estado. Desta maneira, segundo Beckett, “não surpreende que a cobertura da mídia sobre o crime e as questões das drogas alcancem picos quando a atividade do Estado nessas questões estava em seu mais alto nível” (op.cit.: 75). Os dados coletados indicam que, das amostras apoiadas pelo Estado, ¾ continham como pacote interpretativo o *Respeito pela autoridade*. “Essas histórias geralmente lamentam a

permissividade progressista e enfatiza, a necessidade de instalar o medo de punição a fim de conter a tendência em direção à ilegalidade” (BECKETT, 1997: 75). Já na pesquisa das reportagens de TV, 76% das amostras estavam associadas a fontes do Estado. Segundo Beckett, as notícias que se fiam em fontes do Estado “foram mais prováveis de descrever enquadramentos mais duros e relativamente menos prováveis a dar expressão a elementos ideológicos associados à Guerra fracassou” (op.cit.: 76-77). Desta maneira, a autora chega a duas conclusões: “Primeiro, notícias sobre crimes e drogas dependem fortemente de fontes oficiais. Segundo, oficiais estão aptos a promover questões favoráveis através da mídia de massa e, assim, afetar o enquadramento do crime e drogas nas notícias” (ibid.).

Por fim, Beckett conclui que o enquadramento ideológico da mídia sobre o crime e drogas pode, sim, influenciar a formulação de políticas públicas sobre os referidos temas.

A cobertura da mídia pode influenciar políticas de diversas maneiras. Primeiro, a cobertura da mídia pode influenciar formuladores de políticas diretamente, independentemente de qualquer impacto na opinião pública. Contando com suas iniciativas legislativas no crime e nas drogas, por exemplo, os políticos nos anos 1980, frequentemente citavam a crescente cobertura da mídia do problema das drogas como evidência do interesse público para o qual eles diziam responder. Os “oficiais” também podem perceber um alto grau de interesse da mídia como uma oportunidade para a exposição política ou como um sinal que o interesse público é provável crescer no futuro. Assim, independentemente de seu efeito potencial na opinião pública, a cobertura da mídia pode influenciar no processo de formulação de políticas tanto no nível federal como no local. Segundo, enquanto é muito simples dizer que o discurso da mídia causa mudanças na opinião pública, é indiscutível um componente crucial do contexto em que as opiniões públicas são formadas. É amplamente provável que a reprodução da mídia da visão oficial sobre crimes e drogas exerça um importante papel em gerar apoio para políticas de crime e drogas visando a punição mais do que a prevenção. (op.cit.: 78)

5. Unidades de Polícia Pacificadora

“Paz sem voz não é paz, é medo”

O Rappa, “Minha alma”

5.1 Antecedentes

Este trabalho analisa notícias publicadas no jornal **O Globo** a partir do mês de novembro de 2008. Na ocasião era recorrente a publicação de matérias jornalísticas e cartas de leitores nos jornais reivindicando maior *ordem urbana, legalidade*, palavra que motivou a criação da série de reportagens **Ilegal, e daí?**, no referido periódico, e de repressão à violência, supostamente causada por comerciantes varejistas de drogas. As reivindicações atendiam, em grande parte, ao público de classe média residente na zona sul da cidade. Não à toa, a campanha eleitoral à Prefeitura daquele ano reuniu, no segundo turno, os candidatos Eduardo Paes e Fernando Gabeira, sobremaneira identificados com o público em questão. Paes, vencedor do pleito, teve como um dos primeiros atos de governo o chamado **Choque de ordem**, que consistia em reprimir as atividades urbanas não reguladas pelo poder institucional do Estado, como o recolhimento da população de rua, o controle do comércio de vendedores ambulantes, a contenção da expansão das favelas, através da construção de muros de concretos, entre outros, muitas vezes, pelo uso da força por parte da Guarda Municipal do Rio de Janeiro. Ao tomar conhecimento da reportagem do jornal **O Globo** que relatava a ocupação do Palácio D. João VI, na Praça Mauá, por parte de manifestantes de movimentos sociais, que questionavam as condições em que estava sendo feita a revitalização da zona portuária do Rio, para coibir o ato Paes afirmou: “não vamos admitir ilegalidade”³⁵.

Tais iniciativas talvez não tivessem ocorrido não fosse o apoio do principal jornal diário da cidade e o terceiro maior do país em número de exemplares vendidos, bem como se não fossem realizadas em parceria com o governo do Estado do Rio de Janeiro, que igualmente lançou mão de iniciativas baseadas no clamor da *ordem, legalidade* e repressão à violência. A principal iniciativa neste sentido foram as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), implementadas a partir de novembro de 2008, no Morro Santa Marta, em Botafogo. Trata-se da ocupação permanente da comunidade por agentes policiais armados da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, de forma a reprimir o comércio varejista de drogas em 17 favelas do Rio de Janeiro.

³⁵ *Prefeito eleito condena o desrespeito à lei*. O Globo, editoria Rio. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2008, p. 14

5.1.1 Grupos de Policiamento em Áreas Especiais (GPAEs)

As unidades permanentes de Polícia situadas nas favelas do Rio não são iniciativas pioneiras. Em 2000, durante a gestão Anthony Garotinho, o governo de Estado do Rio de Janeiro criou os Grupos de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), inicialmente nas comunidades Pavão-Pavaõzinho e Cantagalo, em Ipanema. A estratégia baseava-se no policiamento preventivo e ostensivo nas favelas de modo a reprimir o tráfico de drogas nas referidas comunidades. Segundo estatísticas da Polícia Militar³⁶, as ocorrências de homicídios e *balas perdidas* foram reduzidas a zero nas favelas onde havia os GPAEs. Além disso, das 260 ocorrências registradas, apenas 25% foram de natureza policial criminal, enquanto 49% foram de natureza não-criminal, como condução de enfermos a hospitais ou auxílio a parturientes. Outra característica dos GPAEs era o encurtamento da distância social entre policiais e moradores. O documentário **Cavalo**³⁷ mostra como a iniciativa aproximou os agentes do Estado das crianças da comunidade, levando à drástica redução da criminalidade na região.

Com a eleição de Sérgio Cabral Filho, em 2007, para o governo do Estado do Rio de Janeiro, os GPAEs, que poderiam se tornar uma política de Estado, foram abandonados para dar lugar a uma política de governo. De acordo com a reportagem **Policiamento em favelas: história de um fracasso**³⁸ (Imagem 5), de **O Globo** – periódico contra o qual, o ex-governador declarou guerra durante seu mandato e sofreu as consequências, tendo seu nome constantemente publicado em reportagens que o acusavam de corrupção, entre outras denúncias - do dia 16 de novembro de 2008, os GPAEs tiveram contingente reduzido, levando ao consequente declínio de apreensões de armas e drogas e prisões. Na matéria, de página inteira, em sua edição dominical, **O Globo** deu voz ao sociólogo Luiz Eduardo Soares, ex-secretário de Segurança Pública de Garotinho, demitido ao vivo, durante a transmissão do telejornal RJTV, da TV Globo. “Hoje, um GPAE da região funciona com pouco mais de uma dúzia de PMS. [...] Que estrutura esse policial tem para desenvolver seu trabalho?” (idem), questionou Soares. Na matéria, consta ainda que o GPAE do Morro do Cantagalo, em Ipanema, realizou apenas duas apreensões de drogas e armas em dez meses. Em um *box* anexo à principal reportagem, um policial militar, identificado apenas como X, relata que

36 Disponíveis no site “Violência: faces e máscaras”, disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/violencia/vio03.htm>

37 “Cavalo” (2007), Brasil, documentário de Sandra Kogut, disponível em http://www.bancocultural.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4709&Itemid=365

38 RAMALHO, S. *Policiamento em favelas: história de um fracasso. Números mostram que modelo adotado não deu certo: falta de recursos condena PMS à ineficiência ou à cumplicidade*. O Globo. Editoria Rio, página 18. Rio de Janeiro. 16 de novembro de 2008.

“tirar serviço em um Posto de Policiamento Comunitário (PPC) é sinônimo de castigo”. De acordo com X, certa feita, ele e um companheiro foram cercados por traficantes após uma operação policial em que um bandido foi morto. “Nesse cenário, muito policial passa a ‘fechar’ (negociar) com os bandidos, recebendo uma caixinha semanal para manter os bandidos informados sobre operações.” Ainda segundo X, as apreensões realizadas nessas circunstâncias são, frequentemente, de drogas estragadas e de armas velhas, já dispensadas pelos traficantes.



Imagem 4: Policiamento em favelas: história de fracasso³⁹

Cinco dias depois, **O Globo** publica outra matéria⁴⁰ sobre o tema, dando conta da exoneração do major Ubiratan Saraiva de Carvalho, então comandante da unidade. A experiência, até então bem sucedida, que praticamente zerou os índices de criminalidade nas comunidades onde as unidades estavam sediadas, teve seu fim decretado poucos meses depois, para dar vez às UPPs, criadas por Cabral, mas com pouca ou nenhuma diferença em relação à iniciativa anterior. Já o Cavalão, situado em Niterói, município que não conta com

39 Idem.

40 RAMALHO, S. *Comandante do GPAE Cantagalo é exonerado. Unidade policial, instalada em morro de Ipanema, teve fraco desempenho, com apenas 2 apreensões em dez meses*. O Globo. Editoria Rio, página 19. Rio de Janeiro. 21 de novembro de 2008.

uma UPP sequer, voltou a ter seu território dominado pelo tráfico e hoje é um conhecido ponto de venda de crack em Niterói.

5.1.2 Mega eventos esportivos internacionais

À época da implantação da primeira UPP, a capital fluminense vivia a expectativa pela eleição à sede dos Jogos Olímpicos de 2016 e a uma das cidades brasileiras a abrigar partidas da Copa do Mundo de 2014. Tais eventos são organizados por organismos privados internacionais, que determinam as normas de conduta a serem seguidas pelos governos locais como pré-requisitos para a escolha das cidades-sede. Algumas das determinações impostas vão desde o padrão dos estádios construídos para a realização dos jogos até as malhas viárias terrestre e aérea a serem construídas para o evento e que ficarão como legado (caso sejam realmente concluídas) para o país. Em países como a Alemanha, sede da Copa do Mundo de 2006, já havia estádios de futebol concluídos e em perfeito estado de conservação, o que permitiu que o governo alemão resistisse às exigências de construção de novas unidades. Já as autoridades brasileiras, para adaptarem-se aos padrões da Federação Internacional de Futebol (Fifa) e do Comitê Olímpico Internacional (COI), estão implementando uma série de intervenções urbanas na capital fluminense. (Não à toa as sedes das edições de 2018 e 2022 serão, respectivamente, Rússia e Qatar, países emergentes, grandes exportadores de petróleo e gás, mas com prestígio político internacional insuficiente para rejeitar as imposições de uma entidade internacional secular como a Fifa, que conta com mais de 200 países entre seus afiliados). De acordo com expressões publicadas nos próprios periódicos, a iniciativa visa a “criar um cinturão de segurança na zona sul, Centro e zona norte para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016”⁴¹.

O combate ao comércio varejista de drogas no Rio de Janeiro cresce a cada ano, como visto anteriormente. O principal foco das ações da Secretaria Estadual de Segurança Pública concentra-se nas favelas, onde estão sobremaneira localizados os indivíduos enquadrados nas características da *sujeição criminal*. Os confrontos violentos entre grupos armados de traficantes e a polícia ganham destaque na imprensa local e ultrapassam as fronteiras da cidade, do estado e do país, tomando repercussão internacional e atingindo a economia da cidade, no que diz respeito ao turismo. No sentido de garantir uma maior *sensação de*

41 COSTA, A.C., MAGALHÃES, L.E. *Lista das comunidades: Prefeito desautoriza representante da Prefeitura que divulgou cronograma de implantação das UPPs*. O Globo Online Rio de Janeiro, 23 de março de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2010/03/25/prefeito-desautoriza-representante-da-prefeitura-que-divulgou-cronograma-de-implantacao-das-upps-916164513.asp>

segurança, não apenas aos moradores das classes média e alta da cidade - enquadrados nas características de *vítimas virtuais*, potencialmente mais propensos a sofrer com o crime - mas também aos turistas estrangeiros, o governo do Estado do Rio de Janeiro está implementando as *UPPs* na capital fluminense. É importante observar que a iniciativa não chegou até bairros mais afastados da capital, como Santa Cruz, Campo Grande e Bangu, localidades com população estimada entre de 300 mil e 500 mil habitantes, baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e alto número de óbitos decorrentes de tais confrontos. Tampouco foram contemplados municípios como Niterói, São Gonçalo, ou outras cidades do Estado, que igualmente enfrentam problemas oriundos da violência urbana.

Faz-se notar, portanto, que a prioridade da instalação das *UPPs* foi mesmo a capital, com 17 unidades, até agosto de 2011 (Imagem 5). Na zona sul - local onde o valor do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), recolhido pela Prefeitura é mais elevado, onde residem os moradores de maior poder aquisitivo e onde estão localizadas as praias, restaurantes, casas noturnas e hotéis mais caros da cidade, frequentados sobremaneira pelos turistas estrangeiros de passagem pela cidade - foram criadas *UPPs* nas seguintes favelas: Santa Marta, em Botafogo; Babilônia e Chapéu Mangureira, no Leme; Cantagalo, Pavão e Pavãozinho, em Ipanema; Ladeira Tabajaras e Morro dos Cabritos, em Copacabana; e Morro dos Prazeres, em Santa Tereza. Zona norte e centro - próximo à sede da Prefeitura, que já sofreu ataques a tiros, supostamente por parte de traficantes armados; onde localiza-se o bairro da Tijuca, tradicional reduto da classe média carioca; e ao Maracanã, estádio de futebol que é um dos principais pontos turísticos da capital fluminense e que sediará jogos da Copa do Mundo de 2014, evento que transformará o espetáculo futebolístico de acontecimento popular e democrático da cultura carioca em um espetáculo dirigido a poucos dirigentes esportivos, autoridades governamentais, influentes empresários, entre poucos outros - foram criadas *UPPs* nos morros do Borel, Andaraí, Salgueiro, Formiga e Turano, na Tijuca; Macacos, em Vila Isabel; São João, no Engenho Novo; Complexo do São Carlos, no Catumbi; Providência, no Santo Cristo; Fallet e Fogueteiro, no Catumbi.



Imagem 5: O Mapa da Pacificação⁴²

5.1.3 Milícias

Já a zona oeste conta com apenas duas UPPs, criadas por motivações distintas. A Cidade de Deus, famosa mundialmente pelo *blockbuster* de mesmo nome, do diretor Fernando Meirelles, e pela atuação do midiático *rapper* e ativista MV Bill, encontra-se em área estratégica. Vizinha da badalada Barra da Tijuca, reduto de novos-ricos, empresários, futebolistas, entre outros, a CDD, como também é conhecida, está localizada no meio do trajeto entre a Barra e o Aeroporto Internacional do Galeão. Também nas cercanias, serão construídas as principais instalações desportivas para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e as hospedagens das delegações de atletas para o evento.

A segunda UPP da zona oeste encontra-se na favela do Batam, em Realengo. Chama a atenção o fato de ser a única unidade instalada em área outrora dominada por quadrilhas de milicianos – grupos armados compostos por policiais, bombeiros e outros agentes do Estado que, através do poderio bélico e econômico, impõem o domínio de grande parte dos bairros da

⁴² O mapa da pacificação. O Globo. Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 2011. Disponível em http://oglobo.globo.com/fotos/2011/01/05/05_rio_mapa-Favelas-UPPs.jpg

zona oeste, Baixada Fluminense, Região dos Lagos e outros municípios do Estado. As *milícias* chegam a contar com representação política na Câmara dos Vereadores, Assembléia Legislativa do Estado e no Congresso Nacional, eleitos democraticamente pelo voto popular. Em 2008, jornalistas do diário carioca **O Dia**, incumbidos de reportar a ação das *milícias* na favela, foram sequestrados e torturados durante dias, após descobertos.

As *milícias* chegaram a ser denominadas de “auto-defesas comunitárias”, pelo ex-prefeito do Rio César Maia e foram beneficiadas pela omissão do poder público até o episódio do Batam. A partir de então, a Assembléia Legislativa do Rio aceitou iniciar os trabalhos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar os crimes praticados por grupos de milicianos em todo o estado do Rio⁴³. A comissão foi presidida pelo deputado Marcelo Freixo (PSOL) e contou ainda com a participação dos deputados Cidinha Campos (PDT, vice-presidente), Gilberto Palmares (PT, relator), Paulo Ramos (PDT), João Pedro (DEM), Paulo Melo (PMDB), Pedro Paulo (PSDB) e André Correa (PPS). A partir de denúncias de moradores de bairros e municípios controlados por milicianos, o documento pediu o indiciamento de 226 pessoas, citadas como integrantes dos grupos que controlavam serviços ilegais de segurança, fornecimento de TVs a cabo, venda de gás, monopólio de transporte alternativo e até mesmo o comércio de ambulantes, principalmente, na zona oeste, Baixada Fluminense, Niterói e Região dos Lagos. Em caso de descumprimento das ordens impostas, as penas imputadas pelos milicianos variam desde ameaças até a tortura e a morte. Entre os envolvidos, estão agentes públicos da área de Segurança Pública do Estado, tais como policiais civis, militares, bombeiros e agentes penitenciários. Os nomes de políticos democraticamente eleitos para cargos públicos também constam no relatório final da CPI, entre aqueles que devem ser indiciados por favorecimento ou envolvimento a grupos de milicianos, tais como o ex-chefe de Polícia Civil e ex-deputado estadual, Álvaro Lins, o deputado estadual Natalino Guimarães, o vereador André Ferreira, o Deco, entre outros.

Apesar de todo o trabalho realizado pelos parlamentares e da repercussão na opinião pública, há indícios de que as atividades dos grupos de milicianos persistem. De fato, para as estatísticas criminais oficiais, as *milícias* funcionam e servem como eficazes cabos eleitorais, pois, a despeito da extorsão praticada contra os moradores e comerciantes locais, nas comunidades controladas por milicianos, não há tráfico de drogas ou roubos. Além disso, quaisquer outros delitos cometidos, dificilmente são denunciados nas delegacias da região.

43 Relatório final da CPI das Milícias. Disponível em <http://www.marcelofreixo.com.br/site/upload/relatoriofinalportugues.pdf>

Em suma, as atividades criminosas praticadas pelas milícias afetam mais explicitamente aos moradores daquelas localidades, enquanto que as atividades das facções do tráfico são frequentemente associadas aos crimes que ocorrem no asfalto. Portanto, se a vida sob o comando das milícias pode ser cruel, para as classes média e alta e a imprensa, que acompanham à distância o que, de fato, acontece na zona oeste e Baixada Fluminense, os indicadores de criminalidade divulgados pela Secretaria de Segurança Pública dão a impressão de que o Rio de Janeiro está, realmente, se livrando da violência imposta por grupos armados. O episódio do Batam, que envolveu a equipe do jornal **O Dia** foi uma exceção à regra de que os delitos cometidos pela milícia não ultrapassam os limites das comunidades controladas. Por esta razão, a favela é, até hoje, a única dominada por milicianos a receber uma UPP.

Desta forma, uma análise superficial dos números é capaz de fazer crer nos benefícios trazidos a partir da implantação das UPPs no Rio de Janeiro. Segundo reportagem de **O Globo**⁴⁴, de 26 de novembro de 2011, o índice de homicídios caiu cerca de 50% em 38 bairros contemplados pelas UPPs, nos três anos do programa. Os roubos diminuíram de 612 para 178, enquanto o assalto a transeuntes caiu de 289 para 103, durante o primeiro semestre de 2011⁴⁵. A implantação de projetos sociais, como coleta de lixo e cursos profissionalizantes, regularização de serviços de iluminação e TV a cabo, valorização dos imóveis e do comércio na comunidade e em seu entorno são outros benefícios citados pelos jornais como conquistas da cidade a partir do advento das UPPs. Além desses, outro *ganho* chama a atenção: a aprovação política do governador. De acordo com reportagem publicada em 16 de outubro de 2010, Sérgio Cabral Filho obteve o dobro de votos nas favelas onde havia UPPs instaladas no pleito daquele ano, quando o governador concorreu à reeleição. Cabral venceu ainda no primeiro turno com percentuais expressivos na Cidade de Deus (75% dos votos), Tijuca (65%), Pavão-Pavaózinho (64%), entre outras localidades⁴⁶.

De fato, a instalação das 17 Unidades de Polícia Pacificadora (até janeiro de 2012) representam um ganho significativo na área de Segurança, entre outras, dos cerca de 280 mil moradores dessas comunidades e de seu entorno⁴⁷. No entanto, o que este trabalho deseja mostrar é de que forma o principal jornal impresso da cidade e o terceiro maior do país

44 ROCHA, C., BOTTARI, E. VASCONCELLOS, F. *UPPs reduziram homicídios em 38 bairros. Média é de 50%. Cerca de 270 vidas foram salvas em 3 anos*. O Globo. Editoria Rio. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/upps-reduziram-homicidios-em-38-bairros-3331252>

45 CANDIDA, S., RAMALHO, S. *ISP: áreas de UPPs têm redução de crimes*. O Globo. Editoria Rio. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/isp-areas-de-upps-tem-reducao-de-crimes-2698779#ixzz1jeO3Sgpt>.

46 BOTTARI, E. *UPPs levam Cabral a ter o dobro do número de votos em áreas pacificadas em relação a 2006*. O Globo. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/upp-leva-cabral-ter-dobro-do-numero-de-votos-em-areas-pacificadas-em-comparacao-com-2006-2938078>

47 De acordo com o sítio UPP Repórter, abrace essa ideia, da Secretaria de Segurança do Governo do Estado. Disponível em http://upprj.com/wp/?page_id=20

contribui para a produção de sentido de uma análise, muitas vezes acrítica, acerca de uma política de Segurança Pública do governo do Estado como um todo, que deveria contemplar tanto os bairros mais abastados, como os mais carentes, além dos demais municípios. Ao contrário, o que se observa é o direcionamento de vultosos recursos públicos para uma área específica – já denominada publicamente como *cinturão de segurança do centro financeiro do Rio* – que pretende contemplar a população economicamente privilegiada, bem como autoridades internacionais e turistas que visitarão a cidade durante a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. É importante ressaltar que, de acordo com dados do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, capital fluminense tem 1,3 milhão de habitantes vivendo nas 763 favelas da cidade, o que representa 22% dos cerca de 6,3 milhões de moradores⁴⁸. Desta forma, tal política de governo acaba por criar *favelas de elite*, situadas próximas aos bairros mais ricos da cidade, e negligencia sobre a situação de todas as demais áreas ocupadas por favelas, localizadas em bairros afastados do tal *cinturão de segurança*, onde reside a esmagadora maioria da população carioca que, em grande parte, permanece entregue ao jugo de criminosos de farda, os chamados *milicianos*.

5.2 Metodologia de pesquisa

Esta pesquisa analisou as matérias sobre as Unidades de Polícia Pacificadora publicadas no jornal **O Globo** entre novembro de 2008 até dezembro de 2011. O periódico foi o escolhido para a análise por fazer parte do maior conglomerado de comunicações do Brasil, ser o jornal de maior vendagem no Estado do Rio de Janeiro, com 28,97% do mercado, e o terceiro mais vendido do país, com média diária de 264 mil exemplares por dia - de acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC)⁴⁹ - condição que faz com que suas reportagens, editoriais e cartas de leitores tenham influência na formulação de políticas por parte dos entes públicos nas três esferas governamentais.

Foram pesquisadas notícias da editoria **Rio** e suplementos dos jornais de bairros, além das versões digitais do mesmo periódico - disponíveis na internet através do sítio eletrônico **O Globo Online** - com o objetivo de analisar como se dão as *relações recíprocas* entre as notícias publicadas e as medidas tomadas pelas respectivas esferas governamentais. As favelas foram selecionadas por sua localização geográfica - zona sul, centro, zona norte e

48 GALDO, R. *Rio é a cidade com maior população em favelas do Brasil*. O Globo. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/rio-a-cidade-com-maior-populacao-em-favelas-do-brasil-3489272>

49 Dados disponíveis no site <http://www.blogdodecio.com.br/tag/o-globo/>

zona oeste – e importância para os objetivos descritos pela política de Segurança Pública do Governo do Estado. São elas: Morro Santa Marta, por ter sido a primeira a receber uma UPP e servir como modelo da ocupação policial pela Secretaria Estadual de Segurança Pública; Morro de São Carlos, tradicional reduto da *malandragem*, boemia e, por que não, criminalidade carioca, desde o início do século XX, outrora dominada por Rogério Rios Mosqueira, vulgo *Roupinol*, considerado o “maior distribuidor de cocaína do Estado”; Cidade de Deus, segunda comunidade a receber uma UPP, e umas das maiores dentre elas, com um total estimado em 45 mil pessoas beneficiadas pela iniciativa; e o Morro do Borel, localizado na Tijuca, bairro de classe média, percebido como um dos mais atingidos pela violência urbana. Ao todo, foram analisadas 180 matérias das quatro comunidades, em um período de pouco mais de três anos, entre 12 de novembro de 2008 e 16 de dezembro de 2011. O trabalho analisou também notícias publicadas no periódico na última semana de novembro de 2010, quando da ocupação militar no Complexo de Favelas do Alemão. A iniciativa não apenas ocupou espaço nas editorias **Rio** e **Carta de Leitores**, como ganhou as capas daquela semana, além de um caderno especial encartado dentro do jornal, com relatos sobre os acontecimentos.

Para a análise das matérias, utilizamos na pesquisa conceitos análogos aos *pacotes interpretativos* definidos por Beckett (1997), de acordo com a realidade do crime no Rio de Janeiro:

1) *Lei e Ordem na favela*: como o nome sugere, similar aos pacotes norte-americanos que reivindicam maior rigor à aplicação da lei no combate ao crime, em especial ao tráfico de drogas, percebido como o principal causador da violência urbana no Rio de Janeiro. Neste discurso, a favela é vista como um território *sem controle*, onde imperam as ordens de traficantes armados, que não respeitam a autoridade do Estado. Desta maneira, de acordo com este enquadramento, as *UPPs* são a única saída. Entre as expressões mais utilizadas neste discurso estão *ocupação*, *poder paralelo*, *monopólio da força*, entre outras similares.

2) *Cidadania na favela*: Neste modelo discursivo, os moradores são vistos como cidadãos mercedores de direitos legítimos, entre eles, a Segurança Pública. Esses direitos são ameaçados pelos traficantes armados e a UPP surge, novamente, como a única solução possível. Apesar de reconhecer os moradores das favelas como mercedores de políticas por parte do Estado, este enquadramento ainda diferencia estes dos moradores do *asfalto*. Para torná-los iguais, deve-se normalizar a vida da favela e torná-la o mais próxima possível da cidade *legal*, aquela regida pelos ditames e leis do Estado instituído. “Legalizar”, “Regularizar”, “Acesso a serviços”, são alguns dos termos comumente utilizados.

3) *Liberdades civis sob ataque*: este pacote, assim como na análise de Beckett, reconhece a privação das liberdades dos moradores ameaçada, em detrimento de medidas de segurança mais duras. Entre essas medidas, a proibição de bailes *funk* nas favelas onde há a presença de UPPs, sob a argumentação de que tais eventos são realizados com fins de promover o tráfico de drogas. Estão entre as expressões frequentemente utilizadas *truculência policial*, *proibição*, *Estado Policial*, *direitos civis*, entre outras.

4) *Pobreza causa crime*: na análise de Beckett argumento utilizado pelo partido democrata nos anos 1960. Este modelo discursivo busca explicar o crime através da má distribuição de renda, falta de recursos financeiros, econômicos e sociais. Busca justificativas para o crime através da *culpa* das classes alta e média e vitimiza o pobre, frequentemente estigmatizando-o por esta condição. Termos comuns neste tipo de enquadramento são *pobreza*, *delinquência*, *abandono*, *investimentos sociais*, entre outros.

Assim como na análise Beckett, constatamos, nas matérias acerca das UPPs, a presença de mais de um pacote interpretativo em algumas delas. No entanto, elegemos apenas um pacote predominante, a partir da presença de *elementos de assinatura* (BECKETT, 1997), presentes nos títulos, chamadas de capa do periódico e textos. É importante ainda analisar não apenas o pacote interpretativo adotado nas reportagens, mas também, aqueles que são preteridos em benefício de um ou outro enquadramento. A escolha das fontes estatais ou não-estatais também foram analisadas e, ainda, a que objetivo se propõe o uso desta fonte. Exemplo: um morador tem sua declaração publicada com o objetivo de referendar a implantação de uma UPP ou para denunciar a violação dos direitos civis por parte dos policiais?

Na análise das matérias, é importante checarmos, ainda, outras três formas de enquadramentos, que denominamos *Clivagens Ideológicas*:

1) A quem se destinam as UPPs? Às matérias que possuem *elementos de assinatura* que corroboram a implantação de UPPs visando garantir maior segurança aos moradores do asfalto, denominamos *UPPs para o Asfalto* (UPPA). Já aquelas que apresentam as UPPs como forma de assegurar segurança e outros benefícios aos moradores das favelas, classificamos *UPPs para a Favela*.

2) As UPPs garantem um *Estado Democrático de Direito* (EDD) ou um *Estado Policial* (EP)?; e

3) Seriam as UPPs parte de uma *Política Isolada* (PI) e efêmera, ou uma iniciativa de uma *Política Permanente* (PP), que resolverá os problemas de segurança pública e de desigualdade existentes nas favelas?

Já no capítulo 6, analisaremos as vozes dissonantes, as publicações produzidas nas favelas, para compararmos o que é dito na grande mídia comercial com o que é narrado pelos moradores das próprias comunidades acerca das UPPs.

5.3 Estudos de casos

5.3.1 UPP Santa Marta

Com uma população estimada, em 2011, em seis mil habitantes, distribuídos em cerca de 55 mil metros quadrados, de acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro⁵⁰, o Santa Marta (ou Dona Marta, como prefere o jornal **O Globo**) foi retratado no cinema pelo cineasta Eduardo Coutinho, através do documentário **Santa Marta, duas semanas no morro** (1987)⁵¹. Na película, moradores da comunidade relatam o cotidiano de opressão e o estigma da marginalidade. Em uma das cenas, um morador afirma que “eles (os policiais) pensam que as pessoas que moram na favela não são humanas, não são civilizadas... são animais.” Em outro momento da película, uma moradora interpela um policial que faz plantão na entrada da comunidade e pede “uma reformulação na forma de abordagem”. Constrangido, o PM diz concordar com a reivindicação, mas afirma não praticar os abusos descritos pelos moradores.

No entanto, se para os moradores da comunidade, na década de 1980, a realidade era a violência policial, para os residentes no *asfalto*, o Santa Marta era representado por uma dualidade. Havia quem percebesse na favela a ameaça de tiroteios diuturnos e local de refúgio de marginais que levavam a insegurança para o bairro de Botafogo e adjacências. Havia também aqueles que olhavam para o alto do morro como um cobiçado ponto de venda de drogas na zona sul do Rio, um dos principais entrepostos de distribuição de entorpecentes da região, cujas bocas de fumo eram frequentemente visitadas por usuários de alto poder aquisitivo.

Devido a esta imagem, mais comum do público médio e das classes governantes, o morro foi escolhido como sede da primeira Unidade de Polícia Pacificadora do governo Sérgio Cabral. A geografia foi outro fator importante para a escolha da comunidade pelos órgãos de Segurança. Além da proximidade a bairros nobres da cidade, o Santa Marta tem uma população menor à da Rocinha e não possui ligações com outras favelas - como acontece com Rocinha e Vidigal, por exemplo, outras favelas então dominadas pelo tráfico na zona sul

⁵⁰ Dados do sítio “UPP Repórter, abraça essa ideia”, disponível em http://upprj.com/wp/?page_id=42.

⁵¹ SANTA Marta - Duas semanas no morro. Direção: Eduardo Coutinho. Brasil. 1987.

do Rio – o que impossibilitaria a fuga dos traficantes no momento da operação policial. Afora os seis mil habitantes da comunidade, estima-se que outras quatro mil pessoas moradoras das cercanias são beneficiadas com a ocupação policial na favela. Ao todo, um efetivo de 112 homens atua na localidade, sob o comando da capitã Priscilla Azevedo.

Foram analisadas, ao todo, 26 matérias sobre a ocupação policial no Morro Santa Marta para a instalação da UPP, entre os dias 20 de novembro de 2008 e 3 de maio de 2011. É notável que, até então, predominava um espaço maior nas páginas do jornal **O Globo** de matérias de enquadramento *Lei e Ordem na favela*. A comunidade era representada como local onde eram frequentes intervenções da Polícia, em busca de entorpecentes e de comerciantes varejistas de drogas. Também era associado a esta atividade o constante roubo e furto de carros nas imediações da favela, provocando um sentimento de *insegurança* nos moradores do bairro de Botafogo (e não da favela), vizinho àquela comunidade, como nesta reportagem de 28 de maio de 2008, exatos seis meses antes da ocupação da favela:

Troca de tiros entre bandidos e policiais no Dona Marta leva pânico a moradores

RIO - Uma intensa troca de tiros entre policiais e bandidos no Morro Dona Marta, em Botafogo, na manhã desta terça-feira, deixou os moradores do bairro em pânico. A operação, que tinha como objetivo prender traficantes e apreender drogas e armas, foi comandada pelo 2º BPM (Botafogo). Segundo o comandante do batalhão, tenente-coronel Gileada Albuquerque, houve intensa troca de tiros assim que os cerca de 30 policiais entraram a favela, cerca de 8h. Bandidos chegaram a lançar granadas de efeito moral em direção aos policiais logo na parte alta do morro, próximo ao Mirante Dona Marta.

Um homem suspeito foi detido. Segundo o coronel, ele correu quando viu a polícia, foi alcançado e levado para a delegacia de Botafogo.

Os bandidos fugiram pela mata. Ninguém foi preso. Tiros e explosões foram ouvidos por visitantes do mirante, um dos principais pontos turísticos da cidade. O movimento na região é maior desde segunda-feira: com o fechamento do Heliponto da Lagoa, a saída de vôos panorâmicos foi transferida para o Mirante Dona Marta. O local está policiado e o tiroteio não afetou a rotina de visitas.

A operação terminou no final da manhã desta terça. Os policiais apreenderam munições de fuzil e pistola, além de uma granada, rádios transmissores e pequenas quantidades de maconha, cocaína e crack.⁵²

A reportagem que marca a ocupação da Polícia no Santa Marta data de 20 de novembro de 2008⁵³. De acordo com a matéria, “além do choque de ordem, o objetivo da operação era prender Francisco Rafael Dias, chefe do tráfico no local.” O texto relata a

52 COSTA, A.C. *Tiroteio: Troca de tiros entre bandidos e policiais no Dona Marta leva pânico a moradores*. O Globo Online. Rio de Janeiro, 27 de maio de 2008. Disponível em http://oglobo.globo.com/rio/mat/2008/05/27/troca_de_tiros_entre_bandidos_policiais_no_dona_marta_leva_panico_moradores-546522491.asp

53 COSTA, A.C. *Polícia ocupa o Morro Dona Marta. PMS apreendem 10kg de maconha e equipamento de som de baile funk*. O Globo. Editoria Rio, página 17. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 2008.

apreensão de 10 quilos de maconha e de um equipamento de som utilizado em bailes *funk*, manifestação cultural legítima e já tradicional nas favelas da cidade, mas fortemente associada ao tráfico de drogas, de acordo com a Polícia. Ainda não se fala em UPP, mas sim em ocupação “por tempo indeterminado”. Também consta na reportagem que “equipes de fornecimento de água, energia e limpeza urbana, entre outros serviços, poderão trabalhar com tranquilidade”. Uma diferença entre a primeira incursão da Polícia para instalação da unidade e as posteriores foi a reação dos traficantes. Inicialmente (como era hábito nas incursões da Polícia nas favelas da cidade), a Secretaria de Segurança Pública não informava o dia e horário das ocupações, provocando assim, “intensa troca de tiros [...], por volta das 5h30 da manhã”, horário em que muitas pessoas estão deixando suas casas em direção ao trabalho. Por fim, a repórter Ana Cláudia Costa informa que os “traficantes estavam escondidos em uma creche desativada no alto do morro”.

Oito dias depois, o jornal **O Globo** noticia, justamente, a ocupação da referida creche para a instalação de uma unidade da Polícia. Na ocasião, ainda não havia surgido o nome **Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)**. Talvez por ainda não se tratar de uma política de Segurança Pública claramente definida, com prazos, metas e um planejamento delineado - além de não haver uma estratégia de Comunicação Social do governo do Estado que a divulgasse - a notícia da instalação de uma “unidade da PM” no Morro Santa Marta ganhou destaque pelo protesto dos moradores contra a ocupação do prédio que funcionava como creche de crianças naquela comunidade. O enquadramento predominante nesta matéria é o *Liberdades civis sob ataque*. Talvez por este motivo, a localização da reportagem **Unidade da PM em prédio de creche gera protestos no Morro Santa Marta**⁵⁴ (Imagem 6) na página foi secundária, em relação ao tiroteio que “fechou avenidas por cinco horas”, de enquadramento *Lei e ordem na favela*.

54 ARAÚJO, Vera. *Unidade da PM em prédio de creche gera protestos no Morro Dona Marta*. O Globo. Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2008, p. 15.



Imagem 6: Unidade da PM em prédio de creche gera protestos no Morro Dona Marta⁵⁵

Sobre a ocupação do Santa Marta, o texto sugere que o Estado está tentando melhorar as vidas dos moradores que, teimosa e tacanhamente, dificultam a iniciativa: “[...] Beltrame tentou explicar a importância de se implantar o policiamento comunitário no local, mas os moradores foram irredutíveis [...]”⁵⁶. A reportagem do **Globo** entrevistou o secretário de Segurança Pública do Estado, José Mariano Beltrame, segundo quem o objetivo era que a iniciativa servisse como padrão para futuras ocupações policiais como aquela. Beltrame justifica a iniciativa como forma de levar o Estado democrático de direito (“É preciso que as pessoas tenham dignidade”, argumenta) aos moradores (“A comunidade tem que querer”), a partir da ocupação permanente de policiais.

Queremos um policiamento modelo e escolhemos o Dona Marta porque a comunidade já tem uma presença forte do estado. Será um policiamento diferente. Os policiais já estão sendo treinados para isso. A comunidade tem que querer esse policiamento e não posso expor os policiais à morte.⁵⁷

55 Idem
56 Idem
57 Idem

É curioso como nos dias que se seguiram à ocupação do Santa Marta pelas tropas da polícia, o jornal **O Globo** não publicou linha sequer sobre a iniciativa. A ideia era que se tratava de um protesto de moradores contra uma medida isolada da Polícia Militar, sem qualquer desdobramento futuro. Somente no dia 3 de dezembro de 2008, o mesmo jornal publicou matéria com chamada na capa: **Uma favela sem tráfico. Até quando?**⁵⁸ (Imagem 7). O mesmo fato que rendeu um pequeno espaço cinco dias antes, sob o enquadramento *Liberdades civis sob ataque*, ganha destaque na edição do dia 3 com a mudança do enquadramento para *Lei e ordem na favela*.



Imagem 7: Uma favela sem tráfico. Até quando?⁵⁹

Nas cartas de leitores, o tema dá origem à publicação de nove missivas elogiosas, enaltecendo o feito. No entanto, em três delas, há críticas ao fato de a ocupação ter se dado sem que tivesse havido a prisão de traficantes e o temor de que o tráfico se transfira para outras localidades. “Para onde se mudaram? Leblon, Copacabana, Méier, Tijuca [...] Quer dizer, cuidado, cariocas, o próximo bairro escolhido pode ser o seu!”⁶⁰. Na editoria **Rio**, uma matéria de página inteira proclama **Dona Marta livre dos bandidos**⁶¹, na página 12 (Imagem 8). Apesar de o título da chamada de capa suscitar dúvidas sobre o sucesso a longo prazo do

58 *Uma favela sem tráfico. Até quando?* O Globo. Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 2008.

59 Idem

60 GRANJA, Henriette. *Livre do tráfico*. O Globo, seção Carta dos Leitores. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 2008, p. 6.

61 WERNECK, A., DAMASCENO, N., AUTRAN, P. *Dona Marta livre dos bandidos*. Após quase duas semanas de ocupação pela PM, todas as ‘bocas de fumo’ estão fechadas. O Globo, editoria Rio. Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 2008, p. 12.

processo de *pacificação* da comunidade, a reportagem, de página inteira, saúda a iniciativa da ocupação.

RIO

FAVELA SEM TRÁFICO

Dona Marta livre dos bandidos

Após quase duas semanas de ocupação pela PM, todas as 'bocas-de-fumo' estão fechadas

Marcelo Pinheiro

Antônio Werneck, Rafael Damasceno e Paulo Assis

Depois de quase duas semanas de ocupação pela Polícia Militar (PM), a favela Dona Marta, no bairro de Babilônia, está livre dos bandidos. Um batalhão composto por 50 homens do 7º BPM e do Batalhão de Choque, sob o comando do delegado Marcos Vinício, fechou as portas das 'bocas-de-fumaça' e, segundo o secretário estadual de Segurança Pública, José Roberto Lins, a favela está livre dos bandidos. O delegado Marcos Vinício, chefe do 7º BPM, também afirmou que o tráfico não está mais na Dona Marta, segundo ele, os bandidos da comunidade foram expulsos no fim da tarde, após uma operação conjunta da PM e da Polícia Civil. O delegado Marcos Vinício, chefe do 7º BPM, também afirmou que o tráfico não está mais na Dona Marta, segundo ele, os bandidos da comunidade foram expulsos no fim da tarde, após uma operação conjunta da PM e da Polícia Civil.

Foram cerca de 50 homens, com fuzis e granadas, que ocuparam a favela. Os bandidos foram expulsos no fim da tarde, após uma operação conjunta da PM e da Polícia Civil. O delegado Marcos Vinício, chefe do 7º BPM, também afirmou que o tráfico não está mais na Dona Marta, segundo ele, os bandidos da comunidade foram expulsos no fim da tarde, após uma operação conjunta da PM e da Polícia Civil.

Nenhum registro de roubo ou furto

A favela permanece tranquila desde a ocupação. Não houve nenhum registro de roubo ou furto. A favela permanece tranquila desde a ocupação. Não houve nenhum registro de roubo ou furto.

Sem confrontos

Comerciantes e moradores dizem que acabaram-se os tiros e roubos. A favela permanece tranquila desde a ocupação. Não houve nenhum registro de roubo ou furto.

Imagem 8: Dona Marta livre dos bandidos⁶²

Em reportagem do dia 4 de dezembro de 2008, o jornal aponta o contraste entre o Santa Marta e os morros Chapéu Mangueira e Babilônia, que ainda não haviam recebido a intervenção policial⁶³ (Imagem 9). O texto, de Antônio Werneck, tem predominantemente o enquadramento *Lei e ordem na favela*, e destaca os contrastes entre uma favela já ocupada pela UPP e outra que ainda não recebeu este modelo de policiamento ostensivo. Werneck ressalta que as favelas do bairro do Leme são as escolhidas para receber o mesmo modelo de ocupação, implantado há então 14 dias no Santa Marta. Werneck relata ainda que uma das versões para o toque de recolher imposto pelos traficantes no Chapéu Mangueira/Babilônia é uma “represália às operações constantes que policiais do 19º BPM (Copacabana) têm feito na comunidade.”⁶⁴ A iniciativa se repetiria nas demais favelas da cidade ocupadas pelas UPPs:

62 Idem

63 WERNECK, A. Guerra e paz na zona sul. Bandidos fecham o comércio em favelas do Leme, enquanto Dona Marta tem outro dia sem tráfico. O Globo, editoria Rio. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 2008, p. 12.

64 Idem

uma *limpa* realizada por policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope), visando à instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). O texto é concluído com a descrição do sucesso do modelo de policiamento no Santa Marta. Werneck destaca que a favela, “onde os policiais militares dificilmente conseguiam chegar”⁶⁵, já conta com 50 homens do efetivo da corporação. A declaração do secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, encerra a reportagem, na qual afirma que “o tráfico saiu de lá, as bocas de fumo que nós tínhamos mapeado foram todas fechadas e nós vamos fazer do Dona Marta um laboratório.” Chama a atenção ainda que a única declaração textual, além da de Beltrame, seja a do tenente-coronel Edson de Almeida, comandante do Batalhão de Copacabana. Nenhum morador é ouvido. Apenas *confirmam* informações de que o comércio no Chapéu Mangueira/Babilônia foi fechado devido às ordens de traficantes, sem, no entanto, serem identificados.



Imagem 9: Guerra e paz na zona sul⁶⁶

65 Idem

66 Idem

No dia seguinte, a repórter Ana Cláudia Costa descreve a “tsunami” de ações sociais⁶⁷ (expressão utilizada pelo secretário Beltrame e reproduzida no título de uma matéria no dia 3). Podemos notar a presença dos enquadramentos *Lei e ordem na favela*, representados por elementos indicadores de que a presença de agentes armados do Estado fará com que a violência se torne cada vez mais escassa. Também é possível notar a presença do enquadramento *Cidadania na favela*, com o discurso de re aquisição de direitos por parte dos moradores. De acordo com o texto, empresas concessionárias de energia elétrica, água, telefone e TV a cabo passaram a oferecer serviços aos moradores da favela. “Tudo legalizado”, de acordo com a missiva. “No alto do morro, um morador resolveu procurar a concessionária de energia para regularizar seu fornecimento de luz”⁶⁸, relata a reportagem. Em outro trecho, a repórter descreve a satisfação de uma moradora ao adquirir a prestação do serviço de TV a cabo a preços módicos.

Na parte baixa da favela, moradores procuravam uma empresa de TV a cabo que estava fazendo um pacote a preços populares. Satisfeita, a vendedora Cátia Gonçalves, de 32 anos, comemorava o contrato feito em parceria com a vizinha. O sinal é dividido por duas casas, o que deixa a mensalidade mais barata.⁶⁹

A reportagem continua descrevendo a mudança na “paisagem da favela”. Onde antes se viam “traficantes pulando de laje em laje”, era possível observar “moradores tomando sol e donas-de-casa lavando e estendendo roupas”. Ana Cláudia Costa conclui a reportagem mencionando os serviços que o Governo do Estado pretende implementar na comunidade, entre eles, cursos de Informática e atividades desportivas, destacando a participação da professora Rita de Cássia, esposa de José Mariano Beltrame, que atua “na intermediação das secretarias de Segurança e Esporte”⁷⁰.

Já no dia 15 de dezembro, a reportagem **Recrutados assumirão a ocupação do Dona Marta**⁷¹, assinada por Antônio Werneck, narra a formação de novos policiais que atuarão no policiamento da favela. É notório o enquadramento *Lei e ordem na favela*, destacando que, a partir da ocupação da comunidade pelas forças do Estado, os grupos de traficantes armados não terão mais como exercer domínio naquela localidade. Também é possível constatar a presença do modelo retórico *Cidadania na favela*, com a re aquisição de direitos por parte dos

67 COSTA, A.C. *Morro Dona Marta começa a receber serviços. Companhia telefônica instala fios para novas linhas e moradores compram pacotes de tv a cabo regularizada*. O Globo, editoria Rio. Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 2008, p. 17.

68 Idem

69 Idem

70 Idem

71 WERNECK, A. *Recrutados assumirão a ocupação do Dona Marta. Polícia Militar forma 125 soldados que, a partir de sexta-feira, vão fazer o patrulhamento da favela ocupada*. O Globo, editoria Rio. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2008, p. 15.

moradores. “Agora o dono do morro é o morador, não é mais o tráfico. Acabou o poder paralelo – afirmou o primeiro-tenente Alexandre Silva Galvão, que comandava ontem o efetivo de 50 homens”⁷², em sentença que se mostra paradoxalmente irônica por si mesma: apesar de garantir que o morador é “o dono do morro”, o primeiro-tenente fazia valer o monopólio da força por parte do Estado, através de um “efetivo de 50 homens”, seguramente, fortemente armados. No entanto, ao desconsiderar esta visível contradição, o texto deixa de utilizar o enquadramento *Liberdades civis sob ataque*, optando por privilegiar os outros dois modelos retóricos já mencionados.

Já a reportagem **Polícia Militar começa a instalar câmeras de monitoramento no Santa Marta**⁷³, de Ana Cláudia Costa, publicada em 21 de agosto de 2009, tem elementos dos enquadramentos *Lei e ordem na favela* e *Liberdades civis sob ataque*. No texto, a repórter relata o trabalho do comandante da UPP Santa Marta, coronel José Carvalho, para instalar câmeras de segurança na favela. A reportagem destaca a importância da iniciativa, no sentido de “potencializar o policiamento”, descrevendo as supostas vantagens da medida, como gerar “imagens em 180 graus que auxiliarão em operações na comunidade Santa Marta já que, com base nelas, a polícia poderá decidir melhor de onde partirá o grupo de policiais e qual será o tipo de atuação”⁷⁴, de acordo com o major Ordilei Santos, relações públicas da PM. A missiva cita ainda que “o novo aparato da Polícia Militar, que já ganhou o apelido de *Big Brother*, não agradou a alguns moradores, que acusam a PM de invasão de privacidade”. No entanto, nenhum dos moradores, que não teriam concordado com a iniciativa, teve a opinião publicada na reportagem, o que tende a comprometer a ênfase do enquadramento *Liberdades civis sob ataque* diante da maior presença de elementos retóricos de *Lei e ordem na favela*. Ou seja, a seleção das fontes é fundamental para determinar a predominância de um enquadramento sobre o outro.

O texto narra ainda a entrega de “30 geladeiras com módulo econômico de energia”, entregues pelo prefeito Eduardo Paes e por um representante da Light a 660 moradores da favela. O texto afirma que os contemplados pagarão uma taxa de energia menor, devido à isenção de impostos. Neste caso, sim, há declarações de moradores “beneficiados” com os equipamentos oferecidos pela Prefeitura:

⁷² Idem

⁷³ COSTA, A.C. *Polícia Militar vai instalar câmeras de monitoramento no Santa Marta*. O Globo Online. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/08/21/policia-militar-vai-instalar-cameras-de-monitoramento-no-santa-marta-762498948.asp>

⁷⁴ Idem

Na sala da casa de Salvador Pinto de Souza, de 69 anos, no alto do morro, o antigo e o moderno convivem lado a lado: o fogão de lenha usado pela família e a geladeira nova. Curioso, ele foi logo ver como funciona o eletrodoméstico e ficou espantado com o espaço:

- Naturalmente, é para eu poder entrar lá quando quiser tomar uma fresca - brincou.

Sua mulher, Neuza Maria Alves, de 58 anos, está encantada. Ao falar sobre o eletrodoméstico, ela abre um largo sorriso:

- É uma beleza. Pena que ainda esteja meio vazia - disse.⁷⁵

Ao analisar as reportagens sobre a UPP do Morro Santa Marta, é possível notar o caráter eminentemente *governista* das reportagens na sua quase totalidade. Em grande parte delas, o jornal **O Globo** anuncia onde e quando as UPPs estão sendo instaladas, as apreensões de drogas, prisões e demais comunicados quase que de caráter *oficial*. Em **Moradores agridem PM de UPP no Dona Marta**⁷⁶, reportagem de Renata Machado, publicada em 8 de novembro de 2009, o relato da agressão é feito pela delegada Cristiana Miguel Bento. Nenhum dos detidos foi ouvido, assim como nenhuma das 20 pessoas que supostamente estavam no local, de acordo com a reportagem. É possível notar ainda a presença do enquadramento *Lei e ordem na favela*, que representa os agressores como uma ameaça ao agente do Estado que está ali para garantir a segurança dos *cidadãos de bem*. Ao privilegiar o discurso estatal, a matéria desconsidera os enquadramentos *Liberdades civis sob ataque e Cidadania na favela* que poderiam dar voz aos envolvidos. Segundo a delegada,

[...] a confusão começou depois que o policial, acompanhado de um outro PM, abordou um morador que estaria com drogas. Outro teria levantado a camisa, insinuando que pegaria uma arma. O PM atirou para o alto para dispersar as cerca de 20 pessoas que estavam no local, mas foi agredido pelo grupo.

Alguns moradores fugiram. Os policiais chamaram reforço e conseguiram levar dez para a delegacia. Segundo a delegada, todos serão indiciados por desobediência, resistência e desacato. O policial, que não quis se identificar, foi encaminhado para exame de corpo de delito.⁷⁷

É possível notar que, após um ano após a implantação da UPP no Morro Santa Marta, o enquadramento predominante *Lei e Ordem na favela* foi gradualmente sendo substituído pelo *Cidadania na favela*. Não obstante alguns casos de conflitos entre moradores e policiais, o destaque no jornal **O Globo** ficou por conta de reportagens que frisavam a reaquisição de

⁷⁵ Idem

⁷⁶ MACHADO, R. *Fim da trégua. Moradores agridem PM de UPP no Dona Marta*. O Globo Online. Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/11/08/moradores-agridem-pm-de-upp-no-dona-marta-914663848.asp>

⁷⁷ Idem

direitos por parte dos moradores e, até, a *redescoberta* da favela como local de cultura e lazer da classe média.

A transição entre os dois enquadramentos ideológicos se deu na reportagem **Cidadania lenta e gradual: Moradores de favelas têm agora a chance de se ver livres da ditadura de grupos armados**⁷⁸, do dia 8 de agosto de 2009. A matéria fez parte da série **Democracia nas favelas**, que mostrava justamente como a nova política de Segurança do Governo do Estado era exitosa e estava devolvendo os direitos aos moradores daquelas localidades. O texto relata a experiência da recente ocupação das favelas cariocas como um marco histórico, comparável à promulgação da Constituição de 1988.

O dia era 5 de outubro de 1988. Embalada por discursos emocionados - Ulysses Guimarães foi 54 vezes interrompido por aplausos -, nascia a nova Constituição brasileira. Mais um importante passo para a redemocratização, que começara a engatinhar três anos antes, com a saída do último general do poder. O país fez festa. Mas nem todos foram convidados. Somente no Rio, 1,5 milhão de habitantes de áreas dominadas pelo tráfico ou por milícias permaneceram excluídos dos seus direitos fundamentais. Agora, com 24 anos de atraso, moradores de cinco favelas vivem uma experiência histórica, que pode mudar o Rio. São as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que prometem expulsar o tráfico, resgatar o papel do Estado e garantir segurança 24h. O desafio é tão grande quanto foi o dos anos que se seguiram ao fim da ditadura militar instituída em 64.⁷⁹

Um morador da favela do Batam (onde também há uma UPP), que não é identificado, diz se sentir como “num avião em turbulência”, afirma temer “um desastre”, mas acredita que “não há outra saída”. A matéria contém elementos dos enquadramentos *Lei e ordem na favela*, *Cidadania na favela* e *Pobreza causa crime*, pois marca a transição entre a ocupação das favelas pelo tráfico àquela exercida pela Polícia. O texto sugere que o domínio territorial por parte das forças de segurança do Estado levará ao aumento dos direitos dos moradores. Há o questionamento sobre “o risco de o estado paralelo ser substituído por um estado policial” e a dúvida sobre “a volta dos bandidos”. Mas, no parágrafo seguinte, a destinação de recursos nas comunidades esclarece as dúvidas e aplaca os temores:

A resposta pode estar nos grandes investimentos que estão sendo feitos paralelamente à ocupação policial. Os recursos, estimados em R\$ 104 milhões, envolvem obras de infraestrutura e habitação, com as quais se pretende alterar um cenário sempre associado a pobreza, abandono e violência. A previsão é que apenas o projeto de segurança, com 470 policiais, custe R\$ 8,4 milhões anuais, considerando somente as despesas com salários.⁸⁰

⁷⁸ *Democracia nas favelas. Cidadania lenta e gradual: Moradores de favelas têm agora a chance de se ver livres da ditadura de grupos armados*. O Globo Online. Rio de Janeiro, 8 de agosto de 2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/08/08/cidadania-lenta-gradual-moradores-de-favelas-tem-agora-chance-de-se-ver-livres-da-ditadura-de-grupos-armados-757237482.asp>

⁴⁶ Idem

⁸⁰ Idem

O texto relata que os repórteres do periódico percorreram, durante quatro meses, as favelas Santa Marta, Cidade de Deus, Chapéu Mangueira e Babilônia, Batam e Tavares Bastos. Esta última, incluída por abrigar a sede do Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). A descrição é da “retomada do monopólio da força por parte do Estado” a partir das ocupações, com a desativação das “bocas de fumo” e a fuga dos traficantes armados. O texto ressalta o ressurgimento da cidadania por parte dos moradores:

Sem o tribunal do tráfico, que era a autoridade máxima e inquestionável, moradores e policiais enfrentam, agora, a difícil tarefa de construir novas formas de convivência. Uma simples discussão entre marido e mulher, que antes era resolvida por traficantes, passa a fazer parte do cotidiano das delegacias próximas.⁸¹

Outro fator destacado pela reportagem é a valorização imobiliária na favela, afetando moradores e comerciantes. Esses últimos, de acordo com o texto, puderam retomar sua autonomia, pois “alguns serviços já não são controlados pelo poder paralelo”⁸². A matéria frisa também a elevada média de policiais por habitante. No Santa Marta, são 40 agentes por cada morador, enquanto que a média no Estado do Rio é de um policial por 437 habitantes.

A reportagem recorre aos especialistas para referendar o discurso de que mais lei e ordem levará cidadania aos moradores das favelas. O texto chega a sugerir que o início da ocupação armada de grupos de traficantes coincide com a *abertura lenta e gradual* do governo Geisel, quando a ditadura militar começava a perder força.

Para especialistas, levar a democracia às favelas é um processo gradual, estando atrelado à permanência do Estado e à substituição de leis impostas por bandidos por outras que valham para todos os cidadãos. Uma tarefa e tanto, se considerarmos que, justamente quando a repressão afrouxava e começava a chamada “distensão lenta e gradual” de Geisel, em meados de 70, as favelas começavam a experimentar o início de seus anos mais duros de dominação armada, que persiste até os dias de hoje.⁸³

O economista Sérgio Besserman afirma que “sem que o Estado retome o monopólio do uso da força no espaço público, não existe possibilidade de organização social democrática”⁸⁴. Já o arquiteto Sérgio Magalhães, idealizador do projeto Favela-Bairro (que pretendeu urbanizar as favelas durante a gestão César Maia, nos anos 1990), “as comunidades

⁸¹ Idem

⁸² Idem

⁸³ Idem

⁸⁴ Idem

têm vínculos importantes com o poder paralelo”. E contra isso, o Estado deve “substituir as redes clandestinas pelas legais”⁸⁵ para que a democracia seja restabelecida.

A partir de então, passou a predominar o enquadramento *Cidadania na favela*. No dia 9 de outubro de 2009, **O Globo** publicou reportagem sobre o Dia das Crianças no Morro Santa Marta⁸⁶. O texto relatava a distribuição de brinquedos por parte de agentes da UPP para crianças e adolescentes na comunidade. A capitã Priscilla Azevedo, então comandante da Unidade, fala sobre a iniciativa. Segundo ela, os pais

deixaram a coisa mais importante da vida deles, que é o filho, sob nossa responsabilidade, porque sabem que estamos bem intencionados. Tudo que a gente faz aqui é pensando no futuro dessas crianças, na melhoria dessa geração.⁸⁷

A matéria dá conta ainda da realização de um torneio de futebol, bem como a distribuição de “mais de 300 brinquedos para as crianças da comunidade e o sorteio de uma bicicleta”, além de atividades desportivas. A reportagem termina informando que a Polícia Militar realizará eventos em outras favelas ocupadas por UPPs, como Batam, Cidade de Deus e Chapéu Mangueira/Babilônia.

Já a reportagem **Cantora americana Alicia Keys grava clipe no Dona Marta e conhece capitão da UPP**⁸⁸, de 9 de fevereiro de 2010, mostra como os moradores da favela receberam a artista. A comandante Priscila Azevedo admite a proposta de transformar as favelas em vitrine para turistas:

o mais importante destas visitas ilustres aqui na comunidade é fazer com que elas (as artistas) percebam que o Rio de Janeiro não é uma cidade conflagrada, muito menos precisa ser uma cidade partida entre morro e asfalto⁸⁹.

O texto destaca ainda que, desde a implantação da UPP, a comunidade já recebeu a visita de Madonna – devidamente acompanhada do governador Sérgio Cabral - Hugh Jackman (o *Wolverine* dos cinemas) e sediou as filmagens do filme **Tropa de Elite** e da série de TV **Cidade dos Homens**. Um morador da favela gaba-se: “de vez em quando a gente é pego de surpresa diante de algum famoso”⁹⁰.

⁸⁵ Idem

⁸⁶ *Santa Marta comemora Dia da Criança com distribuição de brinquedos*. O Globo Online. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/10/09/santa-marta-comemora-dia-da-crianca-com-distribuicao-de-brinquedos-767985012.asp>

⁸⁷ Idem

⁸⁸ *Cantora americana Alicia Keys grava clipe no Dona Marta e conhece capitão da UPP*. O Globo Online. Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2010/02/09/cantora-americana-alicia-keys-grava-clipe-no-dona-marta-conhece-capitao-da-upp-915825528.asp>

⁸⁹ Idem

⁹⁰ Idem

Em 9 de outubro de 2010, a reportagem **Com pratos fartos e preços convidativos, bares de comunidades com UPP querem atrair turistas**⁹¹, assinada por Ana Cláudia Costa, é mais uma a destacar a iniciativa de adular o público estrangeiro. Sob o antetítulo **Ocupadas pelo sabor**, o texto revela as opções gastronômicas disponíveis na favela. “Almoçar nesses estabelecimentos virou uma opção saborosa e com preços muito, mas muito em conta mesmo.”⁹² Ao contrário do que se pode sugerir em uma primeira leitura, os estabelecimentos não são novidade no morro, o que evidencia que o público-alvo da reportagem é o cliente do *asfalto*. Um dos entrevistados é um turista estrangeiro que enaltece a paisagem da favela e o sabor de um prosaico filé com fritas, como se fora uma exótica iguaria tropical.

O sacrifício não foi nada para o jornalista sueco Hakan Forsberg que ficou maravilhado com a paisagem e o sabor do simples ‘arroz com feijão, bife e fritas’ que comeu.

‘A subida foi compensada pela bela paisagem e pela comida deliciosa’, disse enquanto saboreava o almoço.⁹³

UPP impulsiona 'samba de classe média' e restringe bailes funk⁹⁴ é o título da reportagem do dia 22 de dezembro de 2010. O texto fala do “Morro de Alegria”, organizado pelo bloco carnavalesco **Spanta Neném**, tradicional entre jovens das classes A e B da zona sul do Rio, que costuma cobrar cerca de R\$ 100 pelo *abadá* em seus ensaios e utilizar cordas para separar os foliões *vips* do restante, na contra-mão dos demais blocos, que predominantemente primam pelo acesso democrático à folia. Os ingressos para o evento custam R\$ 30 e R\$ 10 para moradores do Santa Marta. Diogo Castelão, um dos integrantes do evento afirma que “o sucesso de público na favela não seria possível sem a Unidade de Polícia Pacificadora”⁹⁵. Segundo ele, o objetivo da iniciativa é desvendar “o mistério que ronda as comunidades”, pois, para ele, “as pessoas do Rio, em geral, não conhecem, mas têm vontade de conhecer”⁹⁶ as favelas. A estudante Rafaela Amado, moradora da Tijuca, disse que não teve medo de subir o morro, pois “a comunidade já é pacificada”.

91 COSTA, A.C. *Com pratos fartos e preços convidativos, bares de comunidades com UPP querem atrair turistas*. O Globo Online. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/rio/legal/mat/2010/10/09/com-pratos-fartos-precos-convidativos-bares-de-comunidades-com-upp-querem-atrair-turistas-922756117.asp>

92 Idem

93 Idem

94 *UPP impulsiona 'samba de classe média' e restringe bailes funk*. O Globo Online. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2010/12/22/upp-impulsiona-samba-de-classe-media-restringe-bailes-funk-923341613.asp>

95 Idem

96 Idem

Além do modelo *Cidadania na favela*, na matéria, também há elementos do enquadramento *Liberdades civis sob ataque*. Há declarações de moradores do Santa Marta que reclamam da proibição de bailes *funk* na comunidade, numa crítica ao *samba de classe média* permitido pelos agentes da UPP. A reportagem dá voz ao capitão Robson Rodrigues, então comandante da Unidade, que recorre à associação entre informalidade e crime para justificar o veto à tradicional festa das favelas cariocas:

“Se eles se propuserem a organizar um evento, têm que se formalizar para isso. Não pode mais ser um baile mambembe com instalações precárias”, acrescenta o capitão. ‘Queremos mudar o cenário de informalidade que era muito propício ao crime.’”⁹⁷.

A matéria informa ainda outros eventos culturais que passaram a acontecer após a implantação das UPPs, como o **Rio Top Tour**, da Secretaria Estadual de Turismo, que visa a formar guias de turismo entre os jovens da comunidade; eventos gastronômicos, ecológicos e musicais nas favelas já contempladas com as UPPs. A matéria é concluída com a fala de Pierre Ávila, diretor da ONG Atitude Social, para quem, a iniciativa “foi uma coisa fantástica”⁹⁸.

O **Globo** também deu espaço, ainda que em menor proporção, para o enquadramento *Liberdades civis sob ataque*. O principal evento que deu origem a essas matérias foi o caso do *rapper* MC Fiell, preso por policiais da UPP Santa Marta por insistir em organizar eventos culturais na favela. O artista já havia sido reprimido por agentes da Polícia ao distribuir aos moradores da comunidade uma cartilha em que dava orientações sobre como reagir a abordagens da PM. A matéria **Rapper do Morro Dona Marta é detido por levar ao ar 'rádio pirata'**⁹⁹, de Gustavo Goulart, publicada em 3 de maio de 2011, relata a prisão de Fiell, que mantinha uma rádio comunitária na favela. Ainda de acordo com a reportagem, “não foi a primeira vez em que Mc Fiell se vê às voltas com policiais”, chamando a atenção para a vida pregressa supostamente criminal do *rapper*. Em maio de 2010, Fiell divulgara cartilha alertando moradores da comunidade sobre os procedimentos da abordagem policial, denunciando possíveis abusos de autoridade por parte dos agentes do Estado. O artista acusava ainda policiais da UPP do Santa Marta de agressão, durante a realização de um evento promovido por ele na favela. A matéria procura equilibrar os enquadramentos *Lei e ordem na favela* – ao colocar frente a frente a legalidade do Estado que proíbe a radiodifusão

97 Idem

98 Idem

99 GOULART, G. *Sem autorização. Rapper do Morro Dona Marta é detido por levar ao ar 'rádio pirata'*. O Globo Online. Rio de Janeiro, 3 de maio de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/05/03/rapper-do-morro-dona-marta-detido-por-levar-ao-ar-radio-pirata-924379609.asp#ixzz1SVPnpMRB>

não autorizada contra a ilegalidade do morador da favela – e *Liberdades civis sob ataque*, ao relatar a violência sofrida pelo *rapper* por parte dos policiais. No entanto, ao selecionar as declarações dos policiais federais da Delegacia Fazendária, que detiveram o artista, e não publicar a versão de Fiell, o texto acaba por privilegiar o primeiro modelo retórico em detrimento do segundo.

Pouco mais de um ano antes, o jornal publicara, talvez, a reportagem em que o enquadramento *Liberdades civis sob ataque* fique mais evidente. O texto dá conta de um episódio envolvendo o *rapper* e policiais da UPP¹⁰⁰. Desta vez, a matéria publica a declaração de Fiell, em que o artista relata agressões sofridas por parte de policiais da UPP.

Segundo o rapper, na madrugada de sábado, ele realizava um evento em um bar na comunidade quando 12 policiais da UPP invadiram o espaço, desligaram o equipamento de som e, em seguida, o agrediram e o detiveram.

- Os policiais desligaram o som à 1h55 da madrugada, cinco minutos antes do estipulado. Tentei argumentar, mas fui agredido, arrastado e autuado por desacato. Levei tapas na cara, socos e pontapés. Minha esposa pediu para me acompanhar e também foi jogada na caçamba e autuada - contou.¹⁰¹

No dia seguinte, no entanto, outra matéria, sob a retransmissão **Resposta**, publicava a versão da Polícia Militar para a prisão do artista. Com o título **Polícia diz que rapper é contra UPP**¹⁰², o texto divulga trechos da nota oficial da corporação, assinado pela capitã Priscilla Azevedo, que dava conta de que “houve resistência por parte dos participantes da festa e um dos colegas do MC chegou a atirar pedras na viatura da polícia”¹⁰³. A matéria também publica o depoimento de Leonardo Campos, acusado de atirar pedras no carro da PM, declara que “os policiais desligaram o som cinco minutos antes do estipulado. Tentei argumentar, mas fui agredido. Levei tapas na cara, socos e pontapés”¹⁰⁴.

Como é possível constatar através das reportagens descritas, a imagem do Santa Marta para os moradores do asfalto mudou bastante a partir da ocupação policial. Houve uma significativa redução na ocorrência de tiroteios e nos índices de criminalidade no bairro de Botafogo, bem como a valorização dos preços dos imóveis na região. Hoje também é viável aos sambistas do asfalto participarem de uma roda de samba no morro ou aos turistas de

100 *Rapper acusa policiais de UPP de agressão*. O Globo Online. Rio de Janeiro, 23 de maio de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2010/05/23/rapper-acusa-policiais-de-upp-de-agressao-916667144.asp>

101 Idem

102 *Polícia diz que rapper é contra UPP*. O Globo Online. Rio de Janeiro, 24 de maio de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2010/05/24/policia-diz-que-rapper-contra-upp-916681390.asp>

103 Idem

104 Idem

temporada degustar o tempero das cozinheiras do Santa Marta. No entanto, realidade dos moradores, com a rotina de violência policial e os métodos de abordagem empregados pelos agentes de Segurança do Estado parece não ter mudado tanto assim, de acordo, tanto com os relatos do documentário de Eduardo Coutinho, como os de McFiell e outros moradores.

Ao todo, das 26 matérias analisadas sobre as UPPs no Santa Marta, publicadas no jornal **O Globo**, entre 20 de novembro de 2008 e 3 de maio de 2011, 15 delas estão caracterizadas pelo enquadramento *Lei e Ordem na favela*; 10 pelo modelo discursivo *Cidadania na favela*, oito por *Liberdades civis sob ataque* e três por *Pobreza causa crime* (Tabela 1). Lembrando que uma mesma matéria pode ter mais de um enquadramento, os enquadramentos *Lei e Ordem na favela* e *Cidadania na favela* aparecem mais vezes como modelos discursivos predominantes: onze contra dez, sendo que o primeiro é mais frequente nas matérias iniciais, quando dos primeiros tempos da implantação das UPPs, numa tentativa de demonstrar a necessidade de se estabelecer a lei e a ordem nas favelas; enquanto que a primeira matéria do modelo discursivo *Cidadania na favela* aparece dois dias após a instalação da unidade na favela. No entanto, das dez vezes em que *Cidadania na favela* aparece como modelo predominante, nove delas ocorrem após o segundo mês da ocupação policial no Santa Marta, quando o discurso do jornal procurava demonstrar os benefícios trazidos pelas ocupações policiais.

TABELA 1: ANÁLISE MATÉRIAS UPP SANTA MARTA

Pacotes Interpretativos			
Lei e Ordem na favela	15	(11 predominantes)	42,5%
Cidadania na favela	14	(10 predominantes)*	38%
Liberdades civis sob ataque	9	(4 predominantes)	15,5%
Pobreza causa crime	3	(1 predominantes)	4%
*Das quais, sete após o nono mês de implantação da UPP na favela.			
Fontes			
Estatais 31			
Não-estatais 34: 24 positivas, 4 neutras e 6 negativas*; 20 identificadas e 5 não-identificadas.			
*Dos cinco depoimentos negativos publicados, três são de uma mesma pessoa: MC Fiell, preso por policiais da UPP do Santa Marta.			
Clivagens Ideológicas			
UPP Para Quem?			
Favela	20	(77%)	
Asfalto	6	(23%)	

Estado?	
Democrático De Direito	23
Policialesco	3
Política?*	
Permanente	25
Isolada	0
*Na primeira matéria analisada, não era possível falar em política de ocupação.	

Em relação às clivagens ideológicas, é possível notar também a prevalência do discurso de que a UPP trata-se de uma política destinada aos moradores das favelas, de duração permanente, que visa a garantir o estado democrático de direito e ajudará a resolver problemas de desigualdade social em todas as comunidades onde será implantada. Na análise quantitativa, 20 das 26 matérias apresentavam as UPPs como iniciativas dirigidas aos moradores das favelas, enquanto em apenas seis delas, era possível observar elementos que sugeriam vantagens a moradores do *asfalto*. Qualitativamente, pode-se observar também que, nas matérias iniciais, quando das primeiras ocupações, era possível notar a prevalência de destaque dado à violência que atingia moradores do *asfalto*, como na reportagem **Tiroteio em favelas fechou avenidas por cinco horas**, enquanto que, após os primeiros meses de implantação das UPPs, o foco passou a ser os moradores das comunidades. Como veremos em análises posteriores, na sequência deste trabalho, a ocupação dos morros do Borel e dos Macacos segue à lógica da implantação do *cinturão de segurança* para a Copa do Mundo e as Olimpíadas, demonstrando que a política das Unidades de Polícia Pacificadora com atuação nas favelas do Centro e zonas norte e sul da cidade visam a pacificar os morros para garantir a segurança no asfalto.

Ainda, em 23 delas, o modelo de ocupação implementado era apresentado como a estabelecer um estado democrático de direito, enquanto que em apenas três reportagens predominavam o tom de um estado *policialesco*, embora em nove matérias aparecessem elementos discursivos que indicavam violações de liberdades civis. No entanto, é possível notar claramente que os direitos a que os moradores usufruirão devem, necessariamente, passar pelas regras e normas estabelecidas pelo poder instituído e garantido pelas forças policiais. Exemplos evidentes estão na reportagem que sugere que a presença do tráfico armado nas favelas coincidiu com a abertura democrática iniciada por Geisel; e na matéria sobre o samba de classe média **Morro de Alegria**, autorizado pelos agentes da UPP do Santa Marta, os mesmos que proibiram os bailes *funk* na comunidade, com o pretexto de que a

informalidade do evento favorecia o crime. Outra demonstração disso está na entrevista concedida pelo secretário estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, Ricardo Henriques que afirma que as UPPs Sociais visam a “fazer esses lugares chegarem a um padrão minimamente regular da cidade.”¹⁰⁵

Finalmente, em relação à perenidade da política de Segurança, em 100% das matérias sobre a UPP no morro Santa Marta, este modelo é apresentado como uma iniciativa permanente a ser levada a outras favelas da cidade. O discurso do jornal **O Globo** sugere que a ocupação policial não apenas levará segurança à favela como também promoverá a igualdade social. Exemplo está na matéria que relata a entrega de refrigeradores aos moradores, que terão também seus serviços de luz e TV a cabo legalizados. Outra mostra está na reportagem que apresenta a oferta de opções gastronômicas disponíveis não apenas aos moradores da favela, como os do asfalto; e ainda, no texto que narra a distribuição de brinquedos durante do Dia das Crianças na favela.

No que se refere à ocorrência das fontes citadas nas reportagens, 31 foram estatais e 34 não-estatais. As fontes estatais foram predominantes nas matérias de enquadramento *Lei e ordem na favela*, enquanto as não-estatais, nas de enquadramento *Cidadania na favela*. Todas as fontes estatais defendiam a política das Unidades de Polícia Pacificadora. Já entre as não-estatais, houve uma divisão: naquelas reportagens sobre violência, anteriores à efetiva implantação das UPPs, cinco foram as fontes não-identificadas. Como justificativa para o anonimato, os moradores alegavam a incerteza sobre a continuidade da ocupação policial e a volta dos traficantes à favela, o que colocaria suas vidas em risco. Outros moradores também pediram para não serem identificados por não haverem legalizado o fornecimento de energia elétrica ou tv a cabo e temerem cobranças e retaliações por parte do poder público, que passara a regular esses serviços a partir das ocupações.

Entre as fontes não-estatais identificadas, aparecem quatro *especialistas*, quais sejam, acadêmicos, intelectuais ou estudiosos do tema que são ouvidos para interpretar o fato relatado na reportagem. Desses, dois defendem o monopólio da força por parte do Estado contra o *poder paralelo*; um acredita que “há muito a melhorar”, mas defende “a nova realidade da favela”; e apenas um critica a proibição dos bailes *funk*, na matéria **UPP impulsiona 'samba de classe média' e restringe bailes funk**, de enquadramentos *Lei e ordem na favela* e *Liberdades civis sob ataque*. Entre os representantes de associações de

105 Rocha, Carla. *Após pacificação, UPP social é a aposta do secretário estadual de Assistência Social para levar cidadania às favelas*. O Globo Online. Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2010/10/17/apos-pacificacao-upp-social-a-aposta-do-secretario-estadual-de-assistencia-social-para-levar-cidadania-as-favelas-922805329.asp>

moradores, há um equilíbrio: dois defendem a ocupação policial e dois criticam a proibição dos bailes *funk* por parte dos policiais das UPPs.

Entre as declarações selecionadas de moradores, cinco elogiam a ocupação policial, mas por motivos diversos: uma moradora se diz “satisfeita” pela regularização do serviço de TV a cabo; dois elogiam as novas geladeiras oferecidas pela Prefeitura, a partir da normatização do fornecimento de energia na favela; um exulta (“show de bola!”) a visita da cantora Alicia Keys na comunidade; e um cita o fim dos conflitos armados na favela. Houve ainda outras seis declarações positivas sobre as UPPs, originadas de fontes não-estatais e *não-moradores*. Denominados de *outros* para fins metodológicos, são eles: organizador do *samba de classe média* no Morro Santa Marta, uma frequentadora do referido evento, moradora da Tijuca; um diretor de ONG com atuação na comunidade; um turista, uma cozinheira e um dono de restaurante que passou a receber moradores de classe média após a implantação das UPPs.

Das 65 fontes selecionadas pelo jornal **O Globo** que tiveram declarações publicadas no periódico, apenas seis delas analisaram a política das UPPs de forma negativa: uma moradora que criticou as obras do plano inclinado do Morro Santa Marta (iniciadas após a instalação da UPP na favela) por danificar sua casa; um morador que reclamou da “falta de integração” entre favela e *asfalto* no evento do bloco **Spanta Neném**; Itamar Silva, da Associação de Moradores do Santa Marta, que critica as abordagens policiais; e o *rapper* MC Fiell, detido pelos agentes policiais por supostamente instalar uma rádio pirata na favela, citado em três oportunidades.

Os números podem ser analisados de duas maneiras: ou as UPPs são um sucesso retumbante com esmagadora aprovação em toda a sociedade (moradores, frequentadores, classes média e alta e especialistas); ou o processo de edição das reportagens sobre as UPPs no jornal **O Globo** privilegiou aquelas fontes favoráveis à política de Segurança do Governo do Estado. Sobre esta questão, analisaremos, no capítulo 6, o discurso produzido pelos moradores das próprias comunidades acerca das UPPs. Por hora, o que se pretende é verificar de que maneira as reportagens do jornal **O Globo** - principal periódico diário do Estado do Rio de Janeiro e terceiro maior do Brasil em número de exemplares vendidos - se dão as *relações recíprocas* entre tais matérias e o poder público instituído.

Apesar de os objetivos deste trabalho terem fins essencialmente dirigidos à área da Comunicação Social, a compreensão dos conceitos de *anomia*, *sujeição criminal* e *vítima virtual* podem jogar luz sobre a questão do comércio varejista de entorpecentes. A política de Segurança Pública que visa, prioritariamente, ao combate do tráfico de drogas tem resultado

em mais óbitos e detenções do que efetivamente na redução do comércio e consumo de drogas e da desigualdade social, apontadas por muitos como as causas centrais da violência urbana no Rio de Janeiro.

A partir desta constatação faz-se necessário o questionamento acerca do recrudescimento da repressão a este tipo de delito. O simples combate ao comércio armado de drogas em parte das favelas cariocas, circunscritas no chamado *cinturão de segurança* da cidade, tem resultado em mais uma mudança geográfica da incidência do tráfico do que na redução do comércio e consumo de drogas. E mesmo que o fizessem, há garantias de que isto resultaria na redução da violência e da criminalidade no Rio de Janeiro? Se aqueles que buscam no comércio ilícito de substâncias entorpecentes uma via alternativa para alcançar as metas sociais fossem privados desta atividade, não buscariam eles meios outros, igualmente ilícitos, para atingir suas aspirações, caso não lhes fosse possível trilhar as vias institucionais para obter os “desígnios da vida em grupo” (MERTON, 1970) tão almejados pelos indivíduos na sociedade capitalista neoliberal que vivemos hoje?

Considerando-se ainda o crescente poder exercido pelos grupos criminosos denominados *milícias* – que contam com fortíssimo poder econômico e mesmo representação política institucional nas esferas estatais - e a carência de políticas públicas outras, que não as de Segurança, na esmagadora maioria das favelas da cidade, é oportuno indagar-nos se as iniciativas adotadas no campo da Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro visam realmente à redução da violência ou seriam apenas medidas paliativas com o intuito de transformar a capital fluminense em uma cidade onde - no contexto dos mega eventos esportivos internacionais que abrigará nos próximos anos - os turistas e a elite moradora dos bairros mais bem aquinhoados possam desfrutar de uma maior sensação de segurança?

5.3.2 UPP São Carlos

Localizado no bairro do Estácio, entre as zonas norte e centro da cidade, o Morro de São Carlos foi uma das primeiras favelas a surgirem no Rio de Janeiro. Próximo ao Morro da Providência, a favela igualmente recebeu os moradores egressos dos cortiços recém-demolidos. Em meados da década de 1920, o morro começou a se consolidar como berço de bambas.

[...] a subida do Morro de São Carlos, na rua Maia Lacerda, era o espaço privilegiado por moradores de diversas favelas da região - Providência, Gamboa, Mangueira, Morros da Tijuca - que se encontravam nos botequins para beber uma cachacinha, jogar um carteadado ou ver e frequentar as chamadas “mulheres da vida”. O lugar logo virou espaço de sociabilidades, reduto da boêmia carioca e de busca de prazeres. Entre esses prazeres o que mais se sobressaía eram os da música, dos ritmos, das gingas, das malemolências, do samba. Culminando essa característica, em 1928, no Morro de São Carlos, os sambistas Ismael Silva, Brancura e mano Edgar, entre outros, fundaram a primeira Escola de Samba brasileira, a “Deixa Falar”. (SANTOS, ELADIR, 2008: p.3)

Reduto da boemia carioca no alvorecer do século XX, o São Carlos foi o local onde surgiu a primeira escola de samba do Rio de Janeiro, a **Deixa Falar**, fundada por Ismael Silva, em 1929, além da **Paraíso das Morenas**, **Recreio de São Carlos** e **Cada Ano Sai Melhor**, que, nos anos 1950, se juntariam à **Unidos de São Carlos**. Na favela, viveram personagens míticos como Madame Satã, ícone da marginalidade carioca, além de outros artistas de expressão como Herivelto Martins, Grande Otelo, Luiz Gonzaga, Gonzaguinha, Aldir Blanc, Luiz Melodia, entre outros.

São Carlos era o berço do “bandido romântico”, “o malandro de temperamento exuberante, misto de boa praça, bamba que sabia distribuir rabo-de-arraia, usar a navalha, roubar somente os ricos” (op.cit.: p.7). No entanto, a esmagadora maioria dos moradores era de trabalhadores. A proximidade dos partidos de esquerda e movimentos sindicais aos trabalhadores da região estimulou a participação de moradores do São Carlos em atividades políticas, sobremaneira nas décadas de 1960 e 1970, não obstante a incredulidade dos governos autoritários da época. É o que conta Lúcio de Paula Bispo, fundador da Federação das Favelas do Rio de Janeiro (Faperj):

Pelo preconceito vigente contra os favelados da cidade, os organismos da ditadura não acreditavam serem os favelados capazes de organizarem-se politicamente e lutar contra a ditadura militar (ibid.).

Com o crescimento do comércio varejista de drogas, a partir dos anos 1980, facções de bandidos armados passaram a controlar o tráfico na comunidade, assim como em outras favelas da cidade. Os “bandidos românticos” deram lugar aos “bandidos-empresários”, expressão de Alba Zaluar (1983: 266 apud SANTOS, ELADIR). Luiz Melodia, uma das figuras ilustres do São Carlos, conta que, certa vez, precisou solicitar permissão para gravar uma entrevista para um documentário filmado nas vielas do morro. ““Imagina só. Eu, cria do São Carlos, pedindo autorização...” Mesmo “autorizado” pelo chefe do tráfico, o artista ainda

precisou negociar. “Quando já estava lá filmando, foi cercado por um adolescente armado com uma submetralhadora mandando parar tudo.” (ibid.)

O processo de implantação da UPP São Carlos teve início no dia 22 de março de 2010. De acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado¹⁰⁶, mais de 240 policiais atuam na unidade, que contempla ainda os morros do Querosene, Mineira e Zinco, além dos bairros do Estácio e Rio Comprido. Sob o comando do capitão Luiz Piedade, a 17ª UPP da capital fluminense atende a uma população estimada em torno de 17 mil pessoas.

Na operação de instalação da UPP São Carlos, a Polícia assassinou a tiros Rogério Rios Mosqueira, o Roupinol, que controlava o comércio de drogas na comunidade. Na reportagem que dá conta da morte do traficante, o jornal **O Globo** publica em letras garrafais na página 12 da editoria **Rio: Polícia mata megatraficante**¹⁰⁷ (Imagem 10). A matéria destaca que o episódio repercutiu em Macaé, onde Roupinol nascera e supostamente ainda controlava o comércio de entorpecentes. O comércio da cidade teria amanhecido fechado, assim como algumas escolas da região. O texto ressalta ainda que o traficante respondia a 28 mandados de prisão por tráfico e homicídio e ainda que “se tornou o maior vendedor de cocaína da cidade”. Mais adiante, a reportagem relata o momento em que Roupinol fora flagrado por cerca de 20 policiais. De acordo com relatos dos policiais envolvidos na operação, o traficante teria lançado uma granada no momento da tentativa de fuga e portava ainda “uma pistola Glock 9 mm com rajada e mira laser, quatro carregadores e um celular”. Ainda segundo o texto, ao chegar ao Rio, há dois anos, Roupinol aliara-se a Nem, da Rocinha, e tornara-se um grande distribuidor de cocaína. Era conhecido como “matador de policiais”, costumava torturar os inimigos, “incluindo quem o traía” e costumava pagar propina a policiais. O discurso referenda a ação da polícia e em momento algum questiona a execução do traficante, ainda que a legislação brasileira não contemple a prática em seu Código Penal.

¹⁰⁶ Dados do website UPP Repórter, abrace essa ideia. Disponível em http://upprj.com/wp/?page_id=1434

¹⁰⁷ BALBI, A., COSTA, A.C., DAMASCENO, N. *Polícia mata megatraficante. Roupinol é baleado no São Carlos, mas comércio de Macaé é que fecha em luto forçado*. O Globo. Editoria Rio, página 12. Rio de Janeiro, 23 de março de 2010.



Imagem 10: Polícia mata megatraficante¹⁰⁸

Na versão digital da mesma reportagem, publicada na página de O Globo, na internet, no dia 23 de março. No entanto, a informação em destaque na reportagem do jornal **O Globo** não é a morte do comerciante varejista de entorpecentes, mas sim a *pacificação*, imposta por vias beligerantes: **Morro do São Carlos, que vinha sendo dominado pelo traficante Roupinol, receberá UPP em 2010**¹⁰⁹. O texto narra a tentativa em vão da Polícia de salvar a vida do homem que acabara de balear: “Roupinol chegou a ser socorrido, mas morreu no Hospital Souza Aguiar”. Mais adiante, o texto da reportagem descreve a trajetória de Roupinol, desde a saída de Macaé, sua cidade natal, até a chegada ao São Carlos, onde, segundo a reportagem, tornara-se “o maior distribuidor de cocaína do estado do Rio” (e não apenas da cidade, como relata a versão impressa do jornal), e a volta ao estado de *legalidade* após a morte do criminoso: “No São Carlos, o comércio e as escolas funcionaram normalmente, embora vários confrontos entre policiais e bandidos tenham ocorrido na comunidade depois da morte do traficante”.

Apesar da ação enérgica das forças de segurança, o morro não foi imediatamente ocupado e outro traficante passou a comandar o comércio de entorpecentes na comunidade. A casa de Anderson Rosa Mendonça, conhecido como Coelho, literalmente *caiu* pouco tempo depois. De acordo com a reportagem **Operação encontra armas atrás de parede falsa na Mineira e casa com hidromassagem no São Carlos**¹¹⁰, publicada no dia 7 de maio de 2010,

¹⁰⁸ Idem

¹⁰⁹ COSTA, A.C. *Morro do São Carlos, que vinha sendo dominado pelo traficante Roupinol, receberá UPP em 2010*. O Globo, Editoria Rio, Rio de Janeiro, 23 de março de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/morro-do-sao-carlos-que-vinha-sendo-dominado-pelo-traficante-roupinol-recebera-upp-em-2010-3034952#ixzz1ihzd571W>

¹¹⁰ COSTA, A.C. *Operação encontra armas atrás de parede falsa na Mineira e casa com hidromassagem no São Carlos*. O Globo Online. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/operacao-encontra-armas-atras-de-parede-falsa-na-mineira-casa-com-hidromassagem-no-sao-carlos-3011844>

a Polícia realizou a apreensão de um fuzil, duas metralhadoras, duas pistolas e “grande quantidade de maconha e cocaína”. A ação foi realizada em uma casa no alto do Morro da Mineira, que faz parte do Complexo do São Carlos. De acordo com a reportagem, a casa pertencia a Coelho, o substituto de Roupinol no controle de distribuição de drogas na comunidade. Além do título, que contém a informação de que havia uma banheira de hidromassagem na casa, chama a atenção ainda a descrição dos objetos encontrados no local: “três TVs de plasma, hidromassagem, piscina e ar condicionado central”. A declaração em destaque na matéria é do titular da Delegacia de Combate a Drogas (Dcod), Alessandro Petralanda: “Se eu transferisse todo esse luxo para um apartamento na Barra da Tijuca, poderia dizer que era uma residência de classe média alta – disse o titular da Dcod”. É quase como se o maior crime praticado por Coelho tenha sido o de alcançar sua meta social por vias alternativas às institucionais e ostentar a sua riqueza, algo não condizente com um morador de uma favela, mas perfeitamente compreensível a um cidadão residente na Barra da Tijuca, segundo o delegado. O luxo ostentado por um sujeito desviante morador de uma favela carioca torna – na análise do policial e da repórter – o ato de comercializar drogas ainda mais condenável, haja vista que este delito é associado a todos os demais crimes cometidos em nossa sociedade e, por isso, tido como prioritário nas políticas de Segurança Pública no país.

Após a prisão de Coelho, o morro de São Carlos continuou ocupado por traficantes. Ao menos é o que indica a matéria publicada no dia 25 de dezembro de 2010: **Traficantes armados são flagrados no Morro São Carlos**¹¹¹. Imagens aéreas mostram homens portando fuzis na comunidade. Ao tomar conhecimento das imagens, o secretário de Segurança Pública antecipou que uma UPP seria instalada naquela favela. “No momento certo, na hora certa, com a devida dose, nós vamos chegar. E o grande recado é que se fez aqui, se faz em qualquer outro lugar desse estado”, adiantou Beltrame.

E a hora certa parece ter chegado, quase um ano após a morte de Roupinol. A implantação da UPP São Carlos não coincidiu com qualquer ocorrência dentro do morro, mas sim, fora dele. Em janeiro de 2011, o edifício do Centro Administrativo da Prefeitura - localizado a poucos metros da comunidade - foi atingido por tiros, durante fuga de traficantes armados da região. No episódio, um helicóptero da TV Globo foi alvejado enquanto sobrevoava a favela e precisou fazer um pouso forçado no meio da mata. Coincidentemente ou não, a ocupação do São Carlos foi anunciada por Beltrame pouco tempo depois, em 22 de março de 2011. À época, ocorriam também as ocupações do Morro da Providência e dos

¹¹¹ *Traficantes armados são flagrados no Morro São Carlos*. O Globo Online. Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/traficantes-armados-sao-flagrados-no-morro-sao-carlos-2906121#ixzz1kgBR7lnj>

morros do bairro da Tijuca. Além do prédio da Prefeitura, também conhecido como *Cidade Nova* ou *Piranhão* - em referência à localidade onde outrora se reunia o meretrício da região -, a quatro quilômetros dali, está localizado o Estádio do Maracanã, que receberá jogos da Copa do Mundo de 2014. A área outrora frequentada pelos antigos *malandros*, prostitutas, população marginalizada, famílias de baixa renda e trabalhadores ganharia um aspecto *legal, pacificado e ordenado*.

A matéria da ocupação do Morro de São Carlos foi publicada no dia 4 de fevereiro de 2011, quase um ano após a morte de Roupinol. A Secretaria de Segurança optou por *pacificar* todas as favelas da região do Centro simultaneamente. Além do São Carlos, as forças policiais tomaram os morros da Mineira, Querosene, Zinco, Fallet, Fogueteiro, Prazeres, Coroa e Escondidinho. Característica presente em outras narrativas sobre o tema, a reportagem **Polícia já está pronta para ocupar morros do Centro no domingo**¹¹² fala sobre a *integração* das forças de Segurança Pública para o combate do tráfico: “Já tem data e hora o início da operação das polícias Militar, Civil e Federal que iniciarão a ocupação de nove favelas...”. A cisão entre elas era apontada por especialistas como um dos principais fatores que contribuíam para a violência urbana crescente na capital fluminense. Tal união é obviamente creditada à Secretaria de Segurança Pública, na figura de José Mariano Beltrame. O texto segue ainda enaltecendo o poderio bélico a serviço da implantação das UPPs: “Ao todo serão mais de 700 policiais com apoio de blindados e helicópteros que entrarão nessas comunidades para iniciar a pacificação. Essa será a maior ação policial montada para a instalação de uma UPP.” Finalmente, a matéria termina reforçando a ideia de que a ocupação faz parte de um plano maior – a instalação da UPPs em áreas estratégicas da cidade – e de caráter permanente.

A previsão é de que homens do Batalhão de Operações Especiais (Bope) e Batalhão de Choque (Bpchoque) fiquem mais de um mês na região até que as UPPs sejam inauguradas. Desde o início da manhã de hoje policiais do Batalhão de Choque, com um carro blindado já ocupavam os acessos ao Morro de São Carlos e Mineira. (ibid.)

A ocupação, propriamente dita, do Morro de São Carlos aconteceria dois dias depois. Em vez dos 700 homens anunciados, a reportagem do **Globo Online** dá conta de que “846 homens participam da operação”¹¹³. Aparentemente publicado durante a ação da Polícia, o texto informa que “até o momento, a polícia não enfrentou reação dos traficantes, como já era esperado”. Ainda que classificada no pacote interpretativo *Lei e ordem na favela*, tal como as

112 COSTA, A.C.. *Polícia já está pronta para ocupar morros do Centro no domingo*. Rio de Janeiro. Editoria Rio. 4 de fevereiro de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/policia-ja-esta-pronta-para-ocupar-morros-do-centro-no-domingo-2828172>

113 *Polícia faz operação no Complexo de São Carlos para instalação de Unidades de Polícia Pacificadora*. O Globo Online. Rio de Janeiro. 6 de fevereiro de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/policia-faz-operacao-no-complexo-de-sao-carlos-para-instalacao-de-unidades-de-policia-2826825#ixzz1j3hgguSq>.

anteriores, esta reportagem traz apenas fontes não-estatais, ao contrário das demais matérias analisadas até esta data, que davam voz apenas a fontes ligadas ao Estado, como delegados, policiais, o secretário de Segurança Pública e o governador do Estado, declarando a necessidade da ocupação policial para reprimir o tráfico de drogas na comunidade. Ações da Polícia são narradas, assim como a de moradores, que são entrevistados:

Na hora da ocupação, poucos moradores estavam nas ruas e vielas dos morros ocupados. Eles começaram a sair das suas casas às 6h. Não foram vistas motos circulando, e moradores disseram que há uma semana que não são vistos traficantes ostentando armas nos morros ocupados. (ibid.)

Tal recurso parece demonstrar que o repórter, de fato, esteve presente à comunidade, sob proteção da Polícia – apesar de saber que uma “reação dos traficantes” não era esperada, como afirma o texto -, e não apenas reproduziu os informes repassados pela Secretaria de Segurança Pública, publicando declarações protocolares dos definidores primários. A reportagem estende ainda a importância da ocupação para o *asfalto*, destacando que

moradores de um prédio da Rua Almirante Alexandrino, na esquina dos Prazeres, disseram que há anos não usam a piscina do imóvel com medo de serem atingidos por balas perdidas. Eles esperam voltar a usar a piscina depois da ocupação. (ibid.)

A mudança no foco é semelhante àquela observada nas reportagens do Morro Santa Marta, após a instalação da UPP: ouvir dos moradores os benefícios levados pela Polícia e comprovar a eficácia das UPPs no combate à violência na favela e nos arredores. Com a tática empregada pela Secretaria de Segurança de comunicar antecipadamente a ocupação, os tiroteios durante a operação são evitados, pois os traficantes podem sair da comunidade e garantir a aparência de tranquilidade, lei e ordem, como tem sido divulgado em toda a imprensa. Ao final, o texto quantifica ainda a população beneficiada pela ação, informando que “a operação vai ocupar nove comunidades: São Carlos, Zinco, Querosene, Mineira, Coroa, Fallet, Fogueteiro, Escondidinho e Prazeres, atendendo diretamente 26 mil moradores.”

Objetivo similar teve a matéria do dia 22. Nas comunidades já ocupadas, moradores “lembram a vida sob o domínio dos traficantes”¹¹⁴. Finalmente as fontes não-estatais ganham nomes, ainda que fictícios. As declarações, contudo, corroboram a ocupação policial através de relatos de terror vividos por moradores dos morros de São Carlos e Prazeres. Um dos

114 MASCARENHAS, G. *Moradores do Complexo do São Carlos e do Morro dos Prazeres lembram vida sob o domínio dos traficantes*. O Globo. Editoria Rio. Rio de Janeiro. 22 de fevereiro de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/moradores-do-complexo-do-sao-carlos-do-morro-dos-prazeres-lembram-vida-sob-dominio-dos-2819727#ixzz1j40bm6ai>

personagens, motorista, narra que costumava conduzir traficantes, ameaçado sob a mira de armas.

Cansei de explicar em delegacias que fui obrigado, com fuzil apontado para a cabeça, a deixar determinado vagabundo cheio de sangue na porta do (hospital) Souza Aguiar. Às vezes, levava um monte deles à praia. E tinha hora para levar e buscar. Perdia o dia de trabalho, não ganhava nada e não podia reclamar. Se eu escrevesse um livro, seria de terror - contou ele em voz baixa, pedindo o anonimato. (ibid.)

O texto reforça a informação presente na matéria anterior de que 26 mil pessoas serão “beneficiadas”, mas revela que a escolha da região não se deu exatamente pela população moradora das favelas ali instaladas, mas sim, por um público em especial: os foliões nativos e estrangeiros, que gozarão, em poucas semanas, os festejos de Momo naquelas proximidades.

a opção por atender a essas seis comunidades se deve à proximidade com o carnaval: Fogueteiro, Fallet, Coroa e Mineira ficam em torno da Sapucaí, e os morros dos Prazeres e do Escondidinho estão localizados em Santa Teresa, endereço de diversos blocos. (ibid.)

A inauguração da UPP do Morro de São Carlos acontece, finalmente, no dia 16 de maio de 2011. A reportagem dá grande destaque aos definidores primários presentes no evento, através de declarações otimistas e de frases que sugerem o apoio da população da favela à instalação da Unidade de Polícia Pacificadora. A foto de abertura mostra policiais perfilados em continência, à frente do contêiner que abriga a UPP na comunidade. O primeiro parágrafo descreve que, além do governador Sérgio Cabral, responsável por inaugurar a “17ª UPP do estado”¹¹⁵, e o secretário Beltrame, estiveram presentes o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, e a secretária nacional de Segurança Pública, Regina Miki. Numa tentativa de humanizar a intervenção policial na comunidade, o texto informa ainda que “a unidade é composta por 240 policiais, sendo 51 mulheres, até agora o maior número de policiais femininas entre as UPPs. Pela primeira vez, os policiais vão trabalhar com armas não-letais”. O subtexto fica mais explícito na declaração de Beltrame, que dá ênfase à participação feminina na UPP São Carlos e o capitão da unidade, Luiz Piedade, diz que “o objetivo da ocupação é a integração com a comunidade na prestação de serviços não apenas de segurança, com também de infraestrutura” (ibid.).

Nas semanas seguintes, as matérias do jornal **O Globo** sobre a UPP São Carlos exaltam a ocupação e substituem a série de reportagens classificadas no pacote interpretativo pela sequência *Cidadania na favela*. No dia 21 de maio, cinco dias após a inauguração da

115 COSTA, A.C. *Governador Sérgio Cabral inaugura a UPP de São Carlos, na Zona Norte do Rio*. O Globo. Editoria Rio. Rio de Janeiro. 17 de maio de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/governador-sergio-cabral-inaugura-upp-de-sao-carlos-na-zona-norte-do-rio-2768555#ixzz1j4A4o4tY>.

unidade, o periódico publica a reportagem **Pacificação reduz em 2 anos 46% número de baleados atendidos em 4 emergências**¹¹⁶. De acordo com José Padilha, médico do Hospital Souza Aguiar, as recentes campanhas de desarmamento ajudaram a reduzir o número de baleados. No entanto, o advento das UPPs chegou a zero o número de feridos, “não só o número de baleados com armas de grande calibre, como o de vítimas de armas comuns”.

Já no dia 1º de junho, a reportagem do jornal dá conta que **Favelas com UPP terão coleta diária de lixo**¹¹⁷. O texto informa que serão 340 o número de funcionários que farão o serviço, cita a “motolixo” - veículo adaptado para retirada dos resíduos – como um dos equipamentos a serem utilizados, e relata ainda quantidade estimada de lixo a ser recolhida nas 17 comunidades com UPPS – 247 toneladas diárias -, o custo anual da operação – R\$ 9 milhões – a serem pagos pela Prefeitura, entre outros detalhes. A matéria informa ainda que “o setor privado já vem investindo nas áreas pacificadas”. Outra característica típica da reprodução de um *press release* enviado por meio de assessoria de imprensa: a única fonte ouvida pela reportagem é estatal - Carlos Roberto Osório, secretário municipal de Conservação. Não há fontes não-estatais.

Uma semana depois, outra matéria fala sobre os benefícios da ocupação: **Senac Rio oferece cursos gratuitos de qualificação na UPP do São Carlos**¹¹⁸. O texto informa que serão abertas 230 vagas para cursos profissionalizantes como garçom, rotinas de escritório, cozinheiro, estoque e armazenagem, “áreas de alta empregabilidade no setor do comércio”; afirma que “o Senac Rio já capacitou mil pessoas em outras cinco regiões da cidade: Batam, Macacos, Providência, Borel e Tabajaras”; e, no último parágrafo, orienta como fazer as inscrições:

é obrigatório apresentar cópias da identidade, CPF, comprovante de residência e de escolaridade. As exigências de escolaridade e de idade mínima podem variar de acordo com o curso. As inscrições devem ser feitas na unidade móvel de ensino, a partir das 8h. (ibid.)

Já no dia 28 de julho, a reportagem **Polícia Civil faz buscas em Guapimirim para tentar encontrar assaltantes de hotel em Santa Teresa**¹¹⁹ volta a destacar a violência na

116 *Pacificação reduz em 2 anos 46% número de baleados atendidos em 4 emergências*. O Globo. Rio de Janeiro, 21 de maio de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/pacificacao-reduz-em-2-anos-46-numero-de-baleados-atendidos-em-4-emergencias-2766951#ixzz1j4eiKCJq>

117 *Favelas com UPP terão coleta diária de lixo*. O Globo. Rio de Janeiro, 1 de junho de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/favelas-com-upp-terao-coleta-diaria-de-lixo-2762453#ixzz1j4gt24mh>

118 *Senac Rio oferece cursos gratuitos de qualificação na UPP do São Carlos*. O Globo. Rio de Janeiro, 8 de junho de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/educacao/senac-rio-oferece-cursos-gratuitos-de-qualificacao-na-upp-do-sao-carlos-2788474#ixzz1j4IKEzSm>

119 *Polícia Civil faz buscas em Guapimirim para tentar encontrar assaltantes do hotel em Santa Teresa*. O Globo. Rio de Janeiro, 28 de julho de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/policia-civil-faz-buscas-em-guapimirim-para-tentar-encontrar-assaltantes-de-hotel-em-santa-teresa-2710323>

região. Motivo: o assalto a um hotel de luxo em Santa Teresa, onde ficam hospedados celebridades e empresários internacionais. As buscas aos criminosos levam à associação entre a pacificação do Morro de São Carlos e o episódio, alterando a clivagem ideológica *UPP para a Favela*, até então predominante nas reportagens, para *UPP para o asfalto*. A exemplo da reportagem sobre o tiroteio em janeiro de 2011, que alvejou o prédio da Prefeitura e um helicóptero da Prefeitura, o episódio marca outra mudança no caráter das reportagens. A partir de então, uma série de notícias de violência na região são publicados nas páginas do jornal. Em 30 de julho, o periódico divulga que **Jovem é encontrada morta na área da UPP do São Carlos**¹²⁰; em 10 de agosto, que **Policiais da UPP do Morro de São Carlos apreendem drogas no Morro da Mineira**¹²¹, integrante da UPP São Carlos; já em 15 de agosto, **O Globo** informa que **Bandidos atacam a tiros policiais da UPP do São Carlos**¹²²; em 30 de outubro, reportagem dá conta que **Menor é detido ao atacar PMs da UPP do Morro de São Carlos**¹²³. Finalmente, no dia 12 de novembro, a matéria **Tiroteio deixa dois feridos no Morro do São Carlos, que já foi pacificado**¹²⁴ questiona abertamente a ocupação da comunidade. A reportagem apresenta ainda o pacote interpretativo *Liberdades civis sob ataque*, apesar de seu discurso ideológico estar predominantemente caracterizado como *Lei e ordem na favela*. Além disso, o texto põe em dúvida a versão dos policiais sobre os feridos um bar em uma das ruas da favela, apesar de conferir maios destaque à declaração do sargento presente à operação:

Policiais da UPP do São Carlos disseram terem sido recebidos a tiros por bandidos durante uma ronda na comunidade. Segundo o sargento Dias, os agentes teriam realizado apenas dois disparos. Moradores, por sua vez, afirmaram que os policiais chegaram atirando na direção de um bar, localizado num beco com pouca iluminação, na parte alta da favela. Eles negam que houvesse alguém armado no local. Ninguém foi preso nem houve apreensão de armas ou drogas.

- As vítimas foram baleadas por armas de calibre 9 mm e 45 mm, as quais não usamos. Estávamos apenas com .40 e fuzil - afirmou o sargento.

O mototáxi Eduardo de Souza, de 19 anos, foi atingido no peito e atendido no Hospital Municipal Souza Aguiar, na Praça da República. Segundo os policiais, ele não corre risco de morrer. Wallace Gonçalves da Silva, de 19 anos, é dono do bar onde houve o tiroteio.

120 SCHMITT, L.G. *Jovem é encontrada morta na área da UPP do São Carlos*. O Globo Online. Rio de Janeiro. 30 de julho de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/jovem-encontrada-morta-na-area-da-upp-do-sao-carlos-2709230#ixzz1j4xs6UUZ>.

121 *Policiais da UPP do Morro de São Carlos apreendem drogas no Morro da Mineira*. O Globo. Editoria Rio. Rio de Janeiro. 10 de agosto de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/policiais-da-upp-do-morro-de-sao-carlos-apreendem-drogas-no-morro-da-mineira-2870035#ixzz1j4y3Y2ni>

122 BORGES, W. *Bandidos atacam a tiros policiais da UPP do São Carlos*. O Globo Online. Rio de Janeiro. 15 de agosto de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/bandidos-atacam-tiros-policiais-da-upp-do-sao-carlos-2690286#ixzz1j4yabvYX>

123 *Menor é detido ao atacar PMs da UPP do Morro de São Carlos*. O Globo. Editoria Rio. Rio de Janeiro. 30 de outubro de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/menor-detido-ao-atacar-pms-da-upp-do-morro-de-sao-carlos-3079279#ixzz1j4zC1Mlh>

124 LEITE, R. *Tiroteio deixa dois feridos no Morro do São Carlos, que já foi pacificado*. O Globo Online. Rio de Janeiro. 12 de novembro de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/tiroteio-deixa-dois-feridos-no-morro-do-sao-carlos-que-ja-foi-pacificado-3221527#ixzz1j4zf1jxu>

Ele foi baleado no braço e na perna, além de ter sido atingido de raspão no peito. O primeiro atendimento foi realizado no Hospital da Polícia Militar, próximo ao Morro do São Carlos. Depois, ele foi transferido para o Hospital Souza Aguiar.

Tio de Wallace, Joel Toledo afirmou que o sobrinho não tem qualquer envolvimento com o crime. Segundo os policiais da UPP, Eduardo já teria passagem pela polícia, sendo acusado de agressão após esfaquear uma namorada. No entanto, ainda de acordo com os agentes, a jovem teria retirado a queixa dias após a prisão. A mãe de Eduardo, Alessandra Érica de Souza, se queixou que os policiais demoraram a prestar socorro a seu filho, que teria chegado a ser algemado. (ibid.)

O jornal segue publicando notícias sobre casos de violência, como a que **Policiais da UPP de São Carlos prendem cinco homens**¹²⁵, publicada em 18 de novembro último; **Policiais da UPP do São Carlos trocam tiros com bandidos e prendem um**¹²⁶, de 12 de dezembro; e a sobre a prisão do traficante Leonardo Miranda da Silva, o Empada¹²⁷, publicada no dia 16 de dezembro.

O que a análise das matérias sobre a UPP São Carlos apresenta é uma predominância do pacote interpretativo *Lei e ordem na favela*. Das 33 matérias analisadas, 30 (90% dos casos) têm este modelo discursivo como predominante. O pacote *Cidadania na favela* aparece em cinco oportunidades, sendo cinco delas predominantes. Chama a atenção que a primeira reportagem classificada neste modelo discursivo (**Secretária nacional de Segurança Pública diz que UPPs servirão de exemplo para o país**, de 23 de fevereiro de 2011) tenha sido publicada 17 dias após a veiculação da notícia sobre a ocupação da favela pelas tropas da Polícia (**Polícia faz operação no Complexo de São Carlos para instalação de Unidades de Polícia Pacificadora**, de 6 de fevereiro de 2011). As outras três (**Pacificação reduz em 2 anos 46% número de baleados atendidos em 4 emergências**, de 21 de maio de 2011; **Favelas com UPP terão coleta diária de lixo**, de 1º de junho de 2011; e **Senac Rio oferece cursos gratuitos de qualificação na UPP do São Carlos**, de 8 de junho de 2011) aparecem poucos dias depois da reportagem que dava conta da inauguração da UPP São Carlos (**Governador Sérgio Cabral inaugura a UPP de São Carlos, na Zona Norte do Rio**, de 17 de maio de 2011). Outro detalhe importante a ser observado é que as referidas matérias têm um caráter quase institucional – a exemplo de um *press release* produzido por uma assessoria de imprensa –, pouco ou nada investigativo, declarações de fontes estatais e dados quantificados acerca dos benefícios nas comunidades (“pacificação reduz 46% os número de

125 *Policiais da UPP de São Carlos prendem cinco homens*. O Globo, Editoria Rio, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/policiais-da-upp-de-sao-carlos-prendem-cinco-homens-3273794#ixzz1j52HwdaQ>

126 MASCARENHAS, G. BORGES, W. O Globo, *Policiais da UPP do São Carlos trocam tiros com bandidos e prendem um* Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/policiais-da-upp-do-sao-carlos-trocam-tiros-com-bandidos-prendem-um-3430128#ixzz1j52idNRH>

127 LEITE, R. *Preso traficante do Morro de São Carlos*. Blog Rio, O Globo Online, Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2012.

baleados”, “coleta diária de 247 toneladas de lixo”, “230 vagas em cursos profissionalizantes” etc.).

TABELA 2: ANÁLISE MATÉRIAS UPP SÃO CARLOS

Pacotes Interpretativos	
Lei e Ordem Na Favela	30 (30 Predominantes) 90%
Cidadania Na Favela	5 (3 Predominantes) 10%
Liberdades Cíveis Sob Ataque	3 (0 Predominantes)
Pobreza Causa Crime	0
Fontes	
Estatais	28
Não-Estatais: 11 Ocorrências: 3 Fontes Avaliam Negativamente As Upps.	
Clivagens Ideológicas	
Upp Para A Favela	30 (29 Pred.) 88%
Upp Para O Asfalto	7 (4 Predominantes) 12%
Estado Democrático De Direito	
	33 (Todas Predominantes)
Estado Policialesco	3 (0 Predominantes)
*Política Permanente	
	31
*Política Isolada	0
*2 matérias sobre São Carlos antes da ocupação. Por isso não se fala em política.	

No que diz respeito às fontes, há 28 fontes estatais e onze ocorrências de não-estatais. (É preciso levar em conta que, frequentemente, as fontes não-estatais não têm seus nomes citados e, algumas vezes, o texto menciona apenas que “moradores disseram”, o que, metodologicamente, computamos como uma ocorrência.) Na reportagem **Moradores do Complexo do São Carlos e do Morro dos Prazeres lembram vida sob o domínio dos traficantes**, três moradores têm seus nomes alterados para evitar represálias de traficantes. A única matéria em que as fontes não-estatais têm seus verdadeiros nomes publicados é **Tiroteio deixa dois feridos no Morro do São Carlos, que já foi pacificado**, justamente aquela que apresenta o pacote interpretativo *Liberdades civis sob ataque* e que relata o confronto entre moradores e policiais. Segundo esta lógica, os moradores não precisariam ter seus nomes alterados, pois os policiais não se vingariam dos moradores, devido às denúncias de abuso de autoridade, supostamente ocorridas. A outra matéria que apresenta o modelo discursivo *Liberdades civis sob ataque* é **Bandido troca tiros com policiais da UPP de São Carlos e consegue fugir**, que relata o disparo de policiais em uma das ruas da comunidade, durante a

realização de um culto evangélico, momento em que muitas pessoas circulavam no local. No entanto, em ambas as matérias, há características predominantes do pacote interpretativo *Lei e ordem na favela*. Não foram encontradas características do modelo *Pobreza causa crime*.

No que concerne às clivagens ideológicas, em 100% dos casos, a UPP São Carlos é retratada como parte de uma política permanente e consolidada. Ao contrário do que ocorria no Morro Santa Marta – a primeira a ser instalada –, não se coloca em dúvida a continuidade das ocupações, possivelmente, devido aos bem-sucedidos exemplos anteriores. É importante ressaltar que na primeira matéria em que o Morro de São Carlos aparece associado às UPPs não é possível falar, propriamente em uma política de ocupação, posto que não se tinha em vista a própria instalação da UPP na comunidade. No entanto, em nenhuma matéria analisada, tampouco foram questionadas as possibilidades de implantação ou de continuação da unidade na favela.

Já em relação ao modelo das *pacificações*, a totalidade das matérias retrata as ações da UPP São Carlos como parte de um Estado Democrático de Direito (EDD), visando a levar segurança, qualidade de vida e outros direitos aos moradores daquelas comunidades e do entorno. Apenas três reportagens apresentavam a UPP como parte de um *Estado Policialesco* (EP): as mesmas que têm o pacote interpretativo *Liberdades civis sob ataque* como um dos modelos discursivos. No entanto, predomina a clivagem EDD sobre EP, pelo fato de sempre darem voz às fontes estatais (no caso, os policiais envolvidos), de forma a justificar a ação policial e descrevê-la como legítima em sua busca por traficantes armados, ainda que esta ação possa colocar em risco a vida de pessoas *inocentes*. Mesmo que o texto apresente a versão de fontes não-estatais, elas são sempre confrontadas a fontes estatais, que, frequentemente as desmentem. O mesmo não acontece com a maior parte das reportagens, que contém esmagadora maioria de fontes estatais, que justificam a ação da Polícia como parte constituinte de um Estado Democrático de Direito, e raramente apresentam declarações não-estatais que possam contradizer as versões oferecidas pelos representantes do Estado.

Finalmente, em relação ao público a que a UPP São Carlos se destina, 29 das 33 matérias analisadas apresentam a clivagem *UPP para a Favela* (UPPF) contra sete *UPP para o Asfalto* (UPPA) – apenas quatro predominantes. De fato, o discurso do jornal apresenta as UPPs como solução para a violência na favela. Mas não se pode perder de vista, primeiro, que esta clivagem ideológica analisa os elementos presentes no texto. Em outras palavras, muitas vezes a reportagem descreve a ação policial na favela sem destacar as vantagens para os moradores do *asfalto*. Por exemplo, quase todas as matérias enquadradas no pacote interpretativo *Lei e ordem na favela* tem como clivagem UPPF. No entanto, não podemos

deixar de observar que a favela é percebida pelo senso comum como “berço da criminalidade”, “valhacouto de desordeiros”, “sobressalto das famílias” etc. Assim, de acordo com esta lógica, impor a lei e a ordem na favela, acabando com o comércio de drogas – também, de acordo com o senso comum, responsável por toda a sorte de crimes que acontecem na cidade – representa *pacificar* não apenas a favela, mas também, e, sobretudo, o *asfalto*.

Há dois indícios de que isto pode estar correto. O primeiro é o fato de que o episódio do tiroteio que alvejou o prédio da Prefeitura do Rio e um helicóptero da **TV Globo**, no dia 24 de janeiro de 2011, motivou – ou, pelo menos, precipitou – a instalação da UPP na comunidade, anunciada no dia seguinte ao ocorrido. O segundo é que, após a inauguração da UPP São Carlos, houve uma série de matérias que mostravam os benefícios da ocupação naquela comunidade. Tal sequência foi interrompida justamente após o episódio do assalto ao hotel de luxo em Santa Tereza, cujos principais suspeitos teriam saído do Morro de São Carlos. A partir de então, outra série teve início: a de notícias que relatavam a ocorrência de crimes na referida favela, como forma de questionar a eficácia da repressão à criminalidade na favela. Importante destacar que esta série mantinha como pacote interpretativo predominante o modelo *Lei e ordem na favela*, cuja característica principal é, entre outras, apresentar o crime como resultado da falta de ações mais severas por parte da Polícia e dos demais órgãos de aplicação das leis. Desta forma, podemos constatar que a violência que acontece no *asfalto* reverbera, sobremaneira, na imprensa e provoca uma reação imediata das forças de segurança que passam a atuar, enérgica e diretamente, na favela.

5.3.3 UPP Borel

Tradicional bairro de classe média da zona norte do Rio, a Tijuca convive há tempos com a rotina de tiroteios entre policiais e traficantes. Diversos casos de balas perdidas já vitimaram crianças e jovens, criando grande repercussão na imprensa carioca. O alvo principal da Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Rio de Janeiro para sanar o problema são as favelas localizadas nos morros da região. Uma delas é o Morro do Borel, comunidade com população estimada em torno de 20 mil pessoas, de acordo com dados da SSP-RJ¹²⁸.

No Borel nasceu uma das escolas de samba mais tradicionais do carnaval carioca, a Unidos da Tijuca, campeã dos carnavais de 2010 e 2012 e vice-campeã em 2011. Deve-se à

128 Números apresentados no website UPP Repórter, abrace esta ideia. Disponível em http://upprj.com/wp/?page_id=1047

violência na comunidade a mudança de endereço da agremiação¹²⁹. Devido às inúmeras notícias de tiroteios na comunidade, os turistas deixaram de frequentar a quadra da escola. A partir de 1989, a Unidos da Tijuca passou a peregrinar de bairro em bairro à procura de uma sede. Transferiu-se para uma sede no Andaraí, depois para outra no Grajaú, em seguida, no Fonseca, em Niterói, até instalar-se, em 1992, no Clube dos Portuários, próximo à Rodoviária Novo Rio, onde se encontra até hoje.

Como nas demais comunidades, a violência no morro é percebida como a causa da criminalidade no asfalto. Moradores da região ansiavam pela chegada das *UPPs* devido à “guerra de quadrilhas de traficantes pelo domínio de morros, confrontos policiais, balas perdidas, fechamentos do comércio em luto forçado pela morte de bandidos e arrastões”¹³⁰. Em reportagem de 13 de março de 2010, o governador Sérgio Cabral Filho confirmou a instalação da futura unidade. “Nós agrupamos algumas comunidades em razão de sua proximidade geográfica e de suas características” (ibid.), afirmou. A matéria associa diretamente a preocupação dos moradores do bairro com os episódios ocorridos nas favelas. No texto, associações do bairro como o Conselho Comunitário da Tijuca, a Associação Comercial e Industrial da Tijuca e o Conselho Comunitário de Segurança da Tijuca são citadas entre aquelas que reivindicam a instalação de uma UPP na localidade.

Após a confirmação da futura instalação da primeira UPP da Tijuca, intensificaram-se as operações policiais na comunidade. Em uma delas, três supostos traficantes foram mortos em confronto com a polícia, entre eles, dois menores de 15 anos. A reportagem de **O Globo**, do dia 30 de março de 2010¹³¹, em momento algum questiona a informação da Polícia, de que os mortos tivessem envolvimento com o comércio de drogas. Apenas relata que, após baleados, os suspeitos teriam sido “socorridos e levados para o Hospital do Andaraí, mas não resistiram aos ferimentos” (ibid.). O texto informa ainda que “segundo a polícia, foram apreendidas duas pistolas, de calibres não informado e uma granada” (ibid.). Adiante, a matéria relata o transtorno causado aos motoristas e pedestres na Rua Conde de Bonfim, na Tijuca. A causa teria sido a interrupção da via por “moradores da favela”, que “revoltados, montaram barricadas com paus e pedras e chegaram a bloquear o tráfego por alguns minutos. Policiais do 6º BPM e do Batalhão de Choque usaram gás lacrimogêneo para dispersar a

129 MOTTA, A.A. *UPP do Borel consertará maldade de 20 anos com a Escola de Samba Unidos da Tijuca*. O Globo Online. Rio de Janeiro. 28 de abril de 2010.

Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/upp-do-borel-consertara-maldade-de-20-anos-com-escola-de-samba-unidos-da-tijuca-3016438>

130 *Moradores da Tijuca contam as horas para ocupação policial de favelas, que começa esta semana*. O Globo. Rio de Janeiro, 13 de março de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/moradores-da-tijuca-contam-as-horas-para-ocupacao-policial-de-favelas-que-comeca-esta-semana-3039826#ixzz1kgmJuMNE>

131 GOMES, M. *Três mortos em confronto no Borel. Tiroteio entre PMS e traficantes provoca interdição da Rua Conde de Bonfim*. O Globo. Editoria Rio, página 19. Rio de Janeiro, 30 de março de 2010.

multidão” (ibid.). Apenas a declaração de uma fonte estatal é publicada (Major Max, subcomandante do 6º BPM), enquanto nenhuma fonte não-estatal é ouvida.

Nos dias que antecederam a incursão policial no Borel, uma série de reportagens mostrou a expectativa dos moradores para a operação. Em matéria do dia 26 de abril de 2010, Cabral reafirma a instalação na unidade e aponta os objetivos: “Nosso foco agora é a Tijuca. Nossa prioridade será o bairro. Aquela região já sofreu muito com os criminosos.”¹³² Em outra parte do texto, o repórter confirma o objetivo da iniciativa: “[...] a comunidade do Morro do Borel é considerada estratégica para a pacificação da Tijuca, bairro de 163.636 moradores que se estende por um vale cercado por 12 favelas” (ibid.). No dia seguinte, a reportagem **Polícia dá início à ocupação de cinco favelas da Tijuca**¹³³ dá mais detalhes sobre a operação. Nela, Cabral confirma que todas as comunidades da Tijuca serão ocupadas e Jaime Miranda, presidente da Associação Comercial e Industrial da Tijuca diz esperar a “valorização imobiliária e o resgate do jeito tijucano de ser” (ibid.). Segundo Miranda, “a Tijuca é um bairro tradicional, que deve resgatar um pouco o seu tradicionalismo. Quem sabe não voltam alguns dos caras que foram para a Barra?” (ibid.), indagou, esperançoso.

A ocupação, em si, aconteceu no dia 28 de abril de 2010, sem qualquer reação por parte dos traficantes e com a prisão de “três supostos traficantes”, segundo relatos da própria reportagem **Polícia começa operação para instalar UPP no Morro do Borel**¹³⁴. A tranquilidade com que a Polícia ocupou o morro motivou a declaração do coronel Príncipe, do 6º BPM da Tijuca, afirmando que “se tivesse posto um escoteiro no Morro da Formiga seria mais do que suficiente” (ibid.). A frase provocou reação imediata de Cabral, enaltecendo o planejamento da Secretaria de Segurança e o contingente policial mobilizado para a ação:

É um equívoco (a declaração). O que aconteceu é fruto de uma política de planejamento. Espero que todos os escoteiros possam subir as comunidades pacificadas e ajudar. Houve uma estratégia, plano. Não subiu escoteiro, subiu o Bope. Sobe com a certeza de que é diferente. Não tem essa de Capitão Nascimento, que subia o morro, às vezes em enfrentamentos até injustos, e a comunidade acabava recebendo outros traficantes - disse Cabral.¹³⁵

132 GOULART, G. *Unidade de Polícia Pacificadora do Borel deverá beneficiar 20 mil pessoas de favelas da região*. O Globo Online. Rio de Janeiro, 26 de abril de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/unidade-de-policia-pacificadora-do-borel-devera-beneficiar-20-mil-pessoas-de-favelas-da-regiao-3018257#ixzz1kgfZcoti>

133 ROCHA, C., MOTTA, C., GOULART, G., ARAÚJO, V. *Polícia dá início à ocupação de cinco favelas da Tijuca*. O Globo. Rio de Janeiro, 27 de abril de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/policia-da-inicio-ocupacao-de-cinco-favelas-da-tijuca-3017728#ixzz1kgfwd2Z>

134 GOULART, G. *Polícia começa operação para instalar UPP no Morro do Borel*. O Globo Online. Rio de Janeiro, 28 de abril de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/policia-comeca-operacao-para-instalar-upp-no-morro-do-borel-3016986#ixzz1kgwKqPZX>

135 MEROLA, E. *Cabral classifica como equivocada a declaração do coronel Príncipe*. O Globo. Rio de Janeiro, 29 de abril de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/cabral-classifica-como-equivocada-declaracao-do-coronel-principe-3016723#ixzz1kgzDImCT>

Ocupada a comunidade para a tranquilidade do asfalto, a ordem passara então a ser ganhar a confiança dos moradores do morro. Diante de notícias de abuso de autoridades em outras favelas, como o Santa Marta e Cidade de Deus, e reivindicações por uma abordagem menos violenta, através das redes sociais, os policiais das UPPs passariam a se preocupar em ganhar a confiança da população residente na favela. Até mesmo, para evitar a cumplicidade entre os moradores e os antigos traficantes. O papel da imprensa também foi importante neste sentido. A matéria **Missão do Bope agora é conquistar os moradores de morros da Tijuca**¹³⁶. O texto descreve os policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope) - temidos em qualquer favela pela maneira truculenta com que atuam nessas comunidades e retratados como heróis sanguinários nas telas dos cinemas - como amigos das crianças, mulheres e idosos: “os heróis do flamenguista Daniel, de 7 anos, passaram a ser homens fortemente armados usando roupas pretas, mas com um largo sorriso no rosto, no lugar da cara de mau” (ibid.).

Para comprovar a eficácia da ocupação, **O Globo** publicou, no dia 12 de maio, a matéria **Tijuca não teve registros de assassinatos em março**¹³⁷. O texto informa ainda a redução dos índices de criminalidade em outros bairros da cidade, como Copacabana – onde fora instalada as UPPs nos morros Pavão-Pavãozinho e Cantagalo; Tabajaras e Cabritos; e Chapéu Mangueira e Babilônia – atestando os benefícios trazidos pelas unidades policiais aos moradores da zona sul carioca. Além dos homicídios, foram registradas reduções nos índices de roubos de carros e roubos de rua (pedestres, celulares e coletivos).

No dia 19 de maio de 2010, o jornal publica a primeira ocorrência grave após a ocupação do morro do Borel e, quiçá, a maior entre todas nas comunidades ocupadas por UPPs. Hélio Ribeiro, de 46 anos, que portava uma furadeira, foi morto, na laje de sua casa, por um cabo do Bope, que fazia plantão na comunidade¹³⁸. O policial teria confundido o equipamento da vítima com uma arma e não hesitou em atirar na cabeça de Hélio. Chama a atenção que a reportagem do periódico se limita a relatar o ocorrido, segundo a versão da Secretaria de Segurança Pública e publica a nota oficial do Governo do Estado, tal qual como faria um setor de comunicação institucional. Sequer uma fonte não-estatal é ouvida pela reportagem, tampouco um familiar da vítima. A matéria informa ainda que Hélio foi “socorrido imediatamente” (ibid.), mas não resistiu. O texto reproduz ainda o trecho da nota

136 GOULART, G. Missão do Bope agora é conquistar os moradores de morros da Tijuca. O Globo Online. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/missao-do-bope-agora-conquistar-os-moradores-de-morros-da-tijuca-3015416#ixzz1kh1e4BoN>

137 *Tijuca não teve registro de assassinatos em março*. O Globo. Rio de Janeiro, 12 de maio de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/tijuca-nao-teve-registro-de-assassinatos-em-marco-3009235>

138 *Em nota, Secretaria de Segurança diz lamentar profundamente pela morte de homem baleado com furadeira na mão*. O Globo. Rio de Janeiro, 19 de maio de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/em-nota-secretaria-de-seguranca-diz-lamentar-profundamente-pela-morte-de-homem-baleado-com-3005628#ixzz1khCECPFd>

que afirma que “a polícia vai precisar da confiança dos moradores da comunidade” e relata que o atirador “está há dez anos na tropa de elite da Polícia Militar. Finalmente, a reportagem cita, de forma protocolar, as providências que deverão ser tomadas: “O Governo do Estado já acionou as secretarias competentes para oferecer assistência psicológica, cuidar do enterro e dar início ao procedimento burocrático que conceda uma pensão à família da vítima” (ibid).

Buscando humanizar os policiais da UPP Borel e aproximá-los dos moradores, o periódico publicou, no dia 6 de junho, a reportagem **Capitão tijucano comandará a UPP do Borel**¹³⁹. Bruno Amaral, de 29 anos, é apresentado como um autêntico tijucano, no melhor estilo *gente como a gente*. Uma curiosidade, entretanto, é que o capitão que, comandava o Batalhão de Alcântara, “desde criança é morador de Niterói”. Apesar disso, o texto ressalta que Amaral “se sente voltando às raízes” (ibid.).

A inauguração da UPP Borel finalmente acontece no dia 7 de junho de 2010, com a presença de Cabral e Beltrame na solenidade. Ao todo, o sítio do Governo do Estado dá conta que 278 homens, sob o comando do capitão Bruno Amaral, trabalham na unidade¹⁴⁰, embora a reportagem de **O Globo** informe que “o efetivo pode chegar a 400”¹⁴¹. Além do Morro do Borel, outras sete comunidades da Tijuca são atendidas pela mesma UPP: Indiana, Catrambi, Formiga, Morro da Cruz, Bananal, Casa Branca, Chácara do Céu. A estimativa é que cerca de 20 mil moradores dessas comunidades sejam atendidos, afora os residentes na Tijuca e adjacências. No mesmo bairro, a UPP Turano contempla outros 18 mil moradores das comunidades do Turano, Chacrinha, Matinha, 117, Liberdade, Pedacinho do Céu, Paula Ramos, Rodo e Sumaré.

No dia 18 de agosto, **O Globo** publica a matéria **Beltrame diz que toda a região do maciço da Tijuca ganhará UPP até fim do ano**¹⁴². Ainda no primeiro parágrafo, a reportagem revela que o principal objetivo das UPPs é a proteção dos moradores do asfalto e não exatamente das favelas ocupadas pela Polícia: “Beltrame acrescentou que as UPPs formarão um cinturão no entorno do centro financeiro do Rio” (ibid.). A seguir, o texto informa que o Morro dos Macacos, em Vila Isabel, será uma das próximas comunidades a receber uma UPP, devido ao episódio ocorrido em outubro de 2009, quando um helicóptero da Polícia Militar foi derrubado por traficantes armados.

139 *Capitão tijucano comandará UPP do Borel*. O Globo. Rio de Janeiro. 6 de junho de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/capitao-tijucano-comandara-upp-do-borel-2998128>

140 Dados do sítio UPP Repórter, abrace essa ideia. Disponível em http://upprj.com/wp/?page_id=1047

141 MENDES, T. *Cabral inaugura UPP no Borel e promete mais uma unidade na Tijuca até o fim do mês*. O Globo Online. Rio de Janeiro, 7 de junho de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/cabral-inaugura-upp-no-borel-promete-mais-uma-unidade-na-tijuca-ate-fim-do-mes-2998321#ixzz1khEjImEI>

142 COSTA, A.C. *Beltrame diz que toda a região do maciço da Tijuca ganhará UPP até fim do ano*. O Globo. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/beltrame-diz-que-toda-regiao-do-macico-da-tijuca-ganhara-upp-ate-fim-do-ano-2963535#ixzz1khHmkajx>



Imagem 11: Beltrame admite “cinturão de segurança” (linhas 5 e 6)¹⁴³

Já no dia 28 de outubro de 2010, **O Globo** publica uma reportagem enquadrada no modelo *Cidadania na favela*. Este pacote interpretativo predomina em apenas 17% das matérias analisadas contra 83% do modelo *Lei e ordem na favela*. Entre as quatro UPPs analisadas, apenas a UPP São Carlos apresenta percentual maior do pacote *Lei e ordem na favela* como predominante, com 90% das ocorrências. A nota, de cunho meramente informativo, relata as oportunidades oferecidas pelo SENAC aos moradores da comunidade. Entre elas, cursos de qualificação profissional nas áreas de “operador de estoque, cabeleireiro, manicure, pedicure e maquiador”¹⁴⁴.

Em 17 de fevereiro de 2011, o suplemento **Globo Tijuca** publica a reportagem **Tijuca menos violenta após UPPs**¹⁴⁵. De caráter semelhante à matéria publicada em maio de 2010, que dava conta da redução da criminalidade em outros bairros onde havia UPPs, o texto relata a diminuição de ocorrências de homicídios, latrocínios, roubos de veículos e a transeuntes, nos bairros da Tijuca, Vila Isabel, Alto da Boa Vista, Andaraí, Grajaú, Maracanã e Praça da Bandeira. No entanto, em 13 de junho, outra reportagem aponta um aumento de 75% na ocorrência de assaltos a estabelecimentos comerciais na Tijuca¹⁴⁶. Não obstante, a reportagem

¹⁴³ Idem

¹⁴⁴ Senac Rio oferece cursos de qualificação profissional a moradores da UPP do Borel. O Globo. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/senac-rio-oferece-cursos-de-qualificacao-profissional-moradores-da-upp-do-borel-2946465#ixzz1khQNTOnF>

¹⁴⁵ AVELLAR, S. *Tijuca menos violenta após UPPs*. O Globo Tijuca. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/posts/2011/02/17/tijuca-menos-violenta-pos-upps-363764.asp>

¹⁴⁶ WERNECK, A. *Assaltos ao comércio na Tijuca têm aumento de 75%*. O Globo. Rio de Janeiro, 13 de junho de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/assaltos-ao-comercio-na-tijuca-tem-aumento-de-75-2876457#ixzz1khTc6k6D>

recorda a redução nos demais índices, relatada na matéria de fevereiro, e informa ainda o aumento do número de apreensão de armas.

Das 46 matérias analisadas acerca da UPP Borel, podemos constatar que 38 delas possuem elementos de assinatura que as enquadram, de maneira predominante, no pacote interpretativo *Lei e ordem na favela*, chegando a 83% do total. Como se pôde observar anteriormente, este modelo discursivo é caracterizado por elementos textuais que reivindicam maior rigor à lei e à ordem no combate ao crime. Não foi possível notar, entretanto, episódios que marcassem uma mudança na prevalência de um pacote interpretativo sobre outro (como a reportagem **Democracia nas favelas**, no Morro Santa Marta, que marcou a mudança do modelo *Lei e ordem* para o modelo *Cidadania*; e o assalto ao hotel em Santa Teresa, que, ao contrário, encerrou a série *Cidadania* para a volta da sequência *Lei e ordem*). Mesmo aquelas reportagens que contém características de outros pacotes interpretativos, em 83% dos casos, os elementos discursivos característicos deste enquadramento ideológico se sobrepõe aos demais.

TABELA 3: ANÁLISE MATÉRIAS UPP BOREL

Pacotes Interpretativos	
Lei e Ordem	41 (38 Predominantes) 83%
Cidadania	14 (8 Pred.) 17%
Liberdades Sob Ataque	2 (0 Predominantes)
Pobreza Causa Crime	1 (0 Predominantes)
Fontes	
Estatual	32 Ocorrências
Não-estatal 11 ocorrências: 6 ocorrências de declarações de moradores da comunidade e todas relatam têm esperanças em dias melhores, a partir da ocupação policial.	
Clivagens Ideológicas	
UPPF 38 (34 Predominantes)	
UPPA 12 (12 Predominantes)*	
* Maior ocorrência de UPPA entre as 4 analisadas.	
Estado Democrático De Direito: 46 (Todas Predominantes)	
Estado Policialesco	2 (0 Predominantes)
Política Permanente 46	
Política Isolada	0

Embora 14 matérias possuam características do modelo *Cidadania na favela*, apenas oito delas têm este pacote como modelo discursivo predominante, perfazendo um total de 17%. O que se destaca como peculiaridade das matérias da UPP Borel enquadradas neste modelo discursivo é a intenção de aproximar policiais e moradores. Uma das principais reivindicações dos moradores das comunidades ocupadas, o jornal procura apresentar os policiais como aliados da população, afáveis e simpáticos às crianças e *iguais* aos moradores, como o capitão tijucano Bruno Amaral, autêntico morador de Niterói.

Somente duas matérias contêm elementos discursivos do pacote *Liberdades civis sob ataque* e apenas uma apresenta características textuais do modelo *Pobreza causa crime*. Contudo, nenhuma delas apresenta estes modelos como predominantes. Chama a atenção que mesmo na reportagem que relata a morte de um morador, atingido na cabeça pelo disparo de um *sniper* do Bope, que teria confundido a furadeira da vítima com uma arma, os elementos discursivos predominantes são do pacote *Lei e ordem na favela*. Não há depoimentos de familiares ou qualquer outra fonte não-estatal como registro. Apenas o informe da Secretaria de Segurança Pública com explicações protocolares sobre o ocorrido.

Em relação às fontes apresentadas, há 32 ocorrências de fontes estatais e 11 não-estatais. Entre estas, representantes de associações de comerciais e moradores da Tijuca, reivindicando maior segurança nas ruas do bairro; e três especialistas que falam sobre a queda dos índices de criminalidade no asfalto, após a instalação da UPP e sobre projetos sociais no Morro do Borel. Das 43 ocorrências de fontes publicadas nas reportagens, apenas seis delas são de moradores da comunidade: todas relatam os tempos do tráfico no morro e depositam esperanças em dias melhores, a partir da ocupação policial.

Em relação às clivagens ideológicas, as matérias sobre a UPP são aquelas que apresentam maiores percentuais do enquadramento *UPP para o Asfalto* (UPPA). Das 46 analisadas, 12 são classificadas como UPPA, ou 26% do total, números superiores aos da UPP Santa Marta (23%). A UPP Borel é explicitamente apresentada como solução fundamental para os tiroteios que ameaçam os moradores de bairros tradicionais da zona norte, como Tijuca, Grajaú, Vila Isabel, entre outros. Entre os elementos discursivos que caracterizam esta clivagem estão as fontes não-estatais, como moradores e comerciantes dos bairros adjacentes às favelas, que reivindicam maior rigor contra os traficantes e aplicação da lei. Além disso, algumas declarações explícitas quanto aos objetivos das UPPs. A principal delas, talvez, de todas as matérias analisadas em toda a pesquisa, a declaração, atribuída pelo jornal ao secretário José Mariano Beltrame, de que “as UPPs formarão um cinturão de segurança no entorno do centro financeiro do Rio”.

Finalmente, todas as 46 matérias analisadas sobre a UPP Borel têm características predominantes que as enquadram nas clivagens ideológicas *Estado Democrático de Direito*, em oposição a *Estado Policialesco*; e *Política Permanente*, ao invés de *Política Isolada*. Em relação à primeira, é possível constatar que, mesmo matérias como aquela que relata a morte de um homem por um policial do Bope, o que predomina é a versão estatal, justificando a ação. Já na reportagem que relata a morte de três homens durante tiroteio na favela, o texto não questiona a versão oficial de que os suspeitos tivessem envolvimento com o tráfico, publicando uma declaração estatal, da Polícia, e nenhuma não-estatal, mesmo com a interdição das vias pelos “moradores revoltados”. A reportagem relata ainda os transtornos causados aos pedestres e motoristas na Rua Conde de Bonfim, na Tijuca. No que diz respeito ao caráter da política de Segurança, em nenhuma matéria analisada há qualquer elemento textual que coloque em dúvida as *UPPs* como parte de uma política planejada, de caráter permanente.

Em suma, dessa maneira, é possível afirmar que as matérias acerca da UPP Borel não deixam dúvidas a respeito do público ao qual se destina a implantação dessa unidade. A necessidade de *pacificar* os morros da Tijuca para levar de volta uma sensação de segurança aos moradores do bairro é explícita e notória. Para isto, o jornal **O Globo** se propõe a apresentar os policiais encarregados pela ocupação como aliados dos moradores da favela, de forma a *integrar* os dois lados, historicamente em lados opostos. As matérias sobre a UPP Borel são, sobremaneira, apresentadas como parte de uma política de Segurança Pública que visa a levar um Estado Democrático de Direito para a favela, onde, há tempos, impera a *desordem*, a *ilegalidade* e o crime. De acordo com esta lógica, a UPP seria o meio mais viável para este objetivo, devendo ser ela um instrumento permanente para que atinja os resultados esperados.

5.3.4 UPP Cidade de Deus

Localizada a cerca de 30 km do centro do Rio, a comunidade surgiu, nos anos 1960, a partir da remoção de favelas na zona sul e centro da cidade, realizada pelo então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, em processo descrito no capítulo 3 deste trabalho. Mas foi, há apenas dez anos que o outrora conjunto habitacional da zona oeste passou a ser conhecido nacional e internacionalmente. Foi através do filme **Cidade de Deus**, de Fernando

Meirelles (Brasil, 2002)¹⁴⁷, que a comunidade tornou-se estigmatizada pelos crimes motivados pelo tráfico de drogas. A saga de Zé Pequeno, Mané Galinha, Bené, Cenoura, entre outros traficantes carismáticos, chamou a atenção de todo o mundo para a favela que tem uma população estimada, hoje, em cerca de 45 mil habitantes, distribuídos em uma área superior a 135 mil metros quadrados. Morador ilustre da comunidade, o *rapper* MV Bill também ajudou a alçar a Cidade de Deus aos holofotes midiáticos, não apenas através de suas músicas, mas também pela repercussão do filme **Falcão, meninos do tráfico**¹⁴⁸, co-produzido por ele, além de comerciais de aparelhos de telefonia celular e de participações em novelas.

A Cidade de Deus está situada em Jacarepaguá, bairro de classe média, próximo à Barra da Tijuca, reduto de personalidades do *show business*, futebolistas, entre outros *novos ricos* cariocas. A comunidade encontra-se no trajeto que liga a Barra ao Aeroporto Internacional Tom Jobim e, ainda, nas proximidades de onde serão construídas algumas das futuras instalações dos Jogos Olímpicos de 2016, bem como das sedes onde algumas delegações estrangeiras ficarão hospedadas para o evento.

As frequentes notícias de crimes ocorridos na localidade, associados ao comércio de entorpecentes, torna a comunidade motivo de preocupação constante por parte dos órgãos de Segurança Pública do Estado. A operação que precedeu a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora na Cidade de Deus foi noticiada no dia 12 de novembro de 2008. Na ocasião, 150 policiais ocuparam a favela “para reprimir o tráfico, roubos de carros, os assaltos a transeuntes e em ônibus”¹⁴⁹. Apesar de o texto afirmar que “7.700 ficam sem aulas”, em referência às crianças e adolescentes prejudicados com a operação, a reportagem tem como pacote interpretativo predominante *Lei e ordem na favela*, já que possui elementos de assinatura que reforçam as reivindicações pelo cumprimento à lei e à ordem contra os crimes cometidos na comunidade. Entre eles, as informações de que “sete pontos de vendas de drogas foram ocupados pela PM”; “dois traficantes morreram em confronto e um foi preso”; “18 motocicletas e dez carros roubados ou com documentos em situação irregular foram apreendidos”; “foram recolhidos uma espada, uma adaga (supostamente para a prática de tortura contra inimigos), um revólver, uma pistola, munição e material para embalar drogas”; e ainda que “policiais apreenderam nova máquinas de caça níqueis e procuraram pontos de tv cabo clandestina, os *gatonets*” (ibid.).

147 CIDADE de Deus, de Fernando Meirelles, Brasil, 2002.

148 Falcão, meninos do tráfico, produzido por MV Bill e Celso Athayde, Brasil, 2006

149 COSTA, A.C. *PM ocupa Cidade de Deus e 7700 ficam sem aulas. Segundo oficial, Polícia continuará na favela por tempo indeterminado; ação teve dois traficantes mortos e um preso*. O Globo. Editoria Rio, página 17. Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2008.

Também é notável que nenhum dos 7.700 estudantes que ficaram sem aula tenham sido entrevistados. Ao contrário, apenas o tenente-coronel Luigi Gatto, comandante do 18º BPM (Jacarepaguá), que justificou a ação: “A motocicleta a serviço do tráfico é hoje uma semente do mal. Ajuda nas fugas. Por isso, vamos apreender todas em situação irregular”, afirmou o policial, atestando a iniciativa como fundamental para a implantação do Estado Democrático de Direito (EDD) na comunidade. Já o coronel César Lopes, comandante do 2º Comando de Patrulhamento de Área (CPA), afirma que “a intenção é ocupar a favela de forma permanente” (ibid.), destacando o caráter da ocupação policial na comunidade, mesmo ainda antes da criação da denominação *UPP*, cuja primeira unidade seria instalada poucas semanas depois, no Morro Santa Marta.

Finalmente, podemos atestar o foco dirigido aos moradores do asfalto na matéria. Ainda no primeiro parágrafo, o texto afirma que “para evitar que balas perdidas ferissem motoristas, a polícia fechou pela manhã trechos de três vias importantes da região: a Estrada do Gabinal, a Avenida Edgard Werneck e a Avenida Miguel Salazar Mendes de Moraes. O trânsito ficou bastante congestionado” (ibid.)

A reportagem do dia seguinte tem como o pacote *Liberdades civis sob ataque*. Desta vez, o foco centrado mais no fechamento das escolas da comunidade e menos na operação da Polícia¹⁵⁰. Talvez, por este motivo, a reportagem do dia anterior, ocupando o espaço de três colunas, localizada na parte superior da página e ilustrada com foto, tenha dado vez a uma matéria de uma coluna, localizada na parte inferior à esquerda da página. Apesar da atenção voltada para o fechamento das escolas, a fonte cuja declaração é publicada é a do coronel César Lopes, que responsabiliza as diretoras das escolas municipais pelo cancelamento das aulas: “Considero a postura das diretoras das escolas municipais da Cidade de Deus inadmissível. Elas (colégios municipais) deixarem de funcionar é um contraste com o que a sociedade espera da polícia” (ibid.), afirmou o comandante do 2º CPA. Como a operação foi realizada antes da implantação da primeira UPP, no Morro Santa Marta, e mesmo antes da criação da denominação **Unidade de Polícia Pacificadora**, a ocupação da polícia foi percebida como parte de uma política isolada (PI) e não de uma política permanente (PP).

A ocupação definitiva da Cidade de Deus por parte das forças de Segurança Pública para a implantação da UPP acontece no dia 5 de dezembro de 2008¹⁵¹. A reportagem que informa a operação – com direito a chamada de capa na edição do dia – dá conta que as “bocas

150 Cidade de Deus tem outro dia de escolas fechadas. Coronel da PM critica postura da Secretaria municipal de Educação. O Globo. Editoria Rio. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2008.

151 ARAÚJO, V. *Mais um avanço da polícia. Operação da PM faz com que ‘bocas de fumo’ parassem de funcionar na Cidade de Deus*. O Globo. Editoria Rio, página 14. Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 2008.

de fumo” pararam de funcionar e os bares fecharam as portas à 1h da manhã, num sinal de imposição da ordem na comunidade. Ainda sem nome definido até então, a iniciativa é, entretanto, identificada como “nova modalidade de policiamento” e traça um paralelo ao que acontecia concomitantemente ao Morro Santa Marta, com seus devidos contrastes: “Ao contrário do Morro Dona Marta, onde o governador anunciou que não há mais tráfico, a Cidade de Deus não tem previsão de obras sociais.” (ibid.). Outro detalhe que merece observação é de que a premissa para a ocupação da favela “teve como justificativa reduzir o número de ocorrências em Jacarepaguá”, citando o bairro *legal*, e não a comunidade composta de habitações *irregulares*.

Apesar de o comandante do quartel de Jacarepaguá, André Souza, garantir que a polícia ficará no local “por tempo indeterminado” e o secretário Beltrame assegurar que a ocupação “é permanente”, a reportagem ainda apresenta dúvidas acerca da permanência da polícia e da eficácia da operação. Um comerciante levanta a suspeita de que “a Cidade de Deus agora vai ser da milícia”. O texto relata denúncias de que milicianos estariam frequentando a comunidade à noite e dá voz a dois *especialistas* para comentar o tema: a antropóloga Alba Zaluar e o escritor e morador da Cidade de Deus Paulo Lins, autor do livro que deu origem ao filme de Fernando Meirelles. “Pode acontecer e todo mundo sabe as consequências” (ibid.), afirma Lins. Por este motivo - além do fato da não consolidação da UPP Santa Marta - o caráter permanente da política de ocupação é questionado, prevalecendo, neste caso, a clivagem ideológica *Política Isolada* (PI).

O pacote interpretativo predominante da reportagem é o *Lei e ordem na favela*, apresentando elementos de assinatura típicos deste enquadramento, tais como o fechamento dos bares descrito acima, e a “redução de 36%” das ocorrências desde a ocupação da comunidade. Há ainda, entretanto, elementos do pacote *Liberdades civis sob ataque*, como a apresentação da declaração da comerciante e líder comunitária Delair Gonçalves, de que alguns policiais “não respeitam os moradores” e que teriam arrombado a casa de uma moradora da comunidade. Delair afirma ainda ter coletado “1.290 assinaturas de moradores relatando a truculência da PM” e que entregaria o documento à Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e ao Ministério Público. O comandante do 18º BPM pede que as denúncias contra a polícia sejam feitas para a própria Polícia: “As pessoas podem denunciar aqui no quartel ou na Corregedoria Geral Unificada. Não vamos tolerar desvios de conduta.” (ibid.)

Notícias sobre operações da Polícia na Cidade de Deus continuam a ser divulgadas nas semanas subsequentes. Até que, no dia 17 de fevereiro de 2009, **O Globo** publica a matéria

sobre a inauguração da UPP Cidade de Deus¹⁵². A reportagem, de página inteira, é ilustrada com uma fotografia centralizada no alto da página com as imagens do governador Sérgio Cabral – dedo polegar erguido em sinal de *positivo* – e do prefeito Eduardo Paes cercados por crianças (Imagem 10). O *lead* informa que a unidade contará com 223 policiais (embora o sítio oficial das UPPs do governo do estado informe que hoje atuam 344 homens sob o comando do major Felipe Romeu¹⁵³, o mesmo que comandava o GPAE do Morro do Cavalão, onde hoje funcionaria uma *crackolândia*), sendo 190 recém-formados.



Imagem 12: A força de paz da Cidade de Deus¹⁵⁴

Em declaração publicada na matéria, o secretário Beltrame diz que “não podemos afirmar que não há mais tráfico na Cidade de Deus, o que não há mais é a venda ostensiva de drogas. Há uma ambiência de paz” (ibid.). Ao contrário das matérias anteriores, esta apresenta a UPP Cidade de Deus como parte de uma política permanente e consolidada, citando o caso bem sucedido da UPP Santa Marta e da futura UPP Batam.

152 CÁSSIA, C. *A Força de paz na Cidade de Deus. Favela ganha Unidade de Polícia Pacificadora, com 223 PMs, três meses após iniciada ocupação*. O Globo. Editoria Rio, página 10. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2009.

153 Dados do sítio UPP Repórter, abrace essa ideia. Disponível em http://upprj.com/wp/?page_id=25

154 CÁSSIA, C. *A Força de paz na Cidade de Deus. Favela ganha Unidade de Polícia Pacificadora, com 223 PMs, três meses após iniciada ocupação*. O Globo. Editoria Rio, página 10. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2009.

Além dos elementos tipicamente característicos do pacote interpretativo *Lei e ordem na favela* (predominante), a reportagem apresenta ainda alguns marcadores textuais do modelo *Cidadania na favela*, pela primeira vez desde o início das reportagens sobre a UPP Cidade de Deus. Entre eles, a passagem que faz referência à abertura do “Centro de Referência da Juventude, com capacidade para atender três mil jovens com cursos gratuitos, de gastronomia a telemarketing”. Mais adiante, o texto destaca a declaração de Eduardo Paes de que “até o fim de março, o posto de saúde local vai passar a funcionar 24 horas por dia”. Finalmente, a matéria relata que os moradores serão beneficiados com “a ampliação de rede de água e esgoto, a dragagem do Rio Grande, que já está sendo feita, a pavimentação de ruas, a abertura de uma creche e de uma escola técnica.” (ibid.)

A UPP Cidade de Deus é a segunda que apresenta maior ocorrência do pacote interpretativo *Cidadania na favela* de forma predominante (36% contra 38% da UPP Santa Marta). No dia 4 de fevereiro de 2010, o Globo publica matéria dando conta da assinatura do protocolo de intenções de um convênio entre Estado, Prefeitura, Firjan e Sebrae-RJ “para viabilizar ações sociais na comunidade”¹⁵⁵. Outra reportagem que apresenta este modelo discursivo de forma predominante é **Iniciativa privada construirá sedes de três UPPs**¹⁵⁶, de 22 de fevereiro. O texto fala sobre a cessão dos terrenos nos morros a empresas privadas para a construção das sedes das UPPs. Em grande parte das comunidades, as unidades estão sediadas em contêineres provisórios. No caso específico da UPP Cidade de Deus, a construção da unidade ficará a cargo da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). O que a matéria não questiona é um possível conflito de interesses entre o público e o privado e o uso político dessas concessões em futuras eleições para o governo estadual.

Já o pacote interpretativo *Liberdades civis sob ataque* aparece de forma predominante em 8% das ocorrências. Uma delas, no dia 20 de fevereiro, na reportagem **Menor é encontrado morto a pauladas na Cidade de Deus**¹⁵⁷. O texto relata o episódio em que o corpo de um adolescente de 13 anos foi encontrado no matagal da localidade conhecida como “Caminho das Manilhas”, na Cidade de Deus. Apesar de afirmar que “moradores acusam policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) pelo assassinato”, não há declarações de fontes estatais, tampouco não-estatais.

155 CANDIDA, S. *Cabral e Paes assinam protocolo para ações sociais na Cidade de Deus*. O Globo Online. Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/cabral-paes-assinam-protocolo-para-acoes-sociais-na-cidade-de-deus-3058236#ixzz1kyb57vPd>

156 Iniciativa privada construirá sedes de três UPPs. O Globo. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/iniciativa-privada-construira-sedes-de-tres-upps-3050502>

157 LIMA, F. *Menor é encontrado morto a pauladas na Cidade de Deus*. O Globo Online. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/menor-encontrado-morto-pauladas-na-cidade-de-deus-3050666#ixzz1kyfgkkR>

Em março de 2010, ocorre um episódio lapidar para a UPP Cidade de Deus. Um micro-ônibus foi incendiado, supostamente, por traficantes, deixando 13 pessoas feridas. A matéria **Gigantismo da Cidade de Deus dificulta trabalho da Unidade de Polícia Pacificadora**¹⁵⁸, do dia 3 de março, interpreta o acontecimento como uma retaliação do tráfico à instalação da UPP na comunidade. Para legitimar a ideia, a reportagem apresenta a declaração da especialista Silvia Ramos, coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes:

É como se o tráfico dissesse: já abandonamos as armas, e a polícia não deixa nem a gente ter os nossos negócios. Os bandidos estão indignados porque, mesmo desarmados, não estão podendo vender drogas - analisa a pesquisadora. - Os PMs estão sendo implacáveis. E é essa atitude que dá tanta credibilidade a esses policiais das UPPs junto aos moradores. (ibid.)

O texto cita ainda declarações da pesquisadora, segundo quem, “a apreensão de drogas na Cidade de Deus, de 2008 para 2009, cresceu 550%; as prisões, 242%; e a detenção de crianças e adolescentes, 364%”. Mais adiante, outra especialista, Alba Zaluar, analisa que o crime cometido pelos traficantes “foi um gesto de desespero”. Para ela, “ao incendiar um ônibus, eles estão se colocando contra os moradores. Isso vai criar um abismo difícil de transpor. Eles cometeram um erro gravíssimo, que vai repercutir não só na Cidade de Deus, mas também em outras comunidades” (ibid.).

Já a matéria **UPP recebe cem denúncias sobre autores de ataque a micro-ônibus na Cidade de Deus**¹⁵⁹, do dia 4 de março apresenta a UPP como interlocutora da comunidade e seus policiais como agentes em quem os moradores podem confiar para denunciar os criminosos envolvidos no episódio: “Segundo o (então) comandante da UPP, capitão Sidnei Pazini, a barbárie provocou indignação e abriu de vez uma fenda nas relações entre moradores e traficantes que ainda vivem no local”, afirmou. De acordo com Pazini, o crescimento de quase 100% no número de ligações dos moradores que passaram a denunciar os delitos de traficantes comprova que “a comunidade não tolera mais a violência” (ibid.).

O episódio, que repercutiu em todo o país – quiçá, em todo o mundo –, manteve em alta as matérias em que o pacote interpretativo *Lei e ordem na favela* predominava. No dia 2 de julho, **O Globo** publicou a matéria **Feira de drogas resiste à UPP da Cidade de Deus**¹⁶⁰,

158 ROCHA, C. Gigantismo da Cidade de Deus dificulta trabalho da Unidade de Polícia Pacificadora. O Globo Online. Rio de Janeiro, 3 de março de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/gigantismo-da-cidade-de-deus-dificulta-trabalho-da-unidade-de-policia-pacificadora-3044733#ixzz1kyqKOOSD>

159 UPP recebe cem denúncias sobre autores de ataque a micro-ônibus na Cidade de Deus. O Globo. Rio de Janeiro, 4 de março de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/upp-recebe-cem-denuncias-sobre-autores-de-ataque-micro-onibus-na-cidade-de-deus-3044276#ixzz1kypMo02v>

160 ARAÚJO, V. Feira de drogas resiste à UPP da Cidade de Deus. O Globo Online. Rio de Janeiro, 2 de julho de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/feira-de-drogas-resiste-upp-da-cidade-de-deus-2984494#ixzz1kyvkuesy>

em que repercute um vídeo onde comerciantes negociam entorpecentes no meio da favela, à luz do dia. O tom da reportagem é de denúncia e sugere a convivência de policiais da UPP. O secretário Beltrame tenta amenizar o episódio, afirmando que “não podemos nos esquecer que fizemos mais de 200 prisões na Cidade de Deus, desde que instalamos lá uma UPP. A missão básica sempre foi desarmar os traficantes e levar paz aos moradores. O vídeo parece que não mostra gente armada.” (ibid.) Beltrame ainda busca justificar o ocorrido a partir da extensão territorial da comunidade e das décadas de controle por parte de traficantes armados. “São mais de 100 mil moradores [...]. É difícil controlar cada ponto, pois a comunidade é muito complicada, com muitas saídas e entradas. Além disso, são mais de 40 anos sob o domínio do tráfico.” (ibid.) Em uma declaração pouco comum a um secretário de Segurança Pública, Beltrame chega a admitir que os usuários devem ser tratados a partir de “um caso de saúde pública”. Mas, em seguida, afirma que os policiais da UPP Cidade de Deus não devem se omitir caso presenciem o uso ou o comércio de drogas. “não vamos tolerar que o tráfico não seja combatido pela polícia. É difícil extirpar este tipo de conduta, mas estamos nos empenhando.” (ibid.).

No mesmo dia, o jornal publicou a matéria **Como feira de drogas, exploração de caça-níqueis acontece na Cidade de Deus mesmo com UPP**¹⁶¹. O tom de denúncia é idêntico à reportagem sobre a *Feira de drogas*, mas associa a exploração dos caça níqueis à atuação de milicianos na comunidade. No entanto, permanece o apelo à lei e à ordem e igualmente sugere a omissão ou convivência dos policiais para reprimir o jogo na favela. “a exploração de caça-níqueis também acontece nas barbas da Polícia Militar” (ibid.).

As denúncias tiveram como resposta por parte dos definidores primários a promessa de maior rigor à aplicação da lei. Ainda no dia 2 de julho, o **Globo** publicou a matéria “Coordenador de UPPs não descarta mudar comando de unidades pacificadoras”¹⁶². No texto, o coronel Robson Rodrigues da Silva promete “cortar a cabeça” em caso de omissão policial: “Se eu perceber negligência ou má fé, ou seja, se detectarmos qualquer desvio de conduta, não penso duas vezes, vou tomar as providências. Mas também não serei açodado.” (ibid.)

A resposta dos definidores primários parece ter surtido efeito na mídia. Nas semanas seguintes, prevaleceram as matérias classificadas, predominantemente, pelo pacote *Cidadania na favela*, tendo como destaque reportagens que divulgavam oficinas de grafite, recapeamento

161 ARAÚJO, V. *Como feira de drogas, exploração de caça-níqueis acontece na Cidade de Deus mesmo com UPP*. O Globo Online. Rio de Janeiro, 2 de julho de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/como-feira-de-drogas-exploracao-de-caca-niqueis-acontece-na-cidade-de-deus-mesmo-com-upp-2985006#ixzz1kz0UIBId>

162 *Coordenador de UPPs não descarta mudar comando de unidades pacificadoras*. O Globo. Rio de Janeiro, 2 de julho de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/coordenador-de-upps-nao-descarta-mudar-comando-de-unidades-pacificadoras-2985013#ixzz1kz2jLdCK>

do asfalto de algumas vias da comunidade, visita de jovens moradores da Cidade de Deus a espetáculos de música clássica, serviço de emissão de documentos, regularização do serviço de energia elétrica, a inauguração da UPP Social na comunidade, entre outras.

Já no dia 1º de janeiro de 2011, **O Globo** publica uma reportagem em que a Secretaria de Segurança Pública admite que a **Cidade de Deus poderá receber outras UPPs**¹⁶³. O texto dá conta que o trabalho de *pacificação* na comunidade “é considerado o mais difícil até o momento, por ainda haver resistência do tráfico” (ibid.). De acordo com o comandante das UPPs, Robson Rodrigues, a comunidade poderá ganhar “até três novos núcleos” (ibid.), devido à sua extensão territorial.

Em março de 2011, a Cidade de Deus voltou a ser notícia internacional. A comunidade foi escolhida pelo Departamento de Segurança dos Estados Unidos como local de visita do presidente estadunidense Barack Obama¹⁶⁴, para conhecer a UPP da comunidade. Não obstante o potencial da matéria para o pacote *Cidadania na favela*, o texto tem elementos de assinatura típicos do modelo *Lei e ordem na favela*, que reforçam o efetivo de segurança do mandatário norte-americano, o “uso de tanques das Forças Armadas, a exemplo do que ocorreu na Rio-92” (ibid.), além de detalhes do itinerário de Obama no caminho de ida e volta à favela.

Tamanho aparato bélico parece soar desproporcional a uma comunidade dita *pacificada* onde os indicadores de criminalidade caíram vertiginosamente, de acordo com reportagem do dia 30 de abril. A matéria **UPP quase zera roubos na Cidade de Deus**¹⁶⁵ é caracterizada pelo modelo *Lei e ordem na favela* e ressalta a redução das ocorrências delituosas na Cidade de Deus, que chega a ser chamada de “cartão postal da política de Segurança do estado” (ibid.). Não obstante a necessidade de outros três núcleos de UPPs na comunidade, como pregava a reportagem de 1º de janeiro, o texto destaca o trabalho realizado pelos policiais da UPP Cidade de Deus.

Uma das favelas mais violentas da cidade, onde a polícia levou quase um ano para ocupar integralmente seus mais de 135 mil metros quadrados, a Cidade de Deus tornou-se o grande cartão postal da política de segurança do estado. Dois anos após a inauguração da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na favela, os roubos de veículos na região caíram a quase zero: passaram de 78, em 2008, para apenas quatro, em 2010 - uma redução de 94,87%. (ibid.)

163 Cidade de Deus poderá receber outras UPPs. O Globo. Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/cidade-de-deus-podera-receber-outras-upps-2844442#ixzz1kz8uanUn>

164 ARAÚJO, V. WERNECK, A. Obama fará discurso ao povo no Centro do Rio e visitará UPP na Cidade de Deus, que terá efetivo triplicado. O Globo. Rio de Janeiro, 14 de março de 2011. Disponível em

<http://oglobo.globo.com/politica/obama-fara-discurso-ao-povo-no-centro-do-rio-visitara-upp-na-cidade-de-deus-que-tera-efetivo-triplicado-2811068#ixzz1kzCOrQzF>

165 BOTTARI, E. UPP quase zera roubos na Cidade de Deus. O Globo. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/upp-quase-zera-roubos-na-cidade-de-deus-2789609#ixzz1kzEXgfWX>

Das 74 matérias analisadas acerca da UPP Cidade de Deus, 41 tiveram elementos de assinatura que as caracterizam dentro do pacote interpretativo *Lei e ordem na favela*, perfazendo 55% do total. O segundo enquadramento mais vezes encontrado foi o *Cidadania na favela*, com 27 reportagens (36%) com características que as classificam neste pacote. Como já dito anteriormente, a UPP Cidade de Deus é a segunda a mais vezes apresentar tal modelo discursivo, atrás apenas da UPP Santa Marta, com 38% do total. No entanto, a UPP Cidade de Deus possui mais matérias caracterizadas como *Lei e ordem* (55% contra 42,5% da UPP Santa Marta) e menos entre aquelas classificadas no modelo *Liberdades civis sob ataque* (8% contra 15%). Tais índices podem ser devidos aos episódios do incêndio ao micro-ônibus e à *feira de drogas*, que ganharam repercussão em toda a mídia, chamando a atenção do público do *asfalto* e geraram maior clamor à aplicação da lei e da ordem na comunidade, bem como deram origem a outras reportagens com o mesmo teor. No entanto, paradoxalmente, a redução dos índices de criminalidade na comunidade, atestados pelos órgãos de Segurança Pública, permitiram a ocorrência de outras matérias do pacote *Cidadania na favela*. Ao mesmo tempo, a percepção de proximidade entre policiais e moradores, provocada pelas falas das autoridades do Estado e de especialistas, levou à baixa ocorrência das notícias enquadradas no modelo *Liberdades civis sob ataque*.

TABELA 4: ANÁLISE MATÉRIAS UPP CIDADE DE DEUS

Pacotes Interpretativos	
Lei e Ordem	42 (41 Predominantes) 55%
Cidadania	28 (27 Predominantes) 36%
Liberdades Sob Ataque	7 (6 Predominantes) 8%
Pobreza Causa Crime	2 (1 Predominantes) 1%
Fontes	
Estatal	51
Não estatal	21 ocorrências: 4 avaliam negativamente as upps
Clivagens Ideológicas	
UPPF	71 (Todas Predominantes) 96%
UPPA	6 (3 Predominantes) 4%
Estado Democrático de Direito	
70 (Todas Predominantes)	

Estado Policialesco	6 (4 Predominantes)
Política Permanente	72 (70 Predominantes)
Política Isolada	2 (Todas Predominantes)

Uma delas é a reportagem **Secretaria de Direitos Humanos protege família de desaparecido na Cidade de Deus**¹⁶⁶. No texto, policiais da UPP Cidade de Deus são suspeitos do desaparecimento de um morador da comunidade, que seria dono de um ferro-velho na região. De acordo com testemunhas, a vítima, aparentando sinais de embriaguez e sem a documentação do veículo que conduzia, teria sido abordada por policiais da UPP e entrado no carro da polícia para prestar depoimento na delegacia da área, onde jamais chegaria.

Outro caso de ocorrência do pacote *Liberdades civis sob ataque* aconteceu em um episódio que nos remete à frase de Baudrillard, segundo a qual, “assim como a natureza imita a arte, também a vida quotidiana acaba por ser a réplica do modelo” (BAUDRILLARD, 1975: 135). Em uma das cenas do filme **Cidade de Deus** (MEIRELLES, Brasil, 2002), o personagem Zé Pequeno (traficante da favela, representado na obra como encarnação de toda sorte de crueldade e vilania), na tentativa de humilhar seu oponente Mané Galinha, o obriga a tirar a roupa no meio de uma festa, na frente de sua noiva. O ato praticado pelo traficante na ficção seria repetido por um agente da lei, desta vez, na vida real. Na matéria **Diretor de cinema acusa PMs de abaixar suas calças durante revista na Cidade de Deus**¹⁶⁷, relata o constrangimento por que passou Rodrigo Felha, morador da comunidade e um dos diretores do filme **5x Favela, agora por nós mesmos**¹⁶⁸, produzido por Cacá Diegues e Renata de Almeida Magalhães e dirigido por jovens diretores moradores de favelas cariocas. De acordo com a vítima, o abuso de autoridade cometido pelo agente não foi uma exceção às práticas policiais na comunidade. “A gente colabora com o trabalho do policial, e ele nos humilha. Fazem isso todos os dias, mas a maioria das pessoas fica acuada. Não podemos aceitar isso”, afirma. Chama a atenção ainda o fato de o denunciante ser uma pessoa notória e com acesso aos meios de imprensa. Como afirma Roshier (apud Hall et al., 1981) e Hall (1981), um dos critérios de seleção de notícia é o “‘alto status’ de pessoas envolvidas” no fato relatado. No caso em questão, Felha não deixa de se enquadrar nesse perfil, devido à repercussão obtida pelo filme e pela notoriedade que alcançou na Cidade de Deus.

166 MOURA, A., ARAÚJO, V. Secretaria de Direitos Humanos protege família de desaparecido na Cidade de Deus. O Globo Online. Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/secretaria-de-direitos-humanos-protege-familia-de-desaparecido-na-cidade-de-deus-3404814#ixzz1jf4yPm8X>

167 *Diretor de cinema acusa PM de ter abaixado suas calças durante revista na Cidade de Deus*. O Globo. Rio de Janeiro, 16 de maio de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/diretor-de-cinema-acusa-pm-de-ter-abaixado-suas-calças-durante-revista-na-cidade-de-deus-3008435#ixzz1jeOuhdq1>

168 *5x Favela, agora por nós mesmos*. Cacau Amaral, Cadu Barcellos, Luciana Bezerra, Mainara Carneiro, Rodrigo Felha, Wagner Novais, Luciano Vidigal. Brasil, 2010.

Das 72 ocorrências de fontes encontradas nas matérias sobre a UPP Cidade de Deus, 51 são do tipo estatal, o que também ajuda a explicar os percentuais acerca dos pacotes interpretativos supracitados. Das ocorrências de fontes não-estatais encontradas nas reportagens, cinco são de especialistas; sete de representantes de ONGs, empreendedores, jornalistas, ou produtores com atuação na comunidade e nove são atribuídas a moradores da comunidade. Destas, duas ocorrências podem ser classificadas como elementos de assinatura do modelo *Lei e ordem na favela*: uma moradora, sobrevivente do ônibus incendiado, diz “não confiar” na Cidade de Deus, mesmo com a UPP e um morador acusa traficantes da morte uma jovem (Lei e ordem). Outras duas ocorrências de fontes não-estatais podem ser classificadas como elementos do pacote *Cidadania na favela*: dois moradores, citados em matéria da *The Economist* corroboram os benefícios da UPP; e um comerciante local elogia a iniciativa de criação do *Capivari* a nova moeda da Cidade de Deus, a ser utilizada na comunidade. E, finalmente, apenas quatro ocorrências de fontes não-estatais (dentre 72 ocorrências de fontes publicadas nas matérias acerca das UPPs Cidade de Deus) podem ser consideradas elementos de assinatura do pacote *Liberdades civis sob ataque*: um comerciante local reclama do toque de recolher imposto pelos policiais, uma moradora/líder comunitária denuncia o abuso de policiais na revista de casas de moradores, outra ocorrência cita o fato de “moradores” acusarem PMs pela morte de um menor; e outro morador, diretor do filme **5x Favela** denuncia policiais da UPP por constrangimentos durante uma revista.

É importante notar ainda que algumas matérias classificadas pelo pacote *Liberdades civis sob ataque* não possuem quaisquer declarações de fontes não-estatais. Um exemplo é **Homem é ferido em outra confusão entre moradores e PMs na Cidade de Deus**¹⁶⁹, em que policiais são acusados de atirar com balas de borracha contra um morador da comunidade. A única fonte citada é o capitão Marlow, comandante de um dos três núcleos da UPP Cidade de Deus, segundo quem, o morador teria agredido os policiais que ordenavam o desligamento da aparelhagem de som em um baile *funk* que, supostamente, executaria músicas com apologia ao tráfico de drogas.

Na análise das clivagens ideológicas, podemos constatar que 96% das 74 matérias sobre a UPP Cidade de Deus são classificadas como *UPP para a Favela*. Como já explicitado anteriormente, este modelo apresenta as *UPPs* como benéficas para a comunidade. No entanto, devemos estar atentos para o fato de que o fim do tráfico de drogas nas comunidades ocupadas é percebido como forma de reduzir a violência urbana em toda a cidade, refletindo,

¹⁶⁹ Homem é ferido em outra confusão entre moradores e PMs na Cidade de Deus. O Globo. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/homem-ferido-em-outra-confusao-entre-moradores-pms-na-cidade-de-deus-2701413#ixzz1jeZelkdm>

desta maneira, na vida dos moradores do *asfalto*. Esta percepção é notável a partir a predominância do pacote interpretativo *Lei e ordem na favela*, que clama pela repressão ao comércio de entorpecentes nessas comunidades como forma de reduzir a criminalidade não apenas na favela como também em Jacarepaguá, bairro onde se localiza a comunidade.

No que se refere à finalidade da ocupação policial, 70 das 74 matérias analisadas se enquadram na clivagem *Estado Democrático de Direito*, enquanto que apenas quatro do total podem ser classificadas no modelo *Estado Policialesco*. A exemplo das matérias enquadradas no pacote interpretativo *Liberdades civis sob ataque*, o argumento de proximidade entre policiais e moradores – que se pôde constatar falso, na matéria do desaparecimento do dono do ferro velho e do conflito entre PMs e moradores, durante um baile *funk* – e a alta predominância de matérias do pacote *Cidadania na favela* reduziu a ocorrência desta clivagem ideológica. Outra explicação seria a baixa ocorrência de fontes não-estatais encontradas, mesmo nas matérias enquadradas no pacote *Liberdades civis sob ataque*.

Finalmente, no que se refere ao modelo da política da ocupação policial, apenas duas delas podem ser consideradas *Política Isolada*, que questionam o caráter permanente das UPPs. A primeira delas é a notícia do fechamento das escolas municipais da região, no dia 13 de novembro de 2008, quando ainda não havia conhecimento de uma política permanente de ocupação das favelas, haja vista que mesmo a UPP Santa Marta ainda não existia (e talvez nem mesmo existisse um planejamento de ocupações permanente nas favelas). A segunda é a matéria sobre a ocupação permanente da Cidade de Deus, no dia 5 de dezembro. Apesar das declarações das autoridades de Segurança Pública do Estado de que a ocupação seria permanente, havia a dúvida e o receio (e mesmo denúncias) de que, após a saída dos policiais, membros de milícias dominariam a comunidade.

Em suma, o que podemos constatar a partir das análises sobre as matérias da UPP Cidade de Deus é que as operações policiais na favela foram cercadas de dúvidas a respeito de sua eficácia no propósito de acabar com o tráfico de drogas e a violência na comunidade. O estigma do crime que marca a região e seus moradores perdurou ainda durante muito tempo e, mesmo hoje, ainda não é possível dizer que está completamente extinto. A própria política de implantação da UPP levou tempo até ser completamente aceita, chegando-se a suscitar a possibilidade da ocupação por parte de grupos de milicianos. Diversas reportagens procuraram sugerir uma aproximação entre policiais e moradores, em oposição ao domínio do tráfico na comunidade. No entanto, conflitos ocorridos entre os dois lados levaram ao questionamento dessa possível aliança. As autoridades de Segurança Pública do Estado justificaram as dificuldades pela extensão territorial da favela e a longa tradição do controle

de grupos armados sobre o comércio de entorpecentes. Tempos depois, algumas estatísticas chegaram a comprovar a redução das ocorrências criminais na região, levando à exaltação da ocupação na comunidade, chegando a ser denominada “cartão postal da política de Segurança”.

No entanto, apesar da aparente redução da violência e das ações sociais empreendidas na comunidade, não é possível afirmar categoricamente que a UPP Cidade de Deus seja um sucesso retumbante, haja vista casos flagrantes de violação de direitos humanos, expostos mesmo em matérias como o desaparecimento de um morador, supostamente por parte de policiais da unidade, e o conflito ocorrido em um baile *funk* entre policiais e moradores. O que se pode afirmar com alguma certeza é que as notícias publicadas sobre a UPP Cidade de Deus continuam a reivindicar a aplicação da lei e da ordem por parte do Estado na comunidade no combate ao tráfico de drogas e outras atividades ilícitas, como forma de exterminar a violência no local e, conseqüentemente, nos bairros e localidades próximas.

5.4 Ocupação do Complexo do Alemão

Composto por treze favelas e com uma população estimada em 65 mil habitantes (de acordo com o censo 2000), o Complexo do Alemão está localizado na zona norte do Rio de Janeiro, vizinho a bairros como Penha, Ramos, Olaria, Inhaúma e Bonsucesso. A região recebeu este nome, pois as terras pertenciam ao imigrante polonês Leonard Kaczmarkiewicz, também conhecido como *Alemão*, que viveu na localidade na década de 1920. Em 1951, Kaczmarkiewicz dividiu a área e vendeu os lotes, dando início à ocupação.

Ainda nos tempos do polonês *Alemão*, instalou-se no local o Curtume Carioca, onde se instalaram diversas famílias de operários. Na década de 1940, com a abertura da Avenida Brasil, a região tornou-se um importante pólo industrial da cidade, atraindo ainda mais trabalhadores. Mas foi na década de 1980, que se deu o *boom* populacional e se formou grande parte das favelas do Complexo¹⁷⁰.

Com o crescimento do consumo e comércio de drogas no Rio de Janeiro, ao longo do tempo, o Complexo do Alemão passou a ser considerado o principal entreposto comercial de drogas do Rio de Janeiro, recebendo grande parte da cocaína trazida diretamente da Bolívia para revenda em todo o estado. Tamanha importância para o mercado de entorpecentes suscitou a disputa entre os comerciantes varejistas. As favelas da região eram controladas por

¹⁷⁰ Informações obtidas no sítio Afasta de mim este cale-se. Disponível em http://www.uff.br/calese/banco_entrevista_operacao_alemao.htm

facções criminosas distintas (Comando Vermelho, Terceiro Comando e Amigos dos Amigos (ADA)), sendo frequentes as trocas de poder, após dias e noites de intensos tiroteios, onde era possível encontrar um arsenal digno de guerra. Foi também em uma das favelas do Complexo do Alemão que, em 2002, foi assassinado o jornalista Tim Lopes, capturado enquanto fazia uma reportagem sobre a *feira de drogas* na favela. Os requintes de crueldade com que Lopes teria sido torturado e executado deu tons folhetinescos ao episódio, que ganhou repercussão na imprensa e nacional e internacional.

Em junho de 2010, **O Globo** publicou uma matéria, segundo a qual, todos os principais chefes do tráfico nas favelas *pacificadas* teriam obtido refúgio no Complexo do Alemão¹⁷¹. De acordo com a missiva, após o comércio de entorpecentes perder espaço nas comunidades ocupadas pelas UPPs, os traficantes teriam se abrigado no Alemão, onde estariam atuando livremente. Lá, teriam montado um “shopping de drogas”, munidos de armas de grosso calibre. Ainda segundo a reportagem, os bandidos estariam de posse de “mais de mil fuzis” na localidade. Segundo a reportagem, “há informações de que, por ordem da facção criminosa, o traficante só tem livre abrigo no Alemão se levar seu próprio fuzil” (ibid.).

A partir de setembro de 2010, uma série de arrastões contra motoristas e incêndios criminosos contra coletivos e carros em toda a cidade colocou as forças de Segurança Pública do estado em alerta. Os atos se intensificaram em novembro e as suspeitas logo recaíram sobre os chefes do tráfico carioca, detidos no presídio de Catanduvas, no Paraná, que teriam se articulado em represália à instalação das UPPs na cidade. A hipótese era de que, inconformados com a repressão policial nas favelas *pacificadas*, o Comando Vermelho – que detinha o controle do comércio de entorpecentes em grande parte dessas comunidades – teria rompido o acordo (supostamente) tácito de não agressão e “liberado seus subalternos para que fizessem qualquer tipo de ação criminosa nas ruas”¹⁷². De acordo com “setores de inteligência da polícia”, os bandidos estariam autorizados a “atacar grandes monumentos ou locais públicos no momento que a polícia começar a entrar no Alemão para iniciar a pacificação” (ibid.). Ainda segundo a Polícia, sedes de UPPs também sofreriam represálias.

Sentindo-se desafiado, o poder público igualmente articulou-se em todas as suas esferas para retomar o controle dos territórios. O discurso da *retomada da legalidade*, da

171 COSTA, A.C. *Expulsos de suas comunidades pelas UPPs, bandidos montam shopping de drogas no Alemão*. O Globo Online. Rio de Janeiro, 19 de junho de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/expulsos-de-suas-comunidades-pelas-upps-bandidos-montam-shopping-de-drogas-no-alemao-2991523#ixzz1I3Yrf2tk>

172 COSTA, A.C., RAMALHO, S. *Ordem para incendiar carros no Rio partiu há dois meses de presídio em Catanduvas*. O Globo Online. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/ordem-para-incendiar-carros-no-rio-partiu-ha-dois-meses-de-presidio-em-catanduvas-2921907#ixzz1I3UpS5vw>

guerra do bem contra o mal nunca foi tão visível no que se refere à questão do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. A partir do dia 26 de novembro, todos os dias, o jornal **O Globo** publicou reportagens, sempre com destaques de capa, ressaltando as operações que estavam sendo feitas, inicialmente, na Vila Cruzeiro (próximo ao Complexo do Alemão), e posteriormente no próprio Alemão. “Ataques”, “sensação de insegurança”, “enfrentar os criminosos”, “*bunker* do tráfico”, “O dia D da guerra contra o tráfico”, “Batalha do Alemão”, “O Rio é nosso”, “libertação do Alemão”, “os guerreiros do Alemão” foram algumas das expressões utilizadas nas capas, títulos, manchetes ou ao longo dos textos das reportagens sobre a incursão das polícias Militar, Civil e Federal, com o auxílio do Exército e da Marinha para ocupar as favelas. As imagens eram igualmente espetaculares: tanques de guerra, soldados camuflados, policiais em posição de tiro, bandidos em fuga, davam o toque *hollywoodiano* que faltava à nossa tragédia.

Estava criado o folhetim de guerra em que os mocinhos de farda combatiam e venciam os bandidos munidos de fuzis, adornados com cordões de ouro e calçados em sandálias Havaianas. O público regozijava-se em frente às televisões nos bares e esquinas da cidade, bebendo uma cerveja gelada e degustando um tira-gosto como numa final de campeonato. A torcida era pela derrota do oponente visível, os traficantes, representantes do mal que amedrontava os *cidadãos de bem*. Eram eles os responsáveis pelo medo que ameaçava a paz e a tranquilidade da classe média. No momento em que as câmeras da **TV Globo** exibiam a fuga de cerca de duzentos traficantes por uma estrada no alto de um dos morros, era possível ouvir as expressões clamando por vingança e lamentações quando constatou-se que nem um tiro sequer fora disparado.



Imagem 13: Cariocas assistem à fuga pela televisão¹⁷³

Nos bares, restaurantes e escritórios, a população parou para assistir as imagens da movimentação de blindados e policiais, além da fuga de criminosos armados. No bar Devassa, em Ipanema, quatro televisões de 41 polegadas permaneceram ligadas durante toda a tarde a pedido dos clientes. Curiosos que passavam pela calçada também paravam para saber as últimas informações da operação. [...] - Desde o fim da manhã, mantivemos os televisores ligados. As pessoas estavam curiosas sobre os acontecimentos. Parecia final de Copa do Mundo – disse o gerente.¹⁷⁴

Retomados os territórios, bandeiras do estado *oficial* foram hasteadas no ponto mais alto do Complexo do Alemão, simbolizando a conquista da área¹⁷⁵. Ao passarem em revista pelas ruas e vielas das comunidades *pacificadas*, os soldados eram recebidos com louvores e saudações, como autênticos heróis da pátria¹⁷⁶. Dias depois, através da internet e nas redes sociais, moradores passaram a divulgar informações sobre abusos de autoridade por parte desses mesmos *heróis* e *guerreiros*, como nas denúncias de roubos, achaques e mesmo agressões. Não houve como jornais e emissoras de televisão ignorarem as denúncias. Os responsáveis pela corregedoria da Polícia prometeram apurações e punições¹⁷⁷. A permanência do Exército na região, que, inicialmente, seria de sete meses, foi reduzida devido

173 Cariocas assistem à fuga pela televisão. *Imagens impressionam clientes e funcionários de bares e escritórios*. O Globo. Editoria Rio. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2010.

174 Idem

175 O Rio mostrou que é possível. *Cidade comemora libertação do Alemão e a maior vitória sobre o tráfico*. O Globo. Capa. Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2010.

176 Os guerreiros do Alemão. *Policiais superam dificuldades e demonstram orgulho após conquista*. O Globo. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2010.

177 Moradores denunciam possíveis abusos de policiais no Alemão. Sítio G1. Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2010, atualizado às 20h38. Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-contra-o-crime/noticia/2010/11/moradores-denunciam-possiveis-abusos-de-policiais-no-alemao.html>

ao temor de que os soldados fossem corrompidos, tal qual nos casos envolvendo policiais militares, nas demais favelas da cidade.

Hoje, pouco mais de um ano depois da ocupação, suspeita-se que o comércio de drogas teria voltado ao Alemão. No dia 23 de dezembro de 2011, cinco homens foram presos portando 30 cápsulas de cocaína¹⁷⁸. Já na Vila Cruzeiro, Abraão da Silva Maximiliano, de 15 anos, foi morto, supostamente, em meio a uma troca de tiros entre a “Força de Pacificação do Exército” e traficantes. De acordo com o coronel Malbatan Leal, chefe da Comunicação Social da Força de Pacificação, os traficantes reagiram a tiros, após a ordem para que parassem para uma revista. Os agentes então teriam disparado para o alto. Já a versão da família é de que não houve troca de tiros. De acordo com Eliane Lopes, tia da vítima, Abraão acabara de participar de uma partida de futebol e descansava numa praça quando foi abordado pelos militares. “Meu sobrinho não é bandido. Ele era uma criança e estava apenas descansando quando foi atacado. Foi uma covardia o que fizeram com ele e queremos justiça - contou.”¹⁷⁹

178 *Cinco traficantes são presos no Complexo do Alemão*. O Globo Online. Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/blogs/rio/posts/2011/12/23/cinco-trafficantes-sao-presos-no-complexo-do-alemao-423066.asp>

179 VICTOR, D., ARAÚJO, I. *Adolescente é morto em troca de tiros na Vila Cruzeiro*. O Globo Online. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/adolescente-morto-em-troca-de-tiros-na-vila-cruzeiro-3518592#ixzz1l44ftXep>

6. Vozes do morro

“A favela nunca foi reduto de marginal / Ela só tem gente humilde e marginalizada / E essa verdade não sai no jornal / A favela é um problema social”

Bezerra da Silva, Eu sou favela.

Após analisar as matérias sobre as UPPs, publicadas no principal jornal da cidade, no capítulo 6, analisaremos o que é dito pelos interlocutores das comunidades. Desde o surgimento das primeiras favelas, os moradores convivem com tentativas do poder instituído, ao lado das elites socioeconômicas, de silenciar essas vozes. O papel da Polícia Militar no Brasil, desde o seu surgimento – em 1808, com a chegada da Família Real no país – era o de prender escravos fugidos. As manifestações culturais oriundas dos negros e das classes pobres sempre foram combatidas e criminalizadas pelas elites.

Se hoje, o samba, a capoeira e o candomblé são manifestações culturais praticadas por brasileiros de toda e qualquer idade, gênero, cor e classe social, houve um tempo em que tais elementos legítimos de nossa cultura eram combatidos e até criminalizados. Ainda no século XIX, a imprensa brasileira da época promovia grande campanha contra o Entrudo, uma brincadeira muito comum no carnaval, na qual os foliões mascarados atiravam água e farinha uns nos outros.

Primitivo, inconveniente, pernicioso e selvagem eram alguns dos adjetivos usados pela imprensa, por políticos e intelectuais para defini-lo. Tal incômodo com o jogo da molhação se explicava pelo risco de que os “moleques”, a “ralé”, o “zé-povinho”, termos que designavam negros e pobres, extrapolassem os limites da brincadeira e se julgassem em pé de igualdade com os senhores, damas e senhoritas brancas. (ALBUQUERQUE, W., FRAGA FILHO, W., 2006: p. 223)

Com o passar dos anos, algumas dessas tradições foram definitivamente toleradas, aceitas ou mesmo incorporadas. No entanto, até hoje – como vimos em reportagens no capítulo 5 deste trabalho - o *funk* é associado ao crime e reprimido nas favelas, por policiais das UPPs, que tentam impor uma *legalidade* a essas comunidades, tal como esse conceito é concebido no *asfalto*. No que concerne à música, entretanto, o samba tem tradição secular de discriminação nas favelas e periferias do Brasil. No início do século XX, andar com um pandeiro ou um violão debaixo do braço era sinônimo de *vagabundagem*, crime passível de cadeia. “Lá pela década de 1920, bastava andar com o violão na rua e você já ia preso, pois era considerado vagabundo. Ismael Silva passou um tempo na cadeia e João Baiana foi preso várias vezes por estar andando com seu pandeiro.”¹⁸⁰

Muitos foram os compositores que fizeram do samba **a voz do morro**¹⁸¹, dedilharam seus acordes e entoaram canções para cantar as favelas e periferias. Se hoje é possível ver e ouvir sambistas *de grife* se apresentando em casas de espetáculos tradicionais ou em

180 CAMARA, B. *Hoje funk, ontem samba. Discriminação histórica com as batidas da favela*. Revista de História.com.br. 17 de outubro de 2009. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/hoje-funk-ontem-samba>

181 ZÉ Ketti, *A voz do morro*.

programas televisivos de horário nobre, foi preciso que Ismael Silva, João da Baiana passassem temporadas no xadrez; Noel Rosa, Zé Ketti, Cartola e muitos outros lutassem contra a discriminação, a favor de uma música genuinamente brasileira com raízes africanas.

Considerado “o embaixador das favelas” ou “o porta-voz dos excluídos”, Bezerra da Silva é o ícone do subgênero do samba denominado “sambandido” (VIANNA, 1998: p. 15). Morador do Morro do Cantagalo, o artista tornou-se conhecido por gravar composições de autores anônimos, igualmente oriundos das favelas. Tornou-se uma espécie de líder, ou, como prefere, um embaixador das favelas:

Eu me tornei, através dessas mensagens desses autores, um líder. Veja bem como são as coisas... Mas um líder, embaixador das favelas. [...] Essas mensagens são muitas, tem muita coisa. E a maioria que eu gravo fala de injustiça social. Eu não sabia como é verdade, depois é que eu fui saber devagarinho, fui vendo a minha liderança na favela. Lá é que é o meu reduto. Eu sou produto do morro. (op.cit., p.33)

Como as gravadoras por onde passou, frequentemente, sonegavam valores sobre a venda de seus discos ou não se empenhavam na divulgação, como faziam com artistas mais *conceituados* para com a classe média, Bezerra utilizava sua própria estratégia de divulgação: “[...] incluíam a execução de dos discos nos sistemas de som comunitários das favelas e subúrbios, shows nesses lugares e em presídios, bancados pela comunidade, bicheiros e traficantes” (op.cit., p.32).

As letras compostas e interpretadas por Bezerra da Silva contam, de forma bem-humorada, simples e sem preconceitos o cotidiano das favelas. O artista aborda temas tabus com a mesma naturalidade com que batuca em uma caixa de fósforos ou toma um trago de cachaça, sentado no meio-fio em frente ao botequim, em uma viela qualquer do Morro do Cantagalo. O uso e o comércio de entorpecentes, por exemplo, são tratados de maneira franca, direta, sem falso moralismo, tampouco deslumbre: “Tem preto que come da branca / Tem branco que come da preta / Tem gosto pra todo freguês / Só não vale misturar / Vai numa de cada vez / Não misture o paladar / E overdose de cocada / Até pode te matar.”¹⁸².

O estigma em relação às manifestações culturais legítimas de negros, pobres e moradores de favelas e periferias era, sobremaneira, expresso nas páginas da imprensa. Como já vimos nos capítulos anteriores, os jornais cariocas retrataram, amiúde, as favelas como *o outro do cidadão de bem*. Até mesmo hoje, em meio à participação de moradores das favelas através das redes sociais, o senso comum disseminado é de que aquele *que paga as contas*

182 BEZERRA da Silva. Overdose de cocada,.

regularmente sustenta o *ilegal*, o *insalubre*, o *criminoso*. Muito dessa visão sobre o morador das favelas se deve ao distanciamento com que a grande imprensa sempre cobriu o cotidiano dessas comunidades. A rotina industrial com que os jornais impressos são produzidos faz com que, muitas vezes, comprometa-se o processo de apuração das reportagens, mediante o temor do *furo* pelo periódico concorrente. O celular, a internet, entre outros dispositivos tecnológicos contemporâneos, não obstante facilitem a rotina desses profissionais, acabaram também por manter ainda mais afastados os repórteres das ruas, permanecendo esses, cada vez mais, nas redações, redigindo suas matérias com o auxílio de seus telefones e computadores.

No início do século XX, sem tais equipamentos e munido de intensa curiosidade, Francisco Guimarães era o oposto do perfil de profissional retratado acima. Negro e filho de pais pobres, iniciou-se na profissão no **Jornal do Brasil**, por intermédio do jornalista Luís Gama, em 1896. Ao longo de 52 anos, passou por periódicos como **A Tribuna** - onde assinou a coluna **Ecos Noturnos** -, **Folha Carioca**, entre outros. Mais conhecido como *Vagalume*, pelo hábito de trabalhar à noite, rejeitava o estigma de violento e desordeiro, imputado aos moradores das favelas e periferias, e ainda “denunciava irregularidades administrativas, censurando atos policiais, revelando contradições da República dos coronéis” (COUTINHO, 2006: 95). Tendo vivido os primeiros tempos da Velha República, Vagalume estava convicto de que “o novo regime não alterara em nada o padrão de relacionamento entre as elites e a classe trabalhadora.” (ibid.).

Costumava acompanhar *in loco* tudo o que acontecia “durante a madrugada carioca, nos cafés, nos bondes, nas ruas, nas praças, nos restaurantes, nos teatros, nos grandes clubes, nas pequenas sociedades, nos maxixes, nas delegacias, nos restaurantes, nos trapiches, nos mercados, nos botequins etc.” (op.cit.: p.92). Folião convicto e admirador do carnaval democrático, com suas manifestações populares legítimas, Vagalume era “afetivamente ligado às pequenas sociedades carnavalescas”, e escrevia “um discurso a partir de dentro”. Em **Ecos Noturnos**, era comum que se desse mais destaque “a um caruru na Cidade Nova ou a uma batalha de confetes na Praça Onze do que aos suntuosos bailes das grandes sociedades.” (op.cit: p.100). Na opinião do cronista, “‘o brilhantismo maior da festa carioca’ devia-se justamente às pequenas sociedades, esses ‘centros familiares’, de pessoas do trabalho, que guardam, que juntam, que economizam o seu vintém suado e honrado para render homenagem a Momo’.” (ibid.). Por essas razões, tinha por hábito de ofício subir os morros à procura de notícias sobre os cordões e retratar seus personagens.

Isso não significa que os morros cariocas não figurassem nas folhas da capital, mas que essa representação se dava, quase sempre, de forma negativa. Como disse o próprio Vagalume, ‘desde que a favela passou a ser reduto de valentes e cabras ‘escolados’ nas várias modalidades da malandragem, crimes e contravenções, o seu nome jamais foi olvidado no cadastro sangrento do noticiário policial dos matutinos e vespertinos cariocas’. (COUTINHO, 2006: 103-104)

O estilo *flaneur* assemelhava-se ao de outros cronistas cariocas de seu tempo que, igualmente, retratavam as ruas e seus personagens. No entanto, Vagalume caracterizava-se pela forma “sempre respeitosa” com que descrevia o povo carioca, “ao contrário de cronistas como Luís Edmundo e João do Rio, que apresentavam de forma pitoresca os costumes e as formas de expressão da *patuléia*”. De acordo com o próprio Vagalume, Paulo Barreto, também conhecido como João do Rio, “disse pouco, inventou muito, fugiu sempre à verdade e ridicularizou bastante” (ibid., p. 95).

O *cronista da favela* não apenas praticou a defesa das “pequenas sociedades” carnavalescas cariocas, como também “orientou o carnaval, instituindo concursos, mobilizando a imprensa, o comércio, o governo, rompendo resistências e abrindo o caminho para a aceitação definitiva do popular pela cultura oficial” (ibid.: p. 107). Mais além, Vagalume defendia as manifestações culturais dos menos privilegiados. Em suas crônicas, não hesitava em expressar seu respeito e crença pelos orixás e pelas religiões de origem africana.

Levou para as colunas da imprensa burguesa não apenas as formas negras, que seriam assimiladas como fundamento da identidade nacional, mas também e principalmente, o ‘conteúdo histórico’ a elas associado, o sistema de valores de uma visão de mundo subalterna, marginal, que permeava os seus próprios escritos. (ibid.)

Se Vagalume pode ter sido um dos precursores na interlocução com as favelas e periferias, nos idos do século XIX, em pleno século XXI, o surgimento das novas tecnologias de comunicação tornou impossível ignorar o que se diz e o que se faz nessas localidades, onde vive a maior parte da população dos países do terceiro mundo. A mediação através dos veículos de comunicação tornou-se menos necessária, apesar de ainda exercer um papel importante na formulação de políticas públicas. A própria Academia, notória pelo hermetismo com que se caracterizava em relação a um conhecimento *externo*, também já se deu conta de que as relações de poder entre centro e periferia ganharam novos elementos, como observou Michel Foucault:

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não precisam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e

elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da ‘consciência’ e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar ‘um pouco à frente ou um pouco de lado’ para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da ‘verdade’, da ‘consciência’, do discurso. (FOUCAULT, 1979: 71)

Se no capítulo 5, constatamos a forma pela qual a imprensa comercial retrata as questões relativas às favelas, a partir de agora, veremos de que maneira os próprios moradores relatam os acontecimentos cotidianos em suas comunidades.

6.1 Mc Fiell e a cartilha do Morro Santa Marta

Emerson Cláudio Nascimento dos Santos, ou Mc Fiell. Profissão: *repper*, de acordo com a grafia que o próprio prefere. Aos 32 anos, é uma das principais vozes das comunidades ocupadas contra as Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro. No dia 22 de maio de 2010, o artista foi agredido e preso pelos policiais responsáveis pela unidade localizada no Morro Santa Marta, onde mantinha uma rádio comunitária, promovia bailes *funk* e outras atividades culturais. De acordo com Fiell, “os policiais desligaram o som às 1h55, cinco minutos antes do horário estipulado.” Em seguida, o *repper* teria tentado conversar com os agentes, mas teria sido agredido e preso. “Levei tapas na cara, socos e pontapés. Minha esposa pediu para me acompanhar e também foi jogada na caçamba e autuada”¹⁸³, afirmou. Em artigo publicado no sítio **Viva Favela**, Fiell disse que, ao ser conduzido pelos policiais ao “camburão”, chegou a ser “espancado” por “cerca de doze PMs”, que perguntavam: “cadê a sua cartilha agora?”. Em nota oficial, a Secretaria de Segurança Pública argumentou que uma das pessoas que participava do evento “chegou a atirar pedras na viatura da polícia”¹⁸⁴.

¹⁸³ *Rapper acusa policiais de UPP de agressão*. O Globo. Rio de Janeiro, 23 de maio de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/rapper-acusa-policiais-de-upp-de-agressao-3004044>

¹⁸⁴ *Polícia diz que rapper é contra UPP*. O Globo. Rio de Janeiro, 24 de maio de 2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/policia-diz-que-rapper-contra-upp-3003465>

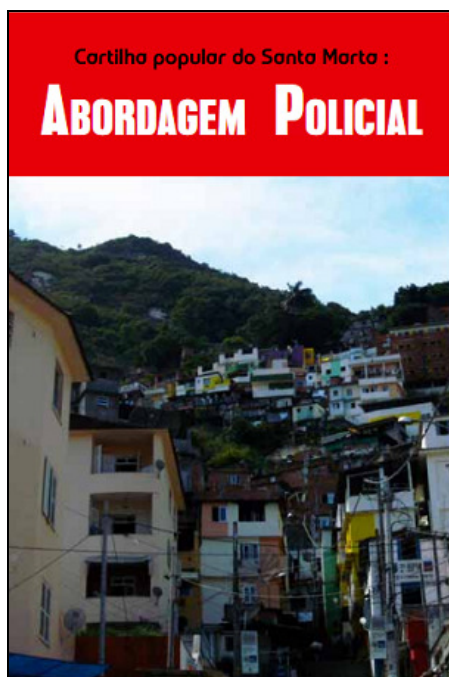


Imagem 14: Cartilha popular do Santa Marta¹⁸⁵

No momento da prisão, relatado pelo artista, os policiais referiam-se à **Cartilha popular do Santa Marta: abordagem policial**¹⁸⁶, produzida pelo próprio *repper* e demais moradores da comunidade, com apoio da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), ONG Justiça Global, Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), Associação de Moradores do Santa Marta, Grupo ECO, Associação Mundo Solidário (ASW) e Anistia Internacional. Na apresentação do documento, lançado em 2010, Fiell assina um editorial, no qual afirma que “não é nossa intenção afrontar a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro e sim questionar, dialogar, participar da transformação de um novo comportamento da Polícia Militar contemporânea.” (SANTOS, EMERSON et al, 2010). Adiante, o artista recorda o histórico de abusos sofridos por parte de policiais, devido à sua condição social. “Quando eu era adolescente sofri muito com as suas violações. Sempre tive um tratamento segregado perante outros jovens de classe média e alta” (ibid.). Consciente, Fiell reconhece a importância da instituição policial, mas exige o cumprimento da função social para a qual foi criada.

gente, a PM tem um papel na sociedade muito importante que é servir e proteger. Essa é a grande proposta? Por que temos que andar temerosos? Somos cidadãos que juntos contribuimos com a remuneração da mesma. Podíamos na sua presença ter o sentimento de segurança plena, concorda? (ibid.)

¹⁸⁵ 185 SANTOS, EMERSON et al. Cartilha popular do Santa Marta: abordagem policial. Rio de Janeiro, 2006.

¹⁸⁶ Idem

O texto reconhece a existência do tráfico de drogas nas comunidades, mas questiona as prioridades das políticas de Segurança Pública de repressão ao comércio varejista de entorpecentes nas favelas cariocas e a política penal em vigor.

Muitos pensam que somos advogados de bandido. Eu afirmo que não somos advogados de bandido, mas lhes informo que somos advogados a favor da vida. Acredito na recuperação de qualquer ser humano, seja ele “bandido” ou “mocinho”. Quando falamos bandidos, logo vem nas mentes preconceituosas o morador de favelas, o pobre, né? Mas sabemos que aqueles que estão nos morros, favelas e periferias que fazem um trabalho clandestino são camelôs e varejistas ilícitos. Os verdadeiros bandidos estão em eminentes cargos, políticos influentes e não o pobre descalço... (ibid.)

A reivindicação pelos plenos direitos de cidadania também está presente no texto que se segue, de José Mário, presidente da Associação de Moradores do Santa Marta. Ele chama a atenção para a histórica carência de serviços públicos nas favelas, fazendo com que gerações e gerações de crianças crescessem “sem as garantias de direitos”. Segundo José Mário, “nós queremos os nossos direitos, a vida, a liberdade de expressão, a inviolabilidade do lar, o direito de ir e vir. Enfim, se nos derem o mínimo, o máximo nós faremos” (ibid.).

Por fim, Itamar Silva, morador do Santa Marta e presidente do Grupo ECO, criada e mantida por ele na própria comunidade, discute a criação das UPPs, não apenas na localidade, mas em todo o Rio de Janeiro.

Morar no Santa Marta é a possibilidade de ver e analisar a ambiguidade da política de segurança implementada pelo governo do Estado do Rio de Janeiro. Por um lado, as UPPs – Unidades de Polícia Pacificadora: presença física permanente e controle absoluto do território. Por outro lado, nas 92% das favelas do Rio, a continuidade da política de enfrentamento e de extermínio da população mais pobres, em nome do combate ao tráfico de droga. (ibid.)

A publicação, distribuída a todos os moradores da comunidade, baseia-se em princípios básicos, garantidos, inclusive, pela Constituição Federal, como o Artigo 5º, segundo o qual, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”¹⁸⁷. Também constam na cartilha orientações como as condições em que um policial pode entrar na casa de um morador: “com autorização do(a) morador(a), os policiais podem revistar a sua casa a qualquer momento, desde que com a sua presença. O(A) policial não pode te intimidar para conseguir a autorização.” (SANTOS, EMERSON et al, 2010)

187 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Título II, Capítulo 1, Artigo 5º. 21 edição atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 1999.

Em uma linguagem simples e direta, o documento também conscientiza os moradores a respeito da abordagem policial na rua: “é proibido passar a mão nas partes íntimas, se fizer isso, estará praticando ato libidinoso e abuso de autoridade” (idem). O público homossexual também é contemplado em uma das passagens:

A abordagem policial não pode acontecer baseada em sua orientação sexual (gay, lésbica) ou identidade de gênero (travesti ou transexual). Qualquer pessoa tem o direito de ir e vir e a liberdade de se relacionar afetivamente com alguém do mesmo sexo. Ninguém pode ser abordado porque usa roupas curtas e decotadas, maquiagem ou porque namora em público. Os casais homossexuais devem ser respeitados por todos. Travestis e transexuais não podem sofrer discriminação, constrangimento ou agressão por sua aparência, comportamento ou identidade. Não aceite xingamentos ou ridicularizações, exija respeito! E se a discriminação continuar, colete as informações necessárias sobre o (a) policial (nome, placa da viatura, batalhão, etc) e denuncie. (ibid.)

A cartilha também orienta os moradores a “não reagir a provocações”, caso seja levado a uma delegacia; a reunir testemunhas e provas que atestem eventuais abusos de autoridade, como nome e características do agente, horário do ocorrido, entre outras. Por fim, o documento divulga informações e contatos de órgãos de direitos humanos a quem o morador possa recorrer em casos de violações, como Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública, Defensoria Pública do Juizado Especial Criminal, Subprocuradoria Geral dos Direitos Humanos do Ministério Público, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim), entre outros.

Em artigo publicado no sítio **Viva Favela**¹⁸⁸, Fiell afirma que os casos de abusos policiais diminuíram cerca de 70%. Segundo ele, “alguns populares do morro, que desconheciam seus direitos e deveres, passaram a reter e exigir”. No entanto, o *repper* afirma que os policiais passaram a retaliar aqueles que faziam impor os seus direitos: “Esse ato de organizar esse manual dos direitos e deveres não foi bem aceito pela PM, que respondeu com truculência e me prendeu no bar do Zé Baixinho, alegando som alto.”

6.2 Portal Viva Favela¹⁸⁹

O sítio na internet foi criado em 2001 pela Organização Não Governamental (ONG) Viva Rio. O projeto “tem como metas a inclusão digital, a democratização da informação e a redução da desigualdade social.” O objetivo é oferecer oportunidade aos moradores para que

188 Fiell. UPP e a Paz Armada: *Vejo além da UPP*. Sítio Viva Favela. Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2011. Disponível em <http://vivafavela.com.br/node/3357>

189 Disponível em <http://vivafavela.com.br/>

relatem seu cotidiano nas comunidades onde vivem. Para isso, o Viva Favela dispõe de uma equipe de jornalistas – que, efetivamente, entrevistam os moradores e não apenas policiais e autoridades – e “correspondentes comunitários”. Desta forma, os próprios moradores atuam como repórteres, fotógrafos e produtores de conteúdo multimídia. Para enviar uma reportagem de texto ou vídeo, é preciso cadastrar-se no *site* e estar de acordo com a sua *política editorial*. De acordo com esta, podem ser excluídos textos que atentem contra “os Direitos Humanos, o respeito às diferenças, a justiça, a igualdade, a cidadania e a paz”. O texto também informa que a equipe editorial poderá excluir colaborações que não se enquadrem “diretamente com o tema/foco do **Viva Favela**”. O usuário é incentivado ainda a “ouvir o outro lado”, como garantia da prática de “um jornalismo ético, responsável e de qualidade”. Em outras palavras, os moradores têm à disposição um veículo onde podem publicar ideias, manifestar opiniões e divulgar eventos em suas comunidades, a partir de uma mediação baseada, segundo o próprio sítio, em princípios como igualdade, cidadania, ética e responsabilidade.



Imagem 15: Portal Viva Favela¹⁹⁰

¹⁹⁰ Idem

O site também enumera uma série de premiações com que já foi agraciado ao longo de dez anos de existência: Melhor projeto de inclusão digital, pela *International Wireless Communication Association*, em 2001; Prêmio Telemar de Inclusão Digital, em 2004; *Documentary Photography Distribution Grant*, da *Open Society Institute*, pela Fundação George Soros, Nova Iorque, em 2005; Menção honrosa no prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, também em 2005; finalista do prêmio internacional *Stokholm GKP* de projetos de Tecnologia da Informação para o Desenvolvimento (ICT4D), em 2007; finalista do *Stokholm Challenge Award*, em 2008; Prêmio Ponto de Mídia Livre, do Ministério da Cultura, Governo Federal, em 2009. As matérias publicadas no sítio recebem votos dos usuários e são ordenadas hierarquicamente na página, de acordo com eles. Os internautas podem ainda publicar comentários ou enviar mensagens aos autores, a partir do perfil ou email destes, que são exibidos na página. A matéria **A pacificação além da mídia**¹⁹¹, é assinada pelos editores do **Viva Favela**. O texto, que publica relatos de moradores de comunidades ocupadas pelas UPPs, narra de que forma os policiais das unidades interfere nos direitos civis das pessoas. Uma delas, identificada como M.C., moradora da Mangueira – ocupada recentemente para a instalação futura de uma UPP –, denuncia a extorsão dos agentes, tal como acontece em favelas dominadas por milícias.

Moro aqui há mais de vinte anos, e, por exemplo, sempre tivemos nossas festas nas sextas à noite. Era uma tradição. Agora os bares têm que fechar às 22h. Se o dono do bar não fechar, ele é ‘multado’. Os policiais pedem dinheiro pra ele. Isso é uma forma de mostrar quem manda e quem obedece. Aí você vê seu amigo sendo extorquido, chantageado e não pode falar nada. Vou denunciar pra quem?”, questiona. (ibid.)

Morador do Morro do São Carlos, onde já está instalada uma UPP, J.R. narra a omissão de policiais, diante do furto de um computador, dentro de sua própria casa.

Ao chegar lá (sede da UPP), deparei-me com dois policiais navegando na internet. Nem me deram confiança. Uma policial que estava na entrada me atendeu e disse que para isso não era necessário polícia e que eu deveria simplesmente me dirigir à delegacia e fazer a ocorrência. Então perguntei para que servia aquele posto. E me responderam, já desacreditados de si próprios, que era para nos dar segurança. Perguntei, como? E ficaram um bom tempo calados, até que responderam: ‘com a nossa presença’. Nesse momento eu sorri diante da situação e me retirei. (ibid.)

A matéria também apresenta uma fonte estatal. No entanto, a declaração do policial é uma crítica às UPPs. Identificado como A.B., o agente critica a gratificação de R\$ 500 oferecida aos policiais lotados nas UPPs.

191 Viva Favela. *A pacificação além da mídia*, 27 de outubro de 2010. Disponível em <http://vivafavela.com.br/node/3360>.

O Governo do Estado, através de sua política salarial de distribuição de gratificações, acaba por segregar a corporação, fazendo não só a divisão da tropa, mas também a inversão da hierarquia. Um soldado de uma UPP, que ganha gratificação, recebe mais do que um Cabo de um Batalhão Operacional convencional e os soldados do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), recebem um salário maior do que os Aspirantes a Oficial, o que é um absurdo hierarquicamente. (ibid.)

A.B. analisa ainda a formação dos agentes que atuam nas unidades. Para ele, a grande quantidade de soldados formados no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) faz com que muitos não sejam preparados adequadamente para o trabalho a ser desenvolvido nas favelas.

A situação é alarmante, cerca de quinhentos alunos entram quase que mensalmente e isso faz com que a formação seja muito prejudicada, pois não há uma estrutura capaz de absorver todo esse contingente. Infelizmente, desconheço qualquer movimento de melhora da situação. Mas existem muitos policiais competentes e honestos que estão trabalhando duro pela instituição (ibid.)

Já no vídeo **Pacificação**¹⁹², são exibidas cenas de um espancamento ocorrido no Complexo do Alemão. Nas imagens, pelo menos, dez policiais agridem um homem, mesmo após a vítima ir ao solo. A narração, em *off*, é de um morador (não é possível saber se é a própria vítima), notadamente inconformado com o que observa:

Dizem que esses caras são seguranças da comunidade. Que segurança é essa, que espanca o pai de família, espanca o morador? Como vocês viram na reportagem há dois meses atrás, com um morador da Rua 2. Deram tiro de borracha e espancaram todo mundo. Isso não existe! Isso não pode ficar assim! Esses homens todos no morro, fazendo o quê? Justiça com as próprias mãos, batendo e ‘esculachando’ os moradores todos? Só porque eu xinguei ele? Se eu xinguei, ele tem que me prender, não me bater, me ‘esculachar’, pisar na minha cara e jogar *spray* de pimenta nos meus olhos. Isso não existe. Me jogar como um cachorro e pisar na minha cara na frente dos meus filhos.¹⁹³

A seguir, o repórter recorda a morte de André Ferreira, supostamente assassinado por policiais da UPP Pavão-Pavãozinho. De acordo com o narrador, uma testemunha estaria sendo ameaçada e retaliada pelos agentes da unidade.

Enquanto a Polícia Civil investiga a morte de André, seus assassinos continuam soltos pelo morro, intimidando moradores e ameaçando moradores que conheciam o rapaz. Na semana passada, uma dessas testemunhas foi enquadrada por policiais da UPP e presa por furto, mesmo sem provas, vítimas ou qualquer outra evidência do suposto crime.¹⁹⁴

192 *Pacificação*, Patrick Granja, 2011. Disponível em <http://vivafavela.com.br/node/3347>

193 Op.Cit.

194 Op.Cit

Para Márcia Honorato, integrante da Rede de Comunidades e Movimentos Sociais contra a Violência a prisão teria sido uma tentativa de “desqualificar uma das testemunhas”. Em outro trecho, o vídeo exhibe o depoimento da própria testemunha, que teria sido ameaçada pelos PMs: “Já morreu um, para morrer outro não custa. [...] Tua batata ‘tá’ assando”, teria dito o policial.

Mais adiante, a reportagem relata o conflito envolvendo policiais e moradores no Morro da Coroa, também ocupado por uma UPP, durante comemoração do Dia dos Pais, na quadra de um clube na comunidade. O saldo foi de 13 moradores presos e quatro feridos. Gilson Rodrigues, presidente da Associação de Moradores do Morro da Coroa, relata o que aconteceu: “Faltava coisa de 15 minutos para terminar o evento, quando a polícia chegou e desligou tudo. A comunidade explodiu [...]”.

A matéria **UPP Social abre um diálogo incerto**¹⁹⁵, escrita por uma moradora de Padre Miguel, relata o debate sobre o projeto UPP Social, ocorrido no Morro Santa Marta, em outubro de 2011, que pretende levar outros serviços às comunidades ocupadas pela polícia, que não apenas a segurança. Uma das questões abordadas foi o aumento do custo de vida na comunidade. A tão aclamada valorização dos imóveis nas favelas e em seu entorno, conforme observado nas matérias analisadas no jornal **O Globo**, é vista com grande preocupação pelos moradores.

A entrada da formalização de serviços de água e luz sem os ajustes devidos tem se mostrado problemática para a manutenção de um custo de vida viável. Já não basta que o Rio de Janeiro seja a cidade mais cara do mundo, é preciso tornar impossível a permanência das classes populares em áreas nobres como a Zona Sul. Também houve reclamações quanto a serviços malfeitos.

‘Eu moro lá em cima, pago minha conta de luz, mas não tenho direito à iluminação pública na área da minha casa’, falou uma moradora sobre problemas no serviço de iluminação pública que parecem segregar algumas áreas dentro da própria favela. A parte mais alta da comunidade Santa Marta está formalmente fadada à remoção, apesar dos protestos dos moradores. ‘Nós não queremos a remoção do pico e ponto. Essa é a nossa posição’, reiterou outra moradora. (ibid.)

A participação da comunidade no processo de implantação das UPPs é o tema do artigo **Paz, pacificação e UPP na favela**¹⁹⁶, de Luiz Baltar, morador de Bonsucesso. O texto relembra uma reunião, promovida por líderes comunitários do Morro da Providência, também ocupado por uma UPP.

195 SILBAR, P. *UPP Social abre um diálogo incerto*. 1º de novembro de 2011. Disponível em <http://vivafavela.com.br/node/3398>

196 BALTAR, L. *Paz, pacificação e UPP na favela*. 25 de outubro de 2011. Disponível em <http://vivafavela.com.br/node/3340>

Em 25 de abril de 2010 a comunidade passou a ser atendida pela 7ª UPP, ou melhor, passou a ser vigiada pela 7ª UPP; e isso ficou bem claro no dia 19 de julho de 2011, quando algumas lideranças convocaram a comunidade para um café da manhã na quadra na intenção de resistir ao início das obras do projeto Porto Maravilha. Foram recebidos por um grande número de polícias fortemente armados. Essa exibição de força, foi a primeira de uma série de pequenos conflitos com moradores, que não aceitam a “pacificação” imposta pelo estado que acaba com a paz de inúmeras famílias. (ibid.)

Já o texto **A sensação de insegurança na Baixada Fluminense**¹⁹⁷, assinado por Bruno Lima, morador da Baixada Fluminense (onde não há sequer uma UPP instalada), comprova os reflexos da criação de um “cinturão de segurança no entorno financeiro do Rio”. De acordo com os relatos do autor, traficantes armados egressos dos morros ocupados estão migrando para os municípios da Baixada Fluminense, onde a criminalidade e a sensação de insegurança aumentaram.

Uma mulher, moradora de Mesquita, pede para não divulgar nem seu primeiro nome, conta que em seu bairro está mais perigoso do que nunca. ‘Eu estava chegando em casa com meu marido de carro. Quando de repente vários homens armados nos pararam. Graças a Deus um deles reconheceu que nós morávamos naquela rua. Eles alertaram para quando passarmos naquela esquina, piscarmos o farol do carro duas vezes para a gente seguir com segurança, pois caso ao contrário eles atirariam. Fiquei estarrecida, no que a Baixada se transformou?’, questiona.

O problema é bem complexo, pois na verdade, a polícia manda uma notificação para determinada localidade para que os bandidos saiam antes de as UPPs serem instaladas. Então lá se tem a ideia de que o crime está sob controle, mas a realidade é que ele só mudou de lugar. É necessário, que haja mais segurança na Baixada. ‘O policiamento aqui é algo escasso, mas também é preciso que a polícia do Rio encontre uma estratégia, para que esses criminosos sejam presos, em vez de atuarem em outros lugares’, diz Luciana Gomes.

Ao perguntar a qualquer cidadão da Baixada sobre o que pensa sobre a violência no município depois que as UPPs foram instaladas na cidade do Rio de Janeiro, é comum a resposta ser: ‘Está mais perigosa’. Um dos motivos dessa sensação de insegurança na Baixada não corresponder aos dados estatísticos, segundo o site [nilopolisonline](http://nilopolisonline.com.br) (o site recebe vários e-mail contando sobre assaltos), é que na maioria dos casos não é registrado o boletim de ocorrência, algo importante para identificar os assaltantes e os pontos onde eles atuam, além de traçar políticas de segurança para a região. (ibid.)

Finalmente, no artigo **UPP e a Paz Armada: Vejo além da UPP**¹⁹⁸, Mc Fiell, que se autoproclama um “socialista” que “luta pela paz”, critica a “paz armada”, que chega aos morros acompanhada de um “carro blindado do Bope, intitulado de Pacificador”. O *repper*

197 LIMA, B. A sensação de insegurança na Baixada Fluminense. Portal Viva Favela. Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2011. Disponível em <http://vivafavela.com.br/node/3354>

198 Fiell. *UPP e a Paz Armada: Vejo além da UPP*. 27 de outubro de 2011. Disponível em <http://vivafavela.com.br/node/3357>

critica a “mídia burguesa” que ajuda a criar uma “imagem afável da UPP, mas não mostra as ações diariamente irregulares que os policiais fazem” e questiona: “Agora, com a expulsão do tráfico armado, quem fiscaliza as autoridades da UPP?” (ibid.).

O artista chega a reconhecer alguns méritos da ocupação, como o fim dos tiroteios entre “polícia e varejistas de drogas”. De acordo com Fiell, “o número de mortes com armas letais reduziu. Isso é muito bacana e direito nosso, já que no Brasil não vivemos em uma guerra” (ibid.). No entanto, mais uma vez, questiona a prioridade da política de Segurança Pública que visa a reprimir o tráfico nas favelas. “Sabemos quem bota essas armas nas mãos dos consumistas e varejistas do tráfico. E não é morador de favela não” (ibid.), argumenta.

Os avanços sociais proclamados pelo Governo do Estado também são contestados pelo morador do Santa Marta, onde a UPP foi implantada em novembro de 2008.

Já estamos em 2011, e ainda quase nada de melhoria coletiva chegou ao morro. Sim, medidas paliativas, sim, isso chegou e irá chegar sempre. Eu me refiro a mudanças revolucionárias, onde o povo poderá viver de forma igualitária, com mais saúde, moradia digna, alimentação de qualidade. Isso não chegou e vai além da UPP. (ibid.)

Por fim, o *repper* traz de volta à tona a questão do aumento do custo de vida nas comunidades ocupadas pelas UPPs. Segundo ele, a *legalidade* imposta pelo Estado através de seu braço armado, acabará por expulsar os moradores da comunidade onde vivem, devido aos valores exorbitantes cobrados pelos serviços públicos e pela especulação imobiliária.

Até a chegada das Olimpíadas, não sei se estaremos aqui no morro Santa Marta. Hoje, mais do que nunca, temos um custo de vida muito caro. A nossa conta de luz chega com valores aleatórios. No mês passado eu paguei R\$ 50, sem ninguém ficar em casa, pois trabalhamos o dia todo fora. Nesse paguei R\$ 45. Tenho conhecimento de que alguns moradores estão pagando R\$ 80, R\$100. Cadê a tarifa social? Sutilmente, estão “higienizando” a favela, sem que a totalidade dos moradores perceba. A mídia pulveriza a mente do trabalhador com o slogan de favela modelo e que temos que agradecer ao santo Sérgio Cabral governador do Rio de Janeiro. [...] Toda essa transição beneficiou alguém: os enclaves fortificados dos ricos. Esses estão felizes da vida, com o aumento dos seus imóveis, de R\$150 mil para R\$ 300 mil e R\$ 400 mil etc. (ibid.)

6.3 Portal Comunitário da Cidade de Deus¹⁹⁹ / Jornal A notícia por quem vive²⁰⁰

A ideia de criar uma página na internet para divulgar as atividades desenvolvidas na Cidade de Deus surgiu em 2008. À época, uma pesquisa do Núcleo de Solidariedade Técnica

¹⁹⁹ Portal Comunitário da Cidade de Deus. Disponível em <http://www.cidadededeus.org.br/>

²⁰⁰ Jornal comunitário *A notícia por quem vive*. Disponível em <http://www.cidadededeus.org.br/entidades/anoticiaporquemvive/album-de-fotos/Capa%201.jpg/view?searchterm=A%20not%C3%ADcia%20por%20quem%20vive>

da UFRJ (SOLTEC/UFRJ), coordenada pelo professor Celso Alvear, constatou a necessidade de criação de um espaço que “reunisse as atividades realizadas pelas instituições” sediadas na Cidade de Deus. A partir de então, iniciaram-se as reuniões com as entidades locais. O objetivo, de acordo com a página, é “que as instituições da comunidade mostrem os seus trabalhos, como também para que a comunidade tenha acesso dando sugestões e buscando serviços”. No site, constam 15 entidades, com diferentes fins, tais como religiosas, educacionais, culturais, ecológicas, entre outras. A contribuição mensal de cada membro é de R\$ 10 mensais, para arcar com despesas como domínio e manutenção do site. De acordo com Alvear, a criação do site possibilitou a reunião *física* de diversos empreendedores locais, que dificilmente se reuniam antes do surgimento do Portal.

Na verdade, o objetivo é colocar o pessoal ali sentando junto nas reuniões do portal comunitário para começar a se conhecer melhor, diminuir algumas divergências políticas, e construir algo coletivo que permita, a longo prazo, com essas reuniões do portal, criar uma identidade coletiva para poderem fazer projetos reais juntos.²⁰¹

O Portal publica, periodicamente, em sua página principal, não apenas informações sobre as associações, comitês e outras entidades que fazem parte da rede que o compõem, como também notícias sobre o cotidiano da Cidade de Deus. São divulgadas, por exemplo, notícias como a proposta para a instalação de uma unidade escolar de ensino médio na comunidade, o Colégio Estadual Pedro Aleixo²⁰². A reportagem cita os participantes da reunião que discutiram a proposta, entre eles, representantes da Secretaria Estadual de Educação, UPP Social, Firjan, ONGs com atuação na Cidade de Deus, além de membros das entidades locais. O texto informa ainda que a nova escola iniciará as atividades em 2013 e atenderá 480 alunos, divididos em 12 turmas, nos turnos matutino e vespertino. A unidade contará com 16 salas de aula, sala de artes, biblioteca, laboratórios de Informática e de Ciências, auditório com capacidade para 87 pessoas, cozinha e refeitório.

201 Portal Comunitário da Cidade de Deus. Disponível em <http://www.cidadededeus.org.br/o-portal-da-cdd/o-surgimento-do-portal-comunitario-da-cidade-de-deus>

202 Implantação de uma unidade escolar na Cidade de Deus. Portal Comunitário da Cidade de Deus. Disponível em <http://www.cidadededeus.org.br/materias-e-outras-paginas/implantacao-de-uma-unidade-escolar-estadual-na-cidade-de-deus>

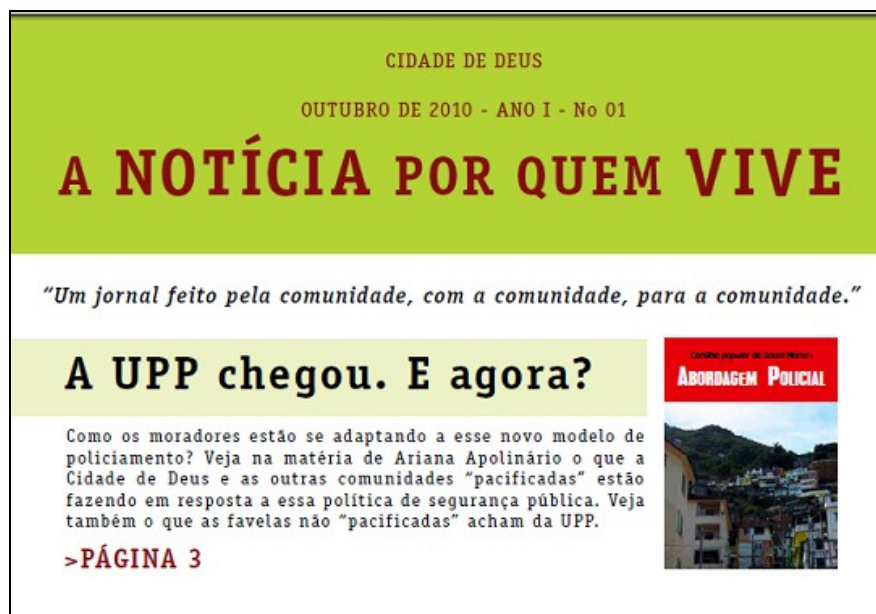


Imagem 16: Jornal **A Notícia por quem vive**, da Cidade de Deus²⁰³

Informes de utilidade pública também são postados na página, como notas que ensinam como prevenir o contágio pelo mosquito transmissor da dengue²⁰⁴, divulgam a abertura de vagas para cursos profissionalizantes da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (Faetec)²⁰⁵ e do Serviço Social da Indústria (Sesi)²⁰⁶, além do curso de “Bombeiro Mirim”, do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro (CBERJ)²⁰⁷. O Portal também divulga eventos realizados *na e para* a comunidade, como o 1º Festival Ponto de Cultura Itinerante da Cidade de Deus, ocorrido em novembro de 2011²⁰⁸, a 1ª Feira de Saúde e Cidadania²⁰⁹, o Projeto de Arte Mural Bíblico Cidade de Deus²¹⁰, entre outros.

As notícias publicadas na página têm um caráter mais informativo, com o claro objetivo de servir como uma prestação de serviços à comunidade e divulgação de eventos e atividades das entidades localizadas na Cidade de Deus. No entanto, o Portal hospeda também a edição virtual do jornal **A notícia por quem vive**²¹¹, periódico impresso produzido por jornalistas da própria comunidade e estudantes formados no Curso de Comunicação

203 A Notícia por quem vive. Cidade de Deus/RJ, outubro de 2010. Ano I – No 01

204 Dengue: ação dentro de casa. Portal Comunitário da Cidade de Deus. Disponível em <http://www.cidadededeus.org.br/materias-e-outras-paginas/dengue-acao-dentro-de-casa>

205 Inscrições Faetec. Portal Comunitário da Cidade de Deus. Disponível em <http://www.cidadededeus.org.br/materias-e-outras-paginas/inscricoes-faetec>

206 Sesi Cidadania. Portal Comunitário da Cidade de Deus. Disponível em <http://www.cidadededeus.org.br/materias-e-outras-paginas/sesi-cidadania>

207 Bombeiro Mirim. Portal Comunitário da Cidade de Deus. Disponível em <http://www.cidadededeus.org.br/materias-e-outras-paginas/bombeiro-mirim>

208 1º Festival Ponto de Cultura Itinerante da Cidade de Deus. Portal Comunitário da Cidade de Deus. Disponível em <http://www.cidadededeus.org.br/materias-e-outras-paginas/o-1bo-festival-ponto-de-cultura-itinerante-cidade-de-deus>

209 1ª Feira de Saúde e Cidadania. Portal Comunitário da Cidade de Deus. Disponível em <http://www.cidadededeus.org.br/materias-e-outras-paginas/1a-feira-de-saude-e-cidadania>

210 Projeto Mural de Arte Bíblico Cidade de Deus. Portal Comunitário da Cidade de Deus. Disponível em <http://www.cidadededeus.org.br/materias-e-outras-paginas/projeto-de-arte-mural-biblico-cidade-de-deus>

211 A Notícia por quem vive. Cidade de Deus/RJ, outubro de 2010. Ano I – No 01

Comunitária da Cidade de Deus, realizado pelo Laboratório de Estudos de Comunicação Comunitária (Lecc), da Escola de Comunicação da UFRJ.

A edição de outubro de 2010 dá destaque à matéria **A UPP chegou. E agora?**²¹². No editorial, os editores Marília Gonçalves e Celso Alvear relatam o processo de discussão que levou até a criação do jornal.

Refletimos como a grande mídia (como os canais de televisão, os grandes jornais e revistas etc.) tem uma visão preconceituosa das comunidades pobres e como não conhecem realmente o que acontece dentro dessas comunidades (e nem buscam conhecer, vindo conversar com seus moradores). Por isso, só noticiam as coisas ruins, a violência, os problemas, mas não mostram a superação de seus moradores, o movimento cultural que surge dessas comunidades (o samba, o funk, as danças, as artes, as poesias e muito mais), entre tantas outras coisas boas.²¹³

Ainda de acordo com o texto, a proposta foi priorizar “o que tem de bom na Cidade de Deus, sem deixar de apresentar alguns problemas, mas a partir da visão dos próprios moradores” (ibid.). A partir desta perspectiva, foi publicada a reportagem “Como a comunidade da zona oeste vem se adaptando ao conceito de polícia de proximidade?” (ibid.). A matéria publica a declaração de Márcio José Gomes, de 26 anos, que questiona a continuidade da política de Segurança após a gestão Sérgio Cabral: “Existem diversos benefícios a serem citados quando o assunto são as UPPs, mas existe também o lado negativo. No entanto, o que mais preocupa a população é se esse modelo realmente vai vingar. Será que os políticos vão dar continuidade?” (ibid.). O questionamento é notável, haja vista que, na esmagadora maioria das reportagens do jornal **O Globo**, analisadas no capítulo 5 deste trabalho, a clivagem ideológica predominante é a *Política Permanente*, que considera a UPP como algo consolidado na realidade das favelas cariocas. Ou, no mínimo, a possibilidade de acabar com as referidas unidades sequer é apontada.

Já Alexandre *Ferramenta*, presidente da Associação de Moradores da Cidade de Deus, reconhece alguns benefícios com a chegada da UPP, como instalação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24 horas, a melhoria da iluminação pública, pavimentação das vias e novos cursos oferecidos na comunidade. No entanto, *Ferramenta* relata também casos de cerceamento de direitos civis impostas pelos policiais da UPP:

‘Antes a gente não podia fazer nada, mas aos poucos estamos conseguindo nos entender. A CDD é um local que ao longo de 30, 40 anos sempre promoveu festas de rua, festas juninas etc., e durante esse período de adaptação era proibido’, conta. Todos os eventos que ocorrem na comunidade precisam de permissão do

212 APOLINÁRIO, A. *Como a comunidade da zona oeste vem se adaptando ao conceito de polícia de proximidade?* A notícia por quem vive. Outubro de 2010. Página 3

213 GONÇALVES, M, ALVEAR, C. Editorial. A notícia por quem vive. Rio de Janeiro. Outubro de 2010. Página 2.

Comandante responsável, nesse caso, do Capitão José Luis de Medeiros. Para Alexandre, nem sempre a autorização sai, o que prejudica os eventos da população. ‘Algumas exigências como esta no começo incomodam, mas depois vira rotina’. (ibid.)

Tanto Márcio Gomes quanto Alexandre Ferramenta citam os casos de abuso de autoridade cometidos por policiais da UPP Cidade de Deus: “Alguns policiais não fazem bem o serviço, o que acaba prejudicando a população. Parece que eles não queriam estar aqui”, comenta Márcio. A reportagem dá grande destaque à **Cartilha de abordagem policial**, idealizada pelos moradores do Santa Marta e recorda a prisão de Fiell, após conflito com policiais em um evento promovido por ele na comunidade. Por fim, como prega as regras do bom jornalismo, o jornal publica *o outro lado*, apresentando os motivos que levaram o governo do Estado a criar a política de implantação das UPPs nas 17 favelas da cidade:

[...] o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Segurança Pública viram nas UPPs, além da possibilidade de recuperar territórios perdidos para o tráfico, levar a inclusão social à população que mora nesses locais. (ibid.)

Na matéria estão também declarações de moradores de outras comunidades que ainda não receberam *UPPs* e que esperam poder contar com as unidades em breve, como solução para o fim da violência imposta por traficantes armados nessas localidades.

Entre os moradores, diversos deles torcem para que as Unidades de Polícia Pacificadora cheguem ao local, como é o caso de Fátima da Silva, que mora a 55 anos na favela. “Espero que esse modelo traga mais tranquilidade e oportunidade para a população. É preciso investir em educação, lazer, esporte etc”, salienta.

[...] Já para o comerciante Fábio Borges, com a chegada da UPP não só os habitantes poderão andar tranquilos pela comunidade, mas os moradores das redondezas, que têm medo de frequentar o local, poderão visitar o Jacarezinho sem medo. ‘Acho que serão diversas as melhorias, tanto para o morador quanto para o comerciante. Só tenho receio da ocupação, de pessoas inocentes que podem ser feridas. É preciso fazer tudo com muita cautela’, comenta. (ibid.)

6.4 Análise

Nos exemplos abordados neste capítulo, podemos notar que, ao contrário das matérias sobre as UPPs publicadas com elementos de assinatura do pacote interpretativo *Lei e ordem na favela* aparecem raras vezes. Exceção feita à matéria **A sensação de insegurança na Baixada Fluminense**, do **Portal Viva Favela**, que fala sobre o crescimento da criminalidade na Baixada Fluminense. No entanto, o texto associa tal aumento, justamente pela implantação

das *UPPs* na capital fluminense, que teria feito os traficantes migrarem para outros municípios do Grande Rio. Por outro lado, são bastante mais comuns – e em maior número – matérias com elementos do enquadramento *Liberdades civis sob ataque*. Destaque para os casos do **Portal Viva Favela** e para a **Cartilha de Abordagem Policial do Morro Santa Marta**. Os relatos dos moradores dão conta de que o abuso de autoridade por parte dos policiais é frequente. No caso mais grave, moradores do Morro Pavão-Pavãozinho denunciam que agentes da UPP teriam assassinado um morador da comunidade e estariam intimidando e ameaçando uma testemunha do crime. No caso do **Portal Comunitário da Cidade de Deus**, são frequentes ainda ocorrências de elementos característicos do pacote *Cidadania na favela*. O perfil comunitário do sítio, que tem por objetivo divulgar atividades da comunidade é um forte indício do grande número de ocorrências deste enquadramento.

Faz-se notar ainda a esmagadora maioria de fontes não-estatais presentes nas matérias observadas nas matérias publicadas através dos veículos comunitários. O fato de os próprios moradores das comunidades produzirem, editarem e publicarem o material é a provável causa deste fato. A única fonte estatal encontrada nas referidas matérias foi a de um policial – não identificado – que critica a política de gratificações, implementada pelo Governo do Estado, aos agentes que atuam nas comunidades ocupadas; e ainda questiona a eficácia da formação de soldados que atuarão nessas unidades.

No que concerne as clivagens ideológicas, a predominância dos enquadramentos é igualmente inversa no que diz respeito ao público ao qual se destinam as UPPs. Se nas matérias analisadas do jornal **O Globo**, há a prevalência do modelo *UPP para a Favela* (UPPF), nas reportagens dos veículos comunitários, as declarações dos moradores denunciam a política dirigida aos moradores do asfalto. É o caso do texto **UPP Social abre um diálogo incerto**, publicado no **Portal Viva Favela**, a moradora aponta a formalização dos serviços públicos como responsável pelo aumento do custo de vida na favela. No texto **UPP e a Paz Armada: Vejo além da UPP**, de Mc Fiell, também está presente a reflexão acerca da inflação que tomou conta dos morros *pós-UPPs*, que leva o autor, mesmo, a questionar a sua continuidade na comunidade nos próximos anos.

O desinteresse dos policiais que atuam nas UPPs também é denunciado nas matérias. Em **A pacificação além da mídia**, também do **Portal Viva Favela**, um morador acusa os policiais de omissão, após este relatar o furto de um computador, dentro de sua própria casa. Já na matéria do jornal **A notícia por quem vive**, o presidente da Associação de Moradores da Cidade de Deus chega a afirmar que os policiais parecem “não querer estar ali”.

Já a clivagem ideológica sobre o modelo de Estado a que as UPPs se propõem, é bastante evidente que se trata de um *Estado Policialesco*, pelas mesmas conclusões a que chegamos a partir da predominância do pacote interpretativo *Liberdades civis sob ataque* nas matérias publicadas pelos veículos comunitários.

Finalmente, sobre o caráter da política de Segurança Pública, as reportagens dos veículos produzidos pelos moradores das comunidades frequentemente questionam a continuidade das *UPPs* nas favelas. Nos textos, moradores questionam se a ocupação policial dará lugar à milícia ou mesmo à volta do comércio varejista de entorpecentes. Desta forma, ao contrário das matérias publicadas no jornal **O Globo**, em que o modelo *Política Permanente* é predominante, nas reportagens dos veículos comunitários por inúmeras vezes, é possível encontrar dúvidas a respeito da permanência dos policiais, configurando-se o enquadramento *Política Isolada*.

Considerações finais

"Eu não espero pelo dia em que todos os homens concordem. Apenas sei de diversas harmonias possíveis sem juízo final".

Caetano Veloso, Fora da ordem

Esta pesquisa analisou, durante dois anos, 180 matérias sobre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), publicadas no jornal **O Globo** e em sua versão digital, de 12 de novembro de 2008 a 16 de novembro de 2011. Como um trabalho desenvolvido na área de conhecimento das Ciências Humanas Aplicadas, especificamente, da Comunicação Social, o objetivo foi analisar de que maneira se dão as relações recíprocas entre a mídia e os definidores primários, responsáveis pela formulação de políticas públicas, em especial na área de Segurança Pública, no Rio de Janeiro. No entanto, foi inevitável abordar questões tangentes, porém correlatas e fundamentais a essa, tais como a influência do modelo capitalista neoliberal na política penal praticada no Brasil, a repressão ao comércio varejista de drogas no Rio de Janeiro e a realização dos dois principais eventos esportivos internacionais, a serem realizados na cidade, nos próximos anos.

Primeiramente, foi possível constatar que as pautas das reportagens publicadas no periódico influenciam diretamente as iniciativas governamentais implementadas pelas autoridades das esferas municipal e estadual, em especial, no que se refere ao maior rigor à aplicação da lei e da ordem. Um dos exemplos é a política do *Choque de Ordem*, primeira medida adotada pelo prefeito Eduardo Paes, em 2009, após empossado à frente da Administração Municipal. Meses antes, eram constantes as reportagens, cartas de leitores selecionadas no periódico e editoriais apresentando a população de rua, assaltos, consumo de drogas e mesmo o ato de urinar em vias públicas como problemas a serem resolvidos pelo novo alcaide.

O comércio varejista de entorpecentes, no entanto, é apresentado como questão central a ser combatida pelo poder público instituído, de acordo com as matérias publicadas na imprensa, pesquisas de opinião e autoridades das três esferas de governo. O delito é associado a toda sorte de crimes *graves*, ocorridos nas grandes cidades brasileiras, como homicídios, roubos de carros, assalto a transeuntes, entre outros, em especial, aos cidadãos das classes média e alta, moradores do *asfalto*, percebidos como *cidadãos de bem*, *contribuintes de impostos ao Estado* e potenciais vítimas desses tipos de crime. Observemos que tais crimes *graves* são aqueles praticados contra os indivíduos e não contra a sociedade – este ente que “não existe”, segundo a máxima neoliberal – como aqueles classificados como *crimes do colarinho branco*.

Desta maneira, torna-se prioridade das políticas de Segurança Pública a repressão ao comércio varejista, sobremaneira, nas favelas – historicamente denominada como “valhacouto de desordeiros”, “sobressalto das famílias cariocas”, entre outras expressões de cunho estigmatizante e depreciativo - onde reside grande parte da população brasileira com acesso

restrito a bens de consumo e a políticas públicas sociais, tais como Educação, Saúde, Moradia, Saneamento Básico, Transporte etc, e, em grande parte, onde se encontram os indivíduos enquadrados no perfil da *sujeição criminal*, quais sejam: o homem jovem, pobre e negro. As penas contra tais indivíduos são cada vez mais rigorosas e oferecem cada vez menos possibilidades de recuperação, ao contrário do que pregava a política penal-previdenciária, características do modelo keynesiano, que tinha como foco o criminoso e não a vítima. Nas políticas penais retributivas, atualmente em vigor, busca-se a reparação ao sofrimento desta, tornando mais difíceis as chances de recuperar o indivíduo infrator.

Neste contexto, estão inseridas as Unidades de Polícia Pacificadora (*UPPs*), criadas a partir de novembro de 2008, que visam a acabar com o controle armado de comerciantes varejistas de entorpecentes em determinadas favelas cariocas. Ressalte-se ainda que, das 17 unidades até hoje instaladas, todas estão localizadas no “centro econômico financeiro do Rio”, conforme denominou uma reportagem de **O Globo**. Os bairros contemplados pelas *UPPs* são aqueles onde vive a população de maior poder aquisitivo da cidade, ou onde serão realizadas as competições esportivas da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. Nas comunidades da zona oeste, Baixada Fluminense e outros municípios fluminenses, as chamadas *milícias* ajudam a reduzir os índices *formais* de criminalidade, reprimindo o comércio armado de entorpecentes, furtos, assaltos e roubos de carros. O preço é pago pelos moradores dessas localidades que ficam à mercê de agentes de Segurança do Estado, que controlam as comunidades com poderio bélico, econômico e mesmo político, sob a pena de ameaças, extorsões, torturas e até mesmo a morte.

No entanto, apesar de a mídia, aparentemente, *pautar* o poder público, não é possível afirmar que esta relação se dê de forma unidirecional. A partir da análise das matérias sobre as *UPPs* no Rio de Janeiro, foi possível constatar que 142 das 219 (ou 65%) declarações publicadas nas reportagens são atribuídas a fontes estatais, ou seja, governador, prefeito, secretário de Segurança Pública, policiais, delegados, juízes ou qualquer outra pessoa investida de autoridade e vinculada de alguma forma ao Estado. Outro dado indica que, das fontes não-estatais cujas declarações foram publicadas nas reportagens sobre as *UPPs* (77 no total), apenas 13 delas apresentaram depoimentos contrários à instalação das unidades ou à conduta dos policiais que nelas atuam. Ainda assim, em todas as oportunidades, as declarações dessas fontes são confrontadas às de fontes estatais, que, comumente, apresentam versões divergentes das primeiras. As 64 restantes elogiam a instalação das unidades, ou reivindicam maior rigor à repressão contra o tráfico armado de entorpecentes ou de, alguma forma, apoiam a iniciativa. Mais um dado relevante é que as matérias classificadas no pacote

interpretativo *Liberdades civis sob ataque*, estão sempre em menor número (vide tabelas 1 a 4) em relação ao enquadramento *Lei e ordem na favela*, nos quatro casos analisados. Além disso, nem sempre as matérias classificadas neste modelo discursivo apresentam fontes não-estatais, mas sempre contemplam declarações de fontes estatais.

O contrário pode ser observado nas reportagens publicadas nos veículos comunitários. Nestes, os elementos de assinatura predominantes são aqueles encontrados no pacote *Liberdades civis sob ataque* e as declarações publicadas são as de fontes não-estatais. Outro contraste entre as matérias publicadas no periódico comercial e aqueles produzidos nas favelas é em relação às clivagens ideológicas. Enquanto os primeiros buscam apresentar as Unidades de Polícia Pacificadora como uma política permanente e consolidada, dirigida aos moradores das favelas, levando segurança e outros benefícios sociais às comunidades, dentro de um contexto do Estado Democrático de Direito; as publicações comunitárias retratam as *UPPs* como um meio de beneficiar os moradores do *asfalto*, que elevam o custo de vida nas comunidades, e, em que, frequentemente, os agentes de segurança que nelas trabalham violam direitos civis básicos, praticando desde constrangimentos até mesmo homicídios, passando por coações e agressões, caracterizando assim, um *Estado Policialesco*, com pouca diferença em relação às comunidades controladas por traficantes ou milicianos.

Ainda acerca dos periódicos produzidos nas comunidades ocupadas, moradores admitem que a presença de comerciantes varejistas de entorpecentes armados reduziu drasticamente, assim como a ocorrência de crimes provenientes da ação destes. Além disso, moradores de comunidades que ainda não receberam as unidades reivindicam a presença dessas, como forma de combater os crimes praticados pelos traficantes. No entanto, é igualmente necessário considerar que as medidas implementadas raramente são feitas a partir de uma interlocução com a comunidade local, mas sim, a partir de uma lógica de *ordenamento e legalidade* formulada com foco nos moradores do *asfalto*. Um exemplo é a reportagem sobre a UPP Santa Marta, em que o policial declara que o *samba de classe média* do bloco **Spanta Neném**, promovido na comunidade, é autorizado, enquanto que o baile *funk* dos moradores da favela é proibido, pois não é *formalizado*. Foi justamente essa proibição que levou um policial da unidade a agredir e deter o *repper* Fiell, que realizava um desses eventos na comunidade. Além disso, a segurança e a *formalização* de serviços como energia elétrica, tv a cabo, entre outros, levou à especulação imobiliária, além da elevação do custo de vida dos moradores, que, com o tempo, veem-se impossibilitados de continuar residindo nessas comunidades com o soldo exíguo com que ganham a vida.

Os dados indicam não uma subserviência da mídia comercial em relação aos definidores primários ou vice-versa. Mas sim, uma relação recíproca entre eles, em favor de uma visão de mundo comum, hegemônica, na qual o discurso de um ecoa na fala do outro, gerando uma cadeia de reciprocidade que se retroalimenta indefinidamente. Este discurso, então, se consolida e se dissemina, dando origem ao senso comum estabelecido acerca da necessidade da aplicação da lei e da ordem nas favelas cariocas para repressão contra o comércio varejista de entorpecentes como solução para a violência urbana na cidade, percebida como a maior ameaça à paz e à tranquilidade dos moradores do *asfalto*.

O conceito de *anomia*, desenvolvido por Merton, nos remete ao questionamento acerca das razões que levam o indivíduo a cometer o crime. Segundo ele, busca-se alcançar as *metas sociais* através das *vias institucionais*. Na impossibilidade de atingir tais metas, contudo, o comportamento *inovador* é aquele que lança mão de alternativas outras que não as vias institucionais. E, na sociedade capitalista, o dinheiro é a principal *referência aspiracional* da grande maioria dos indivíduos. “Todos querem ganhar 25% a mais” (MERTON, 1970). No entanto, o rigor na aplicação à lei e à ordem recai, predominante e frequentemente, sobre aqueles indivíduos enquadrados no perfil da sujeição criminal, pela associação consumada entre favela, tráfico e criminalidade, que tanto amedronta o cidadão das classes média e alta. Os resultados desta lógica punitiva são o elevado índice de autos de resistência nas favelas cariocas, além de cadeias superlotadas, em sua esmagadora maioria, por homens jovens, negros e pobres, que veem suas possibilidades de recuperação cada vez mais reduzidas.

Não se trata aqui de analisar uma política de governo em pleno desenvolvimento e, na qual, estão envolvidos os mais diversos atores sociais. Se uma transformação radical das metas sociais na sociedade capitalista neoliberal contemporânea é, por hora, um sonho deusas distante, o que se pretende com esta pesquisa é, modestamente, chamar a atenção para a forma com que as relações entre mídia e poder público contribuem para a consolidação e disseminação de um senso comum que legitima uma série de práticas penais e iniciativas na área da Segurança Pública, muitas vezes elitistas e segregadoras, que beneficiam um determinado segmento social minoritário, em detrimento de outro, que contempla a maior parte da população carioca, fluminense e brasileira.

Referências

ALBUQUERQUE, W., FRAGA FILHO, W. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação das milícias no âmbito do Estado do Rio de Janeiro*. Comissão Parlamentar de Inquérito (Resolução 433/2008). Rio de Janeiro, 2008.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Editora 70, 1975.

BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos da sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECKETT, Katherine. *Making crime pay. Law and order in contemporary american politics*. New York / Oxford: Oxford University Press, 1997

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, acompanhada de novas notas remissivas e dos textos, integrais, das Emendas Constitucionais e das Emendas Constitucionais de Revisão. 21ª edição, atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 1999.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte Imperial* / Sidney Chalhoub – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COHEN, Stanley; YOUNG, Jock. *The process of selection*. In: *The manufacture of news: Deviance, social problems, & mass media*. London: Sage, 1981.

COUTINHO, Carlos Nelson, organizador. *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916 – 1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COUTINHO, Eduardo Granja. *Os cronistas de Momo. Imprensa e Carnaval na Primeira República*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CRITCHER, Chas. *Moral panic and the media*. Open University Press, Buckinham/Philadelphia, 2003.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2ª reimpressão, 2000.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 15ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GARLAND, David. *A Cultura do Controle. Crime e ordem na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1980.
- HACKING, Ian. *Making up people* in Thomas Haller et alii, eds, *Reconstructing individualism*, Stanford University Press, 1986.
- HALL, S., CHRITCHER, C., JEFFERSON, T., CLARKE, J., ROBERTS, B. *The social production of news: Mugging in the media*. In COHEN, S., YOUNG, J. *The manufacture of news. Social problems deviance and the mass media*. Londres, Constable / Sage Publications, Bervely Hills, California, 1981.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- LIMA, R. KANT de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro, Biblioteca da Polícia Militar, 1994.
- MERTON, Robert. *Estrutura social e anomia*. In *Sociologia: Teoria e Estrutura*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.
- MISSE, Michel. *Sobre a construção social do crime no Brasil: Esboços de uma interpretação*. In *Acusados e Acusadores. Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Editora Revan/Faperj, 2008.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- PERDAS e Danos – A política do confronto e a política de segurança pública no estado do Rio de Janeiro. Centro de Estudo de Segurança Pública e Cidadania (Cesec), da Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro. Julho de 2008. Disponível em:
<http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/midia/Debate_Extra29_07_08.ppt>
- PERLMAN, J. *O mito da marginalidade*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1977. 3ª edição.
- POTTER, Gary W., KAPPELER, Victor E. *Constructing Crime. Perspectives on Making News and Social Problems*. Waveland Press Inc. United States, 1998.
- RAINER, Robert. *Media made criminality. Media-made criminality: the representation of crime in the mass media. Crime in the media: subversion, social control, or mental chewing gum?* In *The Oxford Handbook of criminology*. Oxford University Press, 1997.

_____. *Law and Order: An honest citizen's guide to crime and control*. Cambridge, 2007.

REIS, Elisa. *Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade*. In: HENRIQUES, Ricardo (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, Eladir. *Eles eram do Morro São Carlos, agora são do CV ou do TC – uma discussão sobre Identidades*. XIII Encontro de História Ahpuh-Rio, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Emerson Cláudio Nascimento et al. *Cartilha popular do Santa Marta: abordagem policial*. Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, Joaquim F. *As cem melhores crônicas brasileiras*. Ed. Objetiva: Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS, Milton *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2009.

SMITH, Adam. *Riqueza das Nações*. Editora Hemus, 2007.

VAZ, Paulo et al. *Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário do crime*. XIV Compós. Niterói/RJ, 2005.

_____. *A vítima virtual e sua alteridade: a imagem do criminoso no noticiário de crime*. Revista Famecos, Porto Alegre, nº 30, Agosto 2006.

VAZ, Paulo. *A vida feliz das vítimas*. In *Ser feliz hoje. Reflexões sobre o imperativo da felicidade*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010.

VIANNA, Letícia Bezerra da Silva, *produto do morro. A trajetória de um artista que não é santo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998

WILSON, J.Q. *Broken Windows: the Police and neighborhood safety*. In *Thinking about crime*. Vintage Books, New York, 1975.

ZALUAR, Alba. *Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil*. In: Schwarcz, L. M. (org.). *História da Vida Privada no Brasil – 4 – Contrastes da Intimidade*. Contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____ e ALVITO, MARCOS (orgs). *Um século de favela – 3ª edição* – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Filmes

CAVALÃO. Direção: Sandra Kogut. Brasil, 2007. Disponível em:
<http://www.bancocultural.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4709&Itemid=365>

CIDADE de Deus. Direção: Fernando Meirelles. Brasil, 2002.

SANTA Marta - Duas semanas no morro. Direção: Eduardo Coutinho. Brasil, 1987.

Fontes de pesquisa:

a) Jornais Impressos:

DIÁRIO de Notícias. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1966.

JORNAL Comunitário *A notícia por quem vive*. Disponível em:
<<http://www.cidadedededeus.org.br/entidades/anoticiaporquemvive/album-de-fotos/Capa%201.jpg/view?searchterm=A%20not%C3%ADcia%20por%20quem%20vive>>

JORNAL O Globo. Nov/2008 a Dez/2011.

JORNAL Vanguarda. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1947.

b) Sítios na internet

AFASTA de mim este cale-se. Disponível em:
<http://www.uff.br/calese/banco_entrevista_operacao_alemao.htm>

PORTAL Comunitário da Cidade de Deus. Disponível em:
<<http://www.cidadedededeus.org.br/>>

PORTAL G1. Disponível em: <<http://www.g1.com.br>>

PORTAL O Globo Online. Nov./2008 a Jan/2012. Disponível em:
<<http://oglobo.globo.com/>>

PORTAL Viva Favela. Disponível em <<http://vivafavela.com.br/>>

FAVELA tem memória. Disponível em: <<http://www.favelatemminoria.com.br>>

INSTITUTO Pereira Passos: Disponível em: <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>>

IVC Brasil. Disponível em <<http://www.ivcbrasil.org.br/>>

JUSTIÇA Global Brasil. Disponível em: <<http://global.org.br/programas/politica-de-seguranca-publica-no-rio-de-janeiro-e-exterminio-reforca-relatorio-da-onu/>>

VIOLÊNCIA: faces e máscaras. Disponível em:
<<http://www.comciencia.br/reportagens/violencia/vio03.htm>>

UPP Repórter. Abrace essa ideia. Disponível em: <<http://upprj.com/wp/>>